

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO (UFMT)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO  
MESTRADO EM HISTÓRIA**

**A CRUZADA COMO POLÍTICA SENHORIAL: DISCURSOS,  
RELAÇÕES DE PODER E DISPUTAS PELA AUTORIDADE  
EM TORNO DE RAIMUNDO DE SAINT-GILLES (1041-  
1099).**

**André Marinho de Oliveira**

**CUIABÁ – MT  
2015**

**André Marinho de Oliveira**

Dissertação

**A CRUZADA COMO POLÍTICA SENHORIAL: DISCURSOS,  
RELAÇÕES DE PODER E DISPUTAS PELA AUTORIDADE  
EM TORNO DE RAIMUNDO DE SAINT-GILLES (1041-  
1099).**

Dissertação apresentada ao Programa  
de Pós Graduação em História da  
Universidade Federal de Mato Grosso,  
para obtenção do título de mestre.

**ORIENTADOR: Prof. Dr. Leandro  
Duarte Rust (UFMT)**

CUIABÁ-MT  
2015

### **Dados Internacionais de Catalogação na Fonte.**

O48c Oliveira, André Marinho de.

A Cruzada como Política Senhorial. : Discursos, Relações de poder e Disputas pela Autoridade em torno de Raimundo de Saint-Gilles (1041-1099). / André Marinho de Oliveira. -- 2015  
143 f. ; 30 cm.

Orientador: Leandro Duarte Rust.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Programa de Pós-Graduação em História, Cuiabá, 2015.  
Inclui bibliografia.

1. Raimundo IV de Toulouse. 2. Poder Senhorial. 3. Cruzadas. I. Título.

Ficha catalográfica elaborada automaticamente de acordo com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

**Permitida a reprodução parcial ou total, desde que citada a fonte.**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO DE PÓS-GRADUAÇÃO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA  
Avenida Fernando Corrêa da Costa, 2367 - Boa Esperança - Cep: 78060900 - CUIABÁ/MT  
Tel : (65) 3615-8493 - Email : gerapesquisa@gmail.com

## FOLHA DE APROVAÇÃO

**TÍTULO: “A CRUZADA COMO POLÍTICA SENHORIAL: DISCURSOS, RELAÇÕES DE PODER E DISPUTAS PELA AUTORIDADE EM TORNO DE RAIMUNDO DE SAINT-GILLES (1041-1099).”**

AUTOR: Mestrando André Marinho de Oliveira.

Dissertação defendida e aprovada em 18/05/2015.

### Composição da Banca Examinadora:

Presidente Banca / Orientador: Leandro Duarte Rust.  
Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Examinador Interno: Doutor Carlile Lanzieri Júnior.  
Instituição: UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO

Examinador Externo: Doutor Bruno Tadeu Salles.  
Instituição: UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

CUIABÁ, 18/05/2015.

## **Agradecimento**

Eu deveria agradecer a muita gente, entretanto, para não delongar mais do que devo, vou condensar aqui alguns nomes. Não posso deixar de começar a agradecer minha família. Minha mãe Marlene, minha avó Rosita, meus irmãos Pedro e Felipe; pois foram vocês que me fizeram perceber que existia vida além do mestrado, e com paciência se esforçaram para criar um ambiente propício nestes tantos momentos de mestrado.

Também gostaria de agradecer aos professores do departamento de História da UFMT, no qual obtive os dois títulos. É com enorme orgulho que posso dizer que sou fruto do esforço de pesquisa e realização de trabalho de vocês, professores dedicados à profissão tanto de historiadores quanto de docentes. Por tantos anos que cultivei em conversas e aprendizagem, me usufruo agora de uma experiência construtiva a qual mostrou a ciência chamada História. Meus mais fraternos agradecimentos por compartilhar esta sabedoria.

Aos colegas de turmas, inclusive VIVARIUM, meus fraternos agradecimentos. De discussões acaloradas a pontos de vista distintos, ensinaram-me como a pesquisa pode ser fortalecida sob várias metodologias e abordagens diferenciadas. Digo-lhes que a parte de suas histórias que pude conhecer ajudou-me a enxergar o quanto este mundo é vasto e grandioso em sua essência. Explorar estes horizontes de mestrado teria sido menos proveitoso se ficasse só com minha pesquisa, mas pude entrever vários pontos sendo expectador de cada esforço que presenciei.

Aos professores do VIVARIUM: Marcus Cruz, por todos seus apontamentos que faz desde meu trabalho na graduação. Claudia Bovo, por ter me instruído tantas vezes e nem ter percebido. Carlile Lanzieri, por ter me instruído tão bem em tão pouco tempo, por ter me ajudado no trabalho de diversas formas e me ajudado na minha formação também, agradeço muito ao professor Carlile por ter sido tão receptivo. Agradeço também ao professor Bruno Salles, que sua gentileza e contribuição alavancaram muito essa pesquisa.

E, ao membro que me convidou a fazer parte do grupo e aceitou a proposta de me acompanhar por esses anos de pesquisa em graduação e mestrado Leandro Duarte Rust. Agradeço por ser mais do que o professor orientador, e sim amigo que não temia em dividir a sabedoria e experiência. Das discussões e apontamentos até os trabalhos realizados, mais do que só obrigado devo-lhe agradecer pela construção de tudo isso. Todas essas páginas não conseguiriam mensurar a construção do espírito e a mudança de ponto de vista que só o mestrado é capaz de proporcionar. Obrigado pela satisfação de

trabalhar com um professor tão competente e me ensinar muito mais do que as lições que os livros me transmitiam.

E, especialmente obrigado a meu amor Cassianna Inês dos Santos. Com você aprendi que é possível construir uma dissertação escrevendo com amor e satisfação, pois, podia me sentir orgulhoso em estar ao lado de alguém que consegue ser ao mesmo tempo uma historiadora muito inteligente, amiga fantástica e namorada compreensiva, companheira e amorosa. Foi lutando para obter o título de mestre que obtive minha maior conquista: o equilíbrio necessário entre o profissional e o pessoal para entender o que é para ser entendido, e amar o que deve ser amado. Obrigado pelas palavras de carinho e abraços acolhedores em quaisquer momentos, e também pelas instruções e discussões que fizemos juntos. Não tenho vergonha em admitir que precisei de ajuda, mas, tenho mesmo é muita alegria em dizer que essa ajuda veio da pessoa mais próxima e íntima a mim. Eu te amo incomensuravelmente, pois, tenho privilégio de poder ser companheiro da historiadora que admiro e mulher que amo.

Por fim, também agradeço a todos os amigos que, não sendo historiadores contribuíram com suas perguntas curiosas fazendo-me ver e rever meus pontos de vista como historiador e reler meu próprio trabalho para melhor explicar. Obrigado a todos aqueles que me desejaram forças e me deram apoio, mesmo não conhecendo exatamente todos os detalhes deste trabalho. E também a CAPES pelo incentivo a pesquisa, cujo auxílio é inegável. A todos aqui citados, direta ou indiretamente, espero que apreciem esta obra.

**Resumo:**

Este trabalho se propõe a analisar a Primeira Cruzada sob a trajetória senhorial de Raimundo IV de Toulouse. As marcações temporais adotadas acompanham o sujeito histórico selecionado do nascimento (1041) a conquista de Jerusalém (1099); abordando o percurso das relações políticas que o levaram da conquista do título de “conde de Toulouse” até a participação como cruzado. Para que consigamos dissertar sobre a maioria dos pontos, estabelecemos um quadro comparativo com a condição senhorial no Ocidente do século XI, incluindo da formação dos territórios de domínio à ação como combatente no Oriente. No decorrer das análises das fontes, conseguimos estabelecer comparações metodológicas nas atitudes políticas de Raimundo. Em meio a tantos aparatos político, nos propomos a encontrar a utilização da espiritualidade na justificação da conquista, a discussão da autoridade e do poder para as cruzadas, bem como a multiplicidade de políticas estabelecidas pela grande diversidade de senhores que participaram do evento. A bibliografia, para abarcar todas essas questões, varia de relatos clássicos a discussões mais recentes: buscamos relatar os pontos nodais do poder senhorial desde as discussões de Marc Bloch e George Duby, até as recentes abordagens de Thomas N. Bisson e Dominique Barthélemy. Tal perspectiva foi aplicada sobre o estudo da cruzada, propondo uma abordagem crítica de trabalhos como os de Steven Runciman e Christopher Tyerman, relatam os detalhes junto com as fontes de Raimundo d’Aguilers, cronista do conde de Toulouse e Foucher de Chartres, ambos cronistas participantes da cruzada. Essas fontes, e algumas outras estão no compilado e excelente trabalho comparativo de August C. Krey; cujas notas elucidativas também se incluem na bibliográfica, ainda que como parte da obra.

**Palavras-chave:** Raimundo IV de Toulouse, poder senhorial, cruzadas.

**Abstract:**

This work propounds to analyze the Crusades by the politic vision of Raymond of Toulouse. This temporal marks follow the historical subject, starting with born of Raymond IV (1041) and end up to of the First Crusade (1099); account his lifetime including both the conquer of title of earl of Toulouse and his participation as crusade. For we could relate about this points, we established a common point for most of lords and their domains formations. While we make the analyses of sources, we could methodological measure on the politic behavior of Raymond. In the midst of so many political apparatus, we propose to find the use of the spiritualized in the justification of the conquest, the discussion of authority and power for the Crusades, as well as the multiplicity of policies established by the great diversity of lords of which attended the event. The bibliography to encompass all these issues, ranging from classical texts with more recent discussions: report the nodal points of landlord range from discussions of Marc Bloch and George Duby and include the recent one Thomas N. Bisson and Dominique Barthelemy. Steven Runciman and Christopher Tyerman are also report the details with Raymond d'Aguilers, the chronicler of the count, and Foucher de Chartres, both members of the crusades. These Sources and some others are in the compilation work of August C. Krey whose elucidative notes are included in this work, despite inside the Krey work.

**Key Words:** Raymond IV of Toulouse, manorial power, crusade.



## Sumário

INTRODUÇÃO .....	4
<b>Capítulo 1: SER NOBRE NA GÁLIA FEUDAL DURANTE A PASSAGEM DO SÉCULO XI PARA O XII.....</b>	<b>12</b>
<b>1.1. Debatendo as características de nobreza.....</b>	<b>12</b>
1.1.1 - “Todo poder era de natureza doméstica” .....	17
1.1.2 - “Todo poder participa de alguma forma do sagrado” .....	19
1.1.3 - “Todo poder é exercido por homens” .....	22
1.1.4 - “Aqueles que eles pretendiam sujeitar eram parte dos que escapavam de seu controle” .....	24
<b>1.2. O século XI e o início dos patrimônios senhoriais .....</b>	<b>26</b>
<b>1.3. A tese mutacionista e uma resposta para ela.....</b>	<b>32</b>
<b>1.4. A passagem para o século XII e a realização da investidura.....</b>	<b>41</b>
<b>1.5. Conclusão .....</b>	<b>48</b>
<b>CAPITULO 2: O EMPREENDIMENTO FEUDALIZADO DA PRIMEIRA CRUZADA: A DISPUTA POR AUCTORITAS E POTESTAS ENTRE RAIMUNDO DE SAINT-GILLES E BOEMUNDO DE TARANTO NAS FONTES CRUZADAS.....</b>	<b>52</b>
<b>2.1. Formulando a hipótese: Raimundo de Saint-Gilles e a cruzada como cenário da política senhorial.....</b>	<b>52</b>
<b>2.2. Em busca do protagonista: Raimundo de Toulouse no contexto da primeira cruzada .....</b>	<b>53</b>
<b>2.3. Autonomias e tensões nobiliárquicas.....</b>	<b>61</b>
<b>2.4. Objetivos e Metas da Guerra Santa: o discurso de Urbano II .....</b>	<b>69</b>
<b>2.4. A expedição se forma: as nobrezas da cristandade oriental em marcha.....</b>	<b>77</b>
<b>2.5. A cruzada em movimento: tensões e disputas no comando da expedição .....</b>	<b>81</b>
<b>2. 6. A nobreza manipula o sagrado: o episódio da Santa Lança.....</b>	<b>94</b>
<b>2.7. Conclusão: A disputa ainda não terminada!.....</b>	<b>99</b>
<b>Capítulo 3: AS CRUZADAS PARA A EXPANSÃO DE SENHORIOS.....</b>	<b>104</b>
<b>3.1 Definições de <i>Auctoritas</i> e a guerra entre os cruzados. ....</b>	<b>104</b>
<b>3.2 - Jerusalém e a “batalha sagrada!” .....</b>	<b>116</b>
<b>3.3 - O Pós-cruzada: repercussões. ....</b>	<b>122</b>
CONCLUSÃO .....	129
BIBLIOGRAFIA.....	134

## INTRODUÇÃO

Há 920 anos o papa Urbano II discursava na Gália sobre a situação da cidade considerada sagrada para a Cristandade. Naquele discurso, como dizem as fontes e a historiografia trabalhada nesta dissertação, a multidão fervorosa reagia com cada vez mais entusiasmo às palavras do pontífice, preparando-se, então, para dali a alguns meses, iniciar a empreitada até Jerusalém. Seu intuito seria tomar a cidade sagrada da posse dos fatímidas e retirar os judeus, acusados de deicídio. Este discurso chegaria mais longe, sendo levado até as cortes de diversos senhores. Esses nobres conseguiriam enxergar nas cruzadas muito mais do que um discurso como aquele proferia para os ávidos e corajosos peregrinos. Logo começariam as ações para a intervenção dos aristocratas de territórios do Ocidente sobre as terras e as guerras do Oriente. E, concomitantemente, se expandiria o domínio daqueles que conseguissem transformar a Cruzada numa oportunidade para consagrar-lhe um feudo.

A palavra “Cruzada” causa grande polêmica. Primeiramente, podemos chamar, então, de “Cruzada” ou “Cruzadas”? Seguiremos aqui a hipótese defendida por Jean Flori que entende o evento como um composto de vários objetivos levados pelos seus participantes. Assim, adotando o plural, marcamos já em nosso vocabulário uma preocupação em verificar como atuaram historicamente uma multiplicidade de fatores incidentes sobre as distintas populações aglomeradas sob o nome Ocidente. Ainda que não desenvolvamos uma discussão mais aprofundada quanto à aceitação do conceito, este trabalho tem como objetivo demonstrar o quanto eram diferentes os sujeitos e povos que participaram das cruzadas e como eram igualmente diferentes seus objetivos. Para isso, para falarmos de diferença e semelhanças, analisaremos o principal fundamento das relações de poder que envolviam os grupos diversos que, povoando a Europa, partiram rumo a Jerusalém.

Este fundamento era o poder senhorial, já conhecido como “feudal”, conforme um termo difundido pelos historiadores para designá-los. Envolvido em guerras e formações aristocráticas, este poder perpassava interesses diversos, constituídos desde os territórios ocidentais e deslocados para atuação nas cruzadas. Esses temas – “poder senhorial” e “cruzadas” -, tratados muitas vezes como tão distintos e ao mesmo tempo tão naturais a historiadores, figuraram lado a lado durante a chamada Primeira Cruzada. Em alguns casos, podemos reencontrá-los nos conflitos envolvendo grandes referências

da história política, como o imperador bizantino ou a administração dos territórios conquistados. É justamente esse o semblante do objeto de pesquisa recortado: religar a tão consagrada “história da Guerra Santa” com a ação política senhorial, evidenciando as múltiplas formas com que os aristocratas, seus modos de governo, seus interesses e conquistas ocorreram durante a cruzada de 1095-1099; justificando as novas conquistas e redefinindo as relações entre clérigos e laicos. Isto faz com que a condição de senhor ocidental, um senhor de domínios e *dominium*, figure como o fio condutor com o qual percorreremos nosso contexto.

Porque devemos adentrar as cruzadas se poderíamos simplesmente permanecer no recorte de “guerras internas”, de senhorio contra senhorio? Porque o evento histórico das cruzadas, além de evidenciar certas razões que impulsionaram os interesses políticos de muitos cruzados, nos permite reencontrar vários senhores em uma situação única, na qual eles precisavam confrontar as maneiras conhecidas de exercer o poder com os novos desafios de uma expedição militar incomum, mediando diferenças em meio a uma ação conjunta. As cruzadas têm em suas entrelinhas a rivalidade entre senhores aristocratas ocidentais, ainda que este tema não seja mais tão misterioso para muitos historiadores<sup>1</sup>. Esses conflitos, muitas vezes, formavam o chamado domínio de um nobre; e essas formações fizeram parte das cruzadas.

Tal recorte de pesquisa exigirá que dissertemos sobre as relações de autoridade e poder dentro do movimento cruzado. A cruzada evidencia tensões permanentes, muitas vezes vinculadas a personagens emblemáticos. Em ocasiões assim, evidenciadas nos jogos de poder praticados por parte dos líderes cruzados, as ações para alcançar Jerusalém ganham contornos diferenciados, permitindo ao historiador observar como os modos de exercer o poder, aprendidos no Ocidente, eram praticados e transformados. Ter ciência de que esta discussão começa com a relação do termo *auctoritas* e sua diferença com a *potesta* já demonstra que parte o objetivo deste trabalho foi realizar a análise da Cruzada não como um fenômeno que se resumia a uma guerra armada (a luta, a peleja), e sim como uma guerra política (conflito interno, de estratégias e alianças).

Entretanto, é bom salientar que não esboçaremos aqui nada que se assemelhe a uma “História das Cruzadas”, como fez Steven Runciman (RUNCIMAN, 2002). Nossa abordagem tem limites mais modestos. Em primeiro lugar, restringimos nossa atenção à

---

<sup>1</sup> Steven Runciman já suscitava a hipótese de que a cruzada só conseguiu ser bem sucedida porque a desorganização mulçumana era maior do que a cristã ocidental. Essa hipótese foi reforçada por Christopher Tyerman e depois por Jean Flori.

chamada Primeira Cruzada, transcorrida entre 1095 e 1099; selecionando, na documentação, alguns episódios que evidenciavam os modos de conceber e praticar o poder entre os líderes cruzados. Todavia, a principal peculiaridade deste trabalho está em adotar como objeto de estudo as ações políticas de Raimundo IV, o conde de Toulouse. Nascido em 1041 e morto em 1105, este nobre trilhou uma trajetória que vai da conquista do título de senhor das regiões ao sul da Gália é um papel de destaque no desenrolar da primeira cruzada. Ou seja, Raimundo IV é um personagem que permite ao historiador ligar a história dos poderes senhoriais à história das cruzadas, já que ele pareceu levar para as terras orientais os mesmos valores que detinha quando guerreou em seus próprios domínios territoriais - incluindo os elementos espirituais, aos quais recorreu de modo mais expresso em comparação com os outros cruzados.

Desta maneira, precisamos entender o conde de Toulouse em sua região para entendê-lo como cruzado. Não estamos lidando com aspectos já trabalhados por meio de discussões já realizadas sobre Toulouse, e sim, construindo dali um tema importante para a política medieval. Mas, o objeto desta pesquisa se esboçou mais na participação do nobre em guerras no Além-Mar do que debruçar-se em linhas de contemplação a ações e repercussões na Europa Ocidental. Estamos lidando com temas que se inserem nas cruzadas, mas que não foi preciso relatá-las minuciosamente para entendê-los.

As contradições e os aparatos de poder dos aristocratas cruzados, analisados a partir da trajetória de Raimundo IV, delinearam nosso objeto central: a formação da política do conde de Toulouse entre seus elementos temporais e espirituais no quadro da Primeira Cruzada. Como nobre, o conde de Toulouse lutou para conquistar e expandir seu domínio. Portanto, o domínio de Toulouse foi parte de seu esforço em terras occitanas para se tornar um aristocrata mais poderoso e fundamentou suas práticas de poder e de autoridade. Sua maleabilidade como ente político, realçada durante a atuação como cruzado, demonstra a capacidade do aristocrata medieval em conseguir fazer sua política em diversos polos sociais. Ele demonstra, mais do que os outros participantes das cruzadas, uma estima para com os elementos divinos, os quais adaptava à sua política condal. Com isso, ele adaptou elementos do sagrado aos desafios políticos enfrentados. Ele se tornou, enquanto atuava nas cruzadas, tanto uma personalidade política quanto um devoto às causas santas.

Portanto, partindo de uma ordem cronológica, este trabalho viu a necessidade de primeiro esboçar um panorama sobre a condição de senhor de domínios na Europa Feudal durante a passagem para o século XII. O primeiro capítulo foi devotado somente

a debater as principais indicações de uma importante historiografia sobre a questão de “ser nobre” e de sua relação com a terra e seus subordinados. Apesar de ser uma questão muito antiga, e, portanto, haver um grande debate já produzido em torno dela, nos focamos em analisar as características mais recorrentes entre os historiadores lidos, tomando conceitos construídos desde Marc Bloch, chegando até a apresentação da tese mutacionista e seus críticos, os não-mutacionistas como Dominique Barthélemy e Thomas Bisson. Com isso, buscamos construir uma forma metodológica de pensamento para averiguar os fundamentos do exercício do poder de Raimundo IV, que partiu para a cruzada.

Na segunda parte desta dissertação, o capítulo 2, verifica-se como a inserção das plataformas analíticas construídas no quadro esboçado anteriormente pode auxiliar a compreender a cruzada como parte de uma história do poder muito anterior ao ano de 1095, não como algo iniciado com o discurso do papa Urbano II. Neste momento, com suporte historiográfico, a dissertação se volta a perscrutar a trajetória de Raimundo IV no movimento da cruzada, relacionando-a com outros personagens capitais, os quais surgem equacionados nos relatos documentais. Também buscou-se analisar a trajetória dos líderes as cruzadas a partir do contato travado com o conde de Toulouse, fazendo a leitura dos principais conflitos destacados nas fontes documentais, principalmente em relação ao imperador Aleixo, de Constantinopla, chegando até um ponto decisivo para o desenrolar da cruzada: o cerco e a ocupação da cidade de Antióquia.

Aqui as fontes são cruciais. A primeira é o próprio cronista de Raimundo de Toulouse: Raimundo d’Aguilers. Sua importância é muito mais do que detalhar as crônicas raimundina; ele foi uma testemunha da cruzada porque foi membro da comitiva dos provençais; e, além disso, sua fonte é a que melhor trabalha o conceito de sagrado vinculado à trajetória do conde e dos próprios provençais, do cotidiano ao desenrolar da primeira cruzada, a qual este trabalho toma como objeto de pesquisa. E, contrapondo suas formulações e discursos, temos a crônica de Fulquer de Chartres, considerada com o objetivo de preponderar as demarcações e permitir uma contraponto de crítica ao olhar provençal. A escolha deste autor não foi aleatória: ele também foi participante das cruzadas, e, depois da conquista de Edessa por Balduíno, ele se torna o cronista oficial do novo reino latino. Quando Balduíno se torna rei de Jerusalém, o papel de Fulquer se torna ainda mais importante, pois ele seria cronista oficial do reino que encarnava o objetivo final da cruzada.

Este ponto da narrativa documental foi adotado, durante a pesquisa, como o momento para uma reflexão de conjunto. Diante das coordenadas adotadas neste trabalho, buscamos articular as fontes historiográficas e as discussões de historiadores para elaborar e analisarmos uma hipótese: investigando os embates internos atribuídos aos cruzados, e no intuito de ponderar sobre as decisões políticas de Raimundo de Toulouse perante os demais líderes, chegamos à ideia de que o conde enfrentou um esgotamento do modo senhorial de exercer o poder, sendo forçado, com isso, a recorrer a diferentes estratégias para recomposição de sua autoridade. Uma parcela expressiva destas estratégias consistiu conferir mais peso ao sagrado para justificar a conquista e a transformação da cidade em principado.

Para realizarmos todo esse trabalho, construímos ao longo dele nossos conceitos com base em métodos comparativos. E estruturamos os capítulos entre o cruzamento de dados obtidos entre as próprias fontes, e entre estas e as referências encontradas na historiografia. Para que esta metodologia de comparação seja possível, é preciso nivelar, em grau de inteligibilidade e importância analítica, as fontes aqui utilizadas. Tal função foi delegada ao aparato conceitual aplicado à pesquisa.

Assim, as fontes aqui utilizadas são vistas como formas discursivas feitas por cronistas em suas concepções e situadas como entendimentos de certas situações históricas. Trata-se do mesmo conceito de discurso utilizado por Eni Pulcinelli Orlandi em seus métodos de trabalho, para quem “o discurso não trata apenas da transmissão de informações, (...) tampouco deve ser confundido com a simples noção de ‘fala’, (...) pois se trata de compreender como o funcionamento da linguagem põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história” (ORLANDI, 1999, p. 21). Ou seja, trata-se de considerar “a linguagem como uma prática, não no sentido de efetuar atos, mas porque pratica sentidos, intervém no real. (...) O sentido é história, (...) pois torna possível a relação entre o pensamento, a linguagem e o mundo” (ORLANDI, 1999, p. 92). Com isso, acreditamos ter levado a cabo a ideia, originalmente de Jean Flori, de que ocorreram várias cruzadas no interior da primeira cruzada: tal realidade pode ser averiguada em âmbito conceitual, pois a adoção do conceito de discurso permite vislumbrar as várias leituras aplicadas ao mesmo acontecimento histórico. Ao considerarmos as duas principais fontes documentais como discursos não estamos colocando uma acima da outra, e sim lado a lado como experiência do mundo. Não deixamos por isso de estabelecer um único objeto histórico, com objetivos e métodos; só contemplamos a grande diversidade de fatores e objetivos que o empreendimento da

cruzada obteve, e suas diversas formas com as quais esses objetivos eram lidados e resolvidos.

Na última parte, o terceiro capítulo deste trabalho, as correlações de força entre as políticas aristocráticas dos líderes se mostra ainda mais evidente. O debate que as fontes documentais atribuem à construção das relações de *auctoritas* se torna mais tenso e ao mesmo tempo mais tênue, uma vez que as estratégias realizadas pelo conde começam a perturbar os outros líderes. Juntamente com isso, a conquista de Jerusalém e a escolha do governante entre os líderes também é relida sob a pauta do sagrado, como enfatizado nas crônicas de Raimundo d’Aguilers (cronista de Raimundo de Toulouse). O desfecho desta correlação permite verificar a mudança nos elementos protagonizados por Raimundo IV e a alteração de sua condição de líder no interior do movimento de cruzada, que, a partir de então, passa a se dedicar mais à conquista de terras do que o vínculo com o sagrado. A metodologia comparativa continua a mesma.

Trabalhando com todas essas informações, chegamos ao ponto de verificar quais as relações entre as ações e atuações de cruzada protagonizadas pelo conde de Toulouse e a condição senhorial formada na Occitania. Verificar, enfim, se as cruzadas foram ou não uma continuação das guerras de senhorio, ocorrida no ocidente. Além disso, será o momento de verificar se é possível alguma outra leitura para as cruzadas, que envolva uma política presente nos domínios e exercida pelos aristocratas com o intuito de serem entes políticos e lidarem com as situações espirituais exercidas perante entes eclesiásticos.

Capítulo 1:  
SER NOBRE NA GÁLIA FEUDAL  
DURANTE A PASSAGEM DO SÉCULO  
XI PARA O SÉCULO XII.





# Capítulo 1: SER NOBRE NA GÁLIA FEUDAL DURANTE A PASSAGEM DO SÉCULO XI PARA O XII

## 1.1. Debatendo as características de nobreza

Para além de uma classe coesa e estruturada, os nobres na Idade Média, mais especificamente entre os séculos XI e XII, foram uma composição de espaço e tempo que nos serve de objeto de estudo em decorrência de sua dinamização e atuação social. Eles formavam um “universo” inteiro, no qual os grupos criavam e recriavam seus símbolos em complexos rituais de “composição de classe”. Em sua realidade, estavam contidos laços simbólicos de casamento, vassalagem e o composto familiar, constituindo, talvez, o que seria a maior evidência de certa coerência social e do reconhecimento pelos seus membros como grupos políticos. Isso nos remete, por sua vez, a alianças políticas maiores, formadas na extensão dos grupos familiares ou de alianças; implicando atributos como o *status* nobiliárquico e as heranças recebidas, uma vez que a posse da terra, juntamente com o poder nela respaldado, fundamentavam os privilégios de sua alçada social. Em um primeiro vislumbre, podemos nos assustar com a vastidão de composição na Europa medieval, mas tal reflexão de conjunto é crucial em razão deste objetivo: “ser” ou simplesmente “estar entre nobres” são expressões que possivelmente queremos desnaturalizar – o cenário histórico é mais complexo e dinâmico do que isso. Os próprios nobres tiveram de reivindicar seu “grau de nobreza” perante os outros grupos sociais e se empenhar em sua manutenção. E isso aconteceu com frequência, tanto no século XI quanto no século XII (MORSEL, 2008, p.11).

Desse modo, a pergunta que nos colocamos, principalmente, é: o que seriam os nobres da chamada época feudal? Será suficiente responder que eram somente “a classe ou classes dominante(s) da sociedade”? Ou ainda, um grupo que ascendeu tendo como prerrogativa heranças sociais recebidas da antiga nobreza romana? Ambas as hipóteses podem nos ajudar posteriormente nas formulações das interpretações realizadas neste

trabalho. E conseguimos adicionar outro sinal evidente aos olhos da sociedade: riquezas, poderio senhorial terrestre, ou mesmo familiar; tornando-se uma “classe de prestígio”. O nobre retirava a sua riqueza da garantia da sua terra e do funcionamento dela, e o que caracterizava sua atuação era exatamente as relações tecidas para gerenciar esse funcionamento.

A extensão de seus feudos, bem como o número de vassalos, ditava seu poderio. Assim, um nobre possuía diversas funções que exercia em seus domínios, sobre pessoas e terras, com o propósito de comandar seus bens e fazer com que seus servos usufríssem do fundiário alocado a eles pelo nobre com trabalho. O nobre era quem organizava a política de quantidade e prazo das taxas a serem pagas, como a *talla* ou o *champart*; detinha, também, a jurisdição (o poder de coação) e economia, compilados no chamado de direito de *ban*.

O direito de *ban* permite ao senhor ‘regular a vida econômica do senhorio’ banal: ‘é o senhor quem fixa o ciclo’ das rotações (quando elas existem, dos afolhamentos mais tarde), ‘impõe a data que podem começar os trabalhos da colheita, regula o direito das florestas, dos baldios, ou das terras desocupadas das colheitas (FOURQUIN, 1986, p.212).

Para explicar tal constatação, temos o compilado de Baschet (2006, p.110), que complementa: “ser nobre é, antes de tudo, uma pretensão a se distinguir do comum, por um modo de vida, por atitudes e por sinais de ostentação que vão da vestimenta aos modos à mesa, mas, sobretudo, por um **prestígio herdado dos antecedentes**” (grifo nosso). Portanto, estamos lidando com um grupo a partir do qual eram intercalados emaranhados de relações de distinção e imposição projetadas sobre as camadas sociais das quais dependiam materialmente (camponeses), como sobre outras categorias junto às quais emparelhavam sua autoridade (relação entre aristocratas).

Contudo, que, doravante, fique claro este ponto: “ser” ou “estar entre nobres” não significa homogeneidade. Cada laço que o senhor constituía com seus vassalos era, em maior ou menor grau, composto de uma relação singular, que variava em poder, influência e riqueza de senhor para senhor, vassalo para vassalo, e, sobretudo, de lugar para lugar. Dessa forma, buscamos destacar, no decorrer dos próximos capítulos, as singularidades da condição nobre Provençal, pois estamos lidando com uma parte específica da Cristandade e da realidade nobiliárquica. Porém, para analisar esse quadro, preferimos adentrar aspectos estruturais atribuídos pela historiografia à condição dos

nobres, visando, sobretudo, o modo como estes se colocavam nas hierarquias de funcionamento das diferenças sociais, revelando singularidades. Elementos importantes para entender o funcionamento dos interesses que jorraram para o interior da Primeira Cruzada.

Por isso, iniciaremos esta análise através de uma visão de conjunto sobre o que significava ser nobre na passagem do século XI para o XII. Temos ciência de que se trata de uma generalização – necessária para a pesquisa, mas, ainda assim, uma generalização -, que realizaremos como um esforço tão grande quanto possível para compreender a caracterização vigente na historiografia quanto à atuação dos nobres no período de nossa pesquisa: identificada, para os nobres medievais, uma versão historiográfica do “Espelho dos príncipes<sup>2</sup>”, construção discursiva dos bispos medievais para estruturar a imagem do príncipe governante para seus súditos (DUBY, 1992, p.14). Dessa forma, buscaremos colocar em evidência não uma conduta moral dentro das cortes, mas, sim, uma postura, os fundamentos sociais que amparam sua “imagem exemplar”, claramente de destaque perante as outras funções e grupos da sociedade feudal.

Através desse “espelho”, buscaremos também refletir nossas próprias ideias. Procuraremos elucidar, aqui, mais do que a construção de uma baliza conceitual, a qual poderá nortear a pesquisa, mas também estabelecer um esforço para encontrar os traços históricos de um “fenômeno”; ou seja, a realização social estável do *status* de nobreza com o cumprimento e reconhecimento de uma condição de poder. Almejamos, com isso, dispor de uma ferramenta de leitura que nos permitisse “peneirar” as relações de poder nobiliárquicas e seus componentes, realçando as particularidades do poder banal, as diferentes utilizações dos laços nobiliárquicos, os diversos alcances dos senhorios fundiários. Obviamente que, para ser construído um “reflexo da condição de nobre na Idade Média”, não devemos negligenciar as maiores discussões que, recentemente, marcaram esse debate. Sobretudo, aquelas realizadas por historiadores renomados como Thomas Bisson e Dominique Barthelemy; que discutem a “tese mutacionista do século XII”. Vários elementos que os dois autores utilizaram para justificar as causas da mutação aparecem no contexto de nossa pesquisa, mas deixaremos a abordagem desse

---

<sup>2</sup> O espelho dos príncipes é uma obra composta por um período muito longo na Idade Média, mas tem seu marco inicial no século IX, com os reis carolíngios. Nele, estão “instruções”, modelos, modos de conduta para o governante se tornar o governante perfeito e assim deixar todo seu reino. Esse caráter de tratado político é mais utilizado depois do século XIII, passando a se tornar político-pedagógico. (Retirado de: <http://www.historiahistoria.com.br/materia.cfm?tb=alunos&id=134>).

debate para algumas páginas adiante, nas quais nos basearemos na tese de doutorado do professor Bruno Salles<sup>3</sup>. Essa tese nos serve de elemento de composição deste quadro geral, uma vez que não temos pretensão de realizar façanha igual a tais historiadores; pois nossos objetivos de pesquisa são mais específicos.

Quando se trata da nobreza medieval, um debate muito frequente diz respeito à distinção entre nobreza e aristocracia. Trata-se de um debate clássico que, como veremos, ocupa um lugar central nos estudos medievalistas, ao menos, desde Marc Bloch e as mudanças atribuídas pela *Sociedade Feudal* ao ano mil. Obviamente que, desde 1924, quando Bloch escreveu sua obra e o ano em que este trabalho foi realizado, muita discussão foi feita sobre os termos aqui propostos. Para melhor trabalharmos o assunto, verificamos alguns passos da discussão realizada entre alguns historiadores, principalmente aqueles que vinculam o poder senhorial ao outrora chamado poder feudal; ou fizeram dessa discussão algum esclarecimento político social do termo. Começaremos por Bloch, pela necessidade, mas não deixamos de verificar os acontecimentos também propostos pela obra de Jérôme Baschet (2006).

Grande parte do trabalho de diferenciação e classificação entre os termos pode ser encontrado em Joseph Morsel, no seu aclamado estudo *A Aristocracia Medieval*. Segundo o autor, *Aristocracia* seria a “noção de governo de homens, considerada por uma minoria (inclusive por eles mesmos) como os melhores”. Já *Nobreza*, significaria “um conjunto de representações coletivas, de discursos sociais, que definem e atualizam valores dos quais atualizam e orientam as pessoas em suas relações sociais” (MORSEL, 2008, p.14). O próprio autor admite que “nobreza” é um termo tardio, sendo vinculado à formulação da monarquia; já “aristocracia” se remete ao característico político, sendo visto desde a formação romana (MORSEL, 2008, p.20).

Assim, esses termos que parecem tão próximos podem, entretanto, fazer com que nossas análises se tornem sinuosas, se não bem detalhados. O aspecto tardio na nobreza foi identificado entre o século V e VI, durante a fase final do império romano ocidental. Além disso, já estavam incluídos no termo naquele momento “a herança germânica nas construções imperiais de aristocracia civil baseada em nascimento e serviço imperial (ou civil)”. Em análises por metonímia (por relações lógicas), o grupo aristocrático ficaria em contraste com a plebe (pelos seus cargos políticos); e os nobres

---

<sup>3</sup> A referida discussão se encontra no primeiro capítulo da tese, cujo título é: *Constituir a amizade, romper os vínculos, estabelecer o compromisso*; do professor Bruno Tadeu Salles. Trabalho aprovado em 13 de maio de 2013, pela UFMG.

ficariam agrupados com os ignóbeis, neste caso sendo o primeiro em sua definição “clássica” de bem nascidos, bem conhecidos (DUGGAN, 2000, p.2). Dessa discussão, já retiramos as críticas precisas da obra de Bloch, por exemplo. Conquanto não nos debrucemos em especificações mais graves, o “feudal” utilizado aqui será totalmente vinculado ao próprio grupo formalizado nessas vicissitudes de poderio e relações sociais.

Como aqui tratamos de membros políticos, senhores de domínios constituídos de poderes, daremos mais ênfase às análises que reportam ao “desenvolvimento das forças centrifugais, da fragmentação do poder e da segmentação da sociedade” (LE JAN in DUGGAN, 2000, p.61). Portanto – e, neste ponto, nos distanciamos do conceito de J. Morsel –, esses elementos remetem tanto ao aspecto nobre como ao aristocrático, já que no grupo de aristocratas medievais conseguimos encontrar elementos de nobreza herdados do mundo antigo. Como afirma Anne J. Duggan, tal herança história torna possível, em nossa opinião, formular expressões como “nobres aristocratas”, sem, entretanto, deixar de registrar as singularidades e variações históricas de tal grupo. Essa discussão será importante para entendermos a própria formação da hierarquia dos condes de Toulouse, na pessoa de Raimundo IV, e seus interesses e objetivos na partida para a Cruzada. Seguiremos aqui analisando sua dupla função de aristocrata nobre como característica singular para o período medieval.

No entanto, entre os séculos XI e XII, tal diferenciação parece-nos pouco nítida, uma vez que, após o ano mil, a ascensão do *status* de nobreza abarca os grupos aristocráticos. Partindo desse princípio, nosso objetivo não será traçar uma linha divisória entre esses termos, mas, através deles, termos a clareza de lidarmos com grupos políticos que atuaram diretamente sobre a sociedade, como forças dirigentes, exercendo a função tanto de guerreiros quanto de ordenadores da paz e da justiça. O que, para este trabalho, pode ser entendido como questões que regiam a ordem pública de uma sociedade desmantelada de um aparelho Estatal Moderno – conforme afirma Morsel (2008, p.315). Fundamentados nesse debate, poderemos olhar a questão tanto no que diz respeito a uma nobreza como a uma aristocracia. O importante, para nossos objetivos, é verificarmos o que regeu o exercício de poder e a influência social exercida por esse grupo.

Entretanto, não é apenas a “nobreza aristocrática” nosso termo estrutural de compreensão deste estudo. Os baluartes que se referem às questões de rituais e formas de poder também compõem este trabalho e podem ser vistos sob um contexto geral.

Desse modo, chegamos às definições de George Duby. Para este autor, em um estudo sobre nobreza na Idade Média Central, haverá quatro variáveis historicamente relevantes: (I) **todo poder era de natureza doméstica** e (II) **participava de alguma forma do sagrado**. Era (III) **exercido inteiramente por homens** e (IV) **aqueles que eles pretendiam sujeitar eram parte dos que escapavam deste mesmo controle**. Nas casas nobiliárquicas que exerciam o poder, o controle era hereditário (“nenhuma casa deveria morrer”) (DUBY, 1992, p.13). Mas, essas variantes não foram espontâneas. O processo pelo qual cada uma se apresentou foi demorado, dispendioso e sofreu variações históricas. Isso aconteceu, sobretudo, em todo o período aqui recortado e alguns aspectos chegaram ainda mais longe.

Tais características, apresentadas por Duby, fundamentalmente, na obra *A Idade Média na França: de Hugo Capeto a Joana D’Arc*, constituem um programa de estudo sobre a nobreza medieval para o pesquisador interessado nos séculos XI e XII. Neste trabalho, seguiremos esse plano de investigação. Cabe-nos argumentar sobre as discussões mais enfáticas nesses pontos, demonstrando como eles integram um panorama mais envolvente das questões fundamentais sobre a aristocracia. Portanto, passaremos, agora, a apresentar como tais variáveis, apontadas por Duby, permeiam uma interpretação vigente sobre a aristocracia medieval e partilhada por outros autores.

### 1.1.1 - “Todo poder era de natureza doméstica”

O primeiro aspecto diz respeito à parte mais organizacional do poder e da constituição dos indivíduos como nobres. Os laços matrimoniais constituíam socialmente uma aliança entre duas famílias nobres, e agiam diretamente na constituição das representações sociais do *status* da nobreza, sendo um sempre associado ao outro. Dessa variante doméstica que vinculava os participantes de uma condição de distinção social, originava-se o destaque com o qual a nobreza conseguiu construir toda uma série de ritos e lógicas que sustentaram (algo parecido como um “fardo”) seus privilégios de sangue (MORSEL, 2008, p.77). Partindo desse princípio, podemos incluir a importância do casamento e do agrupamento familiar<sup>4</sup> como forma de governo. Se legítimo, o

---

<sup>4</sup>Sobre o tema do casamento e estrutura de parentesco, fica sob encargo de G. Duby o aprofundamento. Ele compôs dois capítulos para sua obra *Idade Média, Idade dos Homens* nos quais descreve e analisa de forma a já transmitir com especificidades toda a ideia aqui adaptada.

casamento estabelece uma forma legítima de conquista de território, sem mesmo ter de brandir o gládio.

Era através desses dois aspectos que o nobre conseguia transmitir seu sangue, em casamentos arranjados, e propagar sua “nobreza” através de alianças familiares e políticas que lhe garantiam atributos de autoridade: “o filho era a terra, o poder e o prestígio social”, a marca mais evidente da continuação de um status de nobreza (MORSEL, 2008, P.75). Sumariamente, a aglomeração de tais atributos levou a um destaque de grandes proporções simbólicas, que podem ser visualizadas em formas dos brasões e símbolos, portados pelas famílias, e uma ciência que se dedica a isso: a heráldica<sup>5</sup>. Entretanto, um filho de um nobre continuaria sua obra contanto que fosse reconhecido como filho legítimo (MORSEL, 2008, p. 79). Desse modo, ao levar o símbolo familiar para guerra, o nobre estaria brandindo não só o reconhecimento de seu status de nobreza, bem como a funcionalidade da posição aristocrática.

O poder difundido entre os laços simbólicos de matrimônio e hereditariedade pode elucidar uma forma de coerência tanto no vínculo que o nobre estabelecia com outras cortes como nos que ele firmava dentro da sua. Entretanto, esse processo não foi uniforme e desempenhado com a mesma competência social por toda parte. Se, de fato, a família foi representativa do meio aristocrático, não o foi do mesmo modo sempre como uma simples estrutura que sustentava o poderio de uma casa. Essas discussões são pertinentes para o estudo da trajetória social do conde de Toulouse, nosso objeto histórico.

Vemos Raimundo IV começar a sua busca por terras e a expansão de seu poderio através da herança deixada por seu pai, Pons de Toulouse. Entre as terras vinculadas a essa herança, estava metade da abadia de Saint-Gilles (ficando seu irmão mais velho com a outra metade), metade do bispado de Nîmes, o castelo de Tarascon (região também conhecida como Tarascon-sur-Rhône) e as terras de Argence (HILL, 1962, p.8). Ainda sem o título do condado de Toulouse, ele arranjou um casamento com uma prima, a herdeira da região da Provença, e anexou o território ao seu patrimônio fundiário. Um momento depois, com seu matrimônio contestado pelo papado, em função do grau de parentesco implicado, o nobre prefere ser excomungado no concílio de Latrão (1076) do que se separar. Apesar dos reveses sofridos por esse matrimônio, é com essa esposa – controversa aos olhos da cúpula da Igreja – que Raimundo de Saint-

---

<sup>5</sup> Ciência e arte de estudar e produzir brasões. No Brasil existe ainda uma sociedade governamental voltada para isso: <http://www.heraldica.org.br/>



Gilles tem seu filho, Bertrando, considerado ilegítimo. O modo de afirmação política operado pela família – que leva adiante a distinção de um herdeiro cuja legitimidade era contestada por importantes segmentos das elites eclesiásticas – pode ser corroborado pela constatação de que, quando o conde de Toulouse viaja em cruzada, quem fica no seu lugar é Bertrando, como representante da autoridade condal sobre o considerável patrimônio paterno. Todavia, a afirmação tinha limites. Ainda que tenha sido reconhecido como administrador daquelas terras enquanto o pai estava vivo, na ocasião da morte do conde, o filho considerado bastardo não pode herdar o condado, precisando reconhecer o irmão, este sim, herdeiro e continuador de Raimundo IV, fruto de um casamento incontestado, como efetivo portador do título.

Bertrando ainda consegue negociar as terras limítrofes do patrimônio de seu pai, ainda não efetivamente conquistadas, sob a alegação de que não voltaria a Toulouse – sede dos domínios do conde. E, mesmo em outra região, não pode reivindicar algum direito. Precisou travar uma luta contra um primo de segundo grau (primo de seu pai), Guilherme Jordão, seu contestador, para conseguir o título e a hereditariedade das áreas governadas a partir da cidade oriental de Trípoli, conquistada por seu pai no curso da cruzada. Já Afonso Jordão, o filho nascido no castelo de Monte Peregrino, na região de Trípoli, não sofreu nenhum tipo de contestação.

Nota-se que na linhagem dos condes de Toulouse, tendo uma grande ascensão com Raimundo IV, as terras e o domínio extenso deixados aos seus filhos foram formados através da herança e do casamento, alicerces domésticos fundamentais do poderio condal. O usufruto de laços matrimoniais, pautado no seio familiar, prosseguirá com tal lógica até Raimundo VII, quatro gerações depois, quando a família toulousana perderá a maior parcela do seu poderio para os reis capetíngios.

### **1.1.2 - “Todo poder participa de alguma forma do sagrado”**

A vinculação com o sagrado pode ser considerada a parte mais delicada das questões aqui descritas e analisadas. Primeiramente, porque a tênue linha que divide os dois tipos de poder – o temporal e o sagrado – não convém para distinguir os dois tipos de grupos sociais implicados na condição nobiliárquica na passagem do século XI para o XII; afinal, “o clero provém da aristocracia” (MORSEL, 2008, p.69). A parte mais específica separando esses tipos de poderes ainda era, na prática, muito pouco visível.

Numerosos foram os casos em que, mesmo confrontados com o clero, os nobres medievais julgavam-se corretos aos olhos do Deus: como mostra o próprio casamento e excomunhão de Raimundo de Toulouse, que levou adiante um laço considerado espúrio pelo papado, mas firmado dentro de uma igreja no Languedoc. Caso semelhante era o de seus vizinhos mediterrânicos, os normandos, que se aliaram ao papado para consagrar uma empresa militar de conquista da Sicília, mesmo tendo acumulado, até então, um longo histórico de oposição à Igreja de Roma. Ou ainda, em um exemplo bem mais distante, o caso sintomático da baronia inglesa de começo do século XIII, que enfrentou o rei, símbolo vivo dos desígnios divinos, aliada ao clero. Enfim, são muitos os registros de nobres que pareciam vincular o sagrado ao *Modus operandi* da política senhorial, quer incluísse ou não o elemento eclesiástico.

Isso não quer dizer que desconhecemos o longo pensamento formado a partir dos escritos do papa Gelásio I (494-496) e sua famosa separação entre *poder Temporal* e *poder Espiritual*. Para os fins deste trabalho, que se pauta mais na parte “prática” das ações de seus agentes históricos, o fato de encontrarmos Raimundo de Toulouse em disputa com a Igreja Provençal, dedicando sua parte da abadia de Saint-Gilles aos monges clunienses e, ao mesmo tempo, resistindo à condenação de seu matrimônio pelo papado, demonstra que participar do sagrado era parte vital da política praticada pelo poder senhorial dos condes. O poder espiritual não era, sempre e por toda parte, um ramo radicalmente diferente do poder temporal.

Quando examinamos uma questão involucra no século XI, o papel dos mosteiros, não encontramos maiores dificuldades para a compreensão de tais fatores. O mosteiro, construído para ambientar uma nova forma de *Vita Apostolica*, com base em uma imitação da Igreja primitiva, estava adaptado à vida econômica e social dos grandes poderosos da fase feudal do Ocidente (DUBY, 2001, p.98), como ocorria na região da Provença. Nas organizações monásticas, sagrado e temporal se mesclavam. O episcopado, por outro lado, depois da queda do rei capetíngio Roberto, o piedoso, precisou se utilizar de mecanismos de integração à realidade feudal que não estavam dados simplesmente pela lógica da *Vita Apostolica* (DUBY, 1986, p.198):

Deixando o rei [Roberto] de controlar firmemente as eleições episcopais, começaram, em redor dos cargos catedrais, as intrigas, os tráficos de influencia, a corrupção na escolha dos prelados, aquilo a que se chamava simonia, que a Raul Glaber parecia, tal como as epidemias e as fomes, um dos sinais da desordem geral que a aproximação do ano mil provocava no universo. A degradação dos

processos de recrutamento enfraqueceu, no corpo episcopal, a independência e as qualidades humanas. O que dela podia permanecer foi-se esgotando nas lutas confusas nas prerrogativas senhoriais. Nos anos trinta ou quarenta do século XI, os grandes arcebispos da Gália, em Burgues, Viena, Lião, Arles, Besançon, tornaram-se príncipes temporais, levando ao combate bandos de cavaleiros vassalos contra os seus concorrentes laicos – lutas duvidosas, travadas palmo a palmo, dia após dia, por vezes até a porta da catedral. **O que o clero tinha de melhor empenhava-se numa política mundana e de linhagem.** [O negrito é nosso]

Não é de surpreender que várias práticas políticas do feudalismo contivessem uma tonalidade de sagrado. A começar pela Paz de Deus. Na época de Raimundo, essa ideia de que a paz provinha da divindade acabou por instaurar não só um novo tipo de paz, mas também um novo tipo de guerra (DUBY, 1978, p.179). E, vinculada a essa política mundana, a paz de Deus acaba por legitimar a exploração senhorial juntamente com um “código uniforme válido para todos os seguidores de Cristo, eram agora muito mais fácil de impor a comunidade cristã”. (DUBY, 1978, página 180). Dentro desse código, temos a própria cavalaria, que vai se arregimentando em laços de vassalagem, dentro de um ritual sacralizado de benção das armas e, como disse Duby na passagem acima, de legitimação da violência, procurando segregá-los numa *ordo*, os conhecidos como *bellatores* (DUBY, 1978, p.182).

Temos o exemplo de São Geraldo; um senhor aquitano, mártir taumaturgo que era cultuado em santa Fé de Conques fazendo milagres atípicos e inabituais para sua amplitude (algo como devolver os olhos para alguém que os perdeu em guerra), mas que foi santificado por ser “um herói a paz e a justiça” (BARTHELÉMY, 2006, p.52). Esse cavaleiro era a ligação mais próxima entre a cavalaria e a santidade na região, e foi utilizado pelos monges de Cluny, que recorrem à sua história para inverter a hostilidade senhorial ao culto às relíquias (BARTHELÉMY, 2006, p.53). Apesar de ser uma exceção, seus feitos dão novos matizes às relações entre clero e laicos.

Adentrando às questões bélicas, o pensamento senhorial e mesmo o laico, de um modo geral, se tocam em um ponto em comum, pleno de presença sagrada: a Guerra Justa. Com os ajustes do poder espiritual dentro dos âmbitos sociais senhoriais, e mais precisamente aos senhorios do século XI, não surpreende ver o papado unindo cavaleiros – homens brutais e mergulhados no pecado do derramamento do sangue – sob a bandeira de autoridade apostólica, convertendo-os na *militia christi*. Não é prova de uma lógica diferente, nem de uma atuação desprovida de sentido, que as cruzadas tenham sido convocadas em pleno ambiente de acirradas rivalidades senhoriais e de

atuação política ajustada para a violência senhorial. Essa participação do sagrado não poderia intervir de maneira mais evidente do que na reconquista da Terra Santa através da plena violência de uma Guerra Justa. Um cavaleiro, entretanto, revela-nos que os propósitos e as justificativas de uma guerra respaldada pelo papado podem não corresponder aos objetivos de uma família nobre. Raimundo de Toulouse é a prova de que uma família aristocrata poderia ascender-se ao poder temporal ao mesmo tempo fomentando fortes tensões no âmbito dos empreendimentos espirituais bélicos.

### 1.1.3 - “Todo poder é exercido por homens”

O terceiro plano é mais emblemático, na medida em que indica uma “formação de grupo” ou o poder exercido segundo a lógica de uma *ordo*. Se a família constitui um plano político importante na legitimação e na posição do nobre, se a sua vinculação com o sagrado lhe assegura capacidades de ação e intervenção acatadas por outras forças sociais, são os laços e vínculos estabelecidos no interior desta *ordo* que constituem o próprio o exercício do poder, moldando uma dimensão decisiva da chamada feudalidade: o poder é exercido como uma relação pessoal. Por isso, como vínculo interpessoal, o poder envolve questões extremamente subjetivas: código de honra, vingança, noções de lealdade, de traição. Ao ponto de que podemos comparar os laços de vassalagem aos laços de parentesco; os únicos considerados como laços de sangue (BLOCH, s/a, p.156).

A importância da questão exige que emparelhemos os três pontos até agora mencionados. Na época aqui estudada, a condição nobre esteve envolvida, conforme já dito, em uma gama de aspectos políticos e sociais, atravessados por expressões de honra e orgulho, como as questões relativas à vingança, à liberdade e ao senhorio. O que Marc Bloch explica sobre a questão da “*vendeta*”, a vingança do nobre (s/a, p.157), é que: “a Idade Média, quase de uma ponta a outra, e especialmente a era Feudal, viveram sob o signo da **vingança privada** (grifo nosso). Esta, bem entendido, cabia em primeiro lugar, **como o mais sagrado dos deveres, ao indivíduo lesado**” (grifo nosso); tal estado levou a se concretizar a *faide*: “a vingança por parte da família”. Dentro de suas próprias particularidades, os nobres agiam conforme uma “deontologia” de seu ofício, agiam como nobres.

E, se os laços dos casamentos constituíam alianças importantes, eles também beneficiavam e justificavam esse privilégio do poder pessoal de forma prática. Os laços de poderes familiares, de núcleos que envolviam redes menores de poder, terra e comando, exerciam influência na transmissão dessas particularidades: o que acontece com seus dependentes no decorrer do século XI se transforma em herança e hereditariedade de bens e poderio, que alcança a condição dos vassallos através das transmissões pessoais de bens como a terra. Nascia, juntamente com isso, uma dispersão do comando e do uso da força que levou às questões do encelulamento e do encastelamento, faces da expansão de domínios através de pequenas comunidades, marcadamente estruturadas pela proliferação tanto de castelos como de laços de vassalagem. Joseph Morsel admite uma mudança de ordem social, prontamente vinculada aos castelos, em uma reestruturação social “globalizada”, termos que merece questionamentos – mas que, pelos limites desta dissertação, não serão realizados aqui (MORSEL, 2008, p.109).

No entanto, os conflitos não giravam somente em torno da vingança, e nenhum senhor se vingava por qualquer situação. A violência não era aleatória. As guerras travadas entre os senhores, sobretudo a partir do século X, visavam confrontar os nobres em certas condições de combate: evitavam-se as batalhas autênticas, isto é, combate direto, preferindo emboscadas e escaramuças. O que muitas vezes acabava em pilhagens dos campos e da região, com grande impacto sobre as áreas habitadas por camponeses e nas quais estavam situados os templos (as igrejas e os mosteiros). Esta é a chamada guerra feudal, ou, como disse Dominique Barthélemy, a *faida*, termo cunhado pela antropologia para designar o comportamento de vários grupos, incluindo o lugar dos sem grupos nesta dinâmica de guerras internas (BARTHÉLEMY, 2006, p.20). Nota-se o caráter da guerra como mecanismo que dizia respeito, diretamente, ao senhorio e seu domínio. Também é visível a relação de amizade e inimizade, que constituíam laços duradouros, instituídos em alianças, e que possibilitavam abarcar na *faida* o diálogo, a conciliação por trégua, as soluções provisionais e trocas de reféns, implicando pressões morais e militares para alcançar a paz (BARTHELEMY, 2006, p.23).

Esses fatores da condição senhorial terão impactos nas relações de aliança e nas formações de vínculos políticos estabelecidos para e durante a Primeira Cruzada, laços que, como veremos, repercutiram na trajetória de ascensão social da linhagem do conde de Toulouse. Raimundo IV foi um agente histórico polêmico, tanto em sua rivalidade com outro controverso líder cruzado, Boemundo de Taranto, como no relacionamento

com o imperador, Aleixo Comneno de Constantinopla. Essas relações de poder – pessoais, já que expressadas como alianças e traições – renderam também repercussões póstumas sobre o patrimônio de Trípoli, cujas terras, asseguradas por Raimundo durante a primeira cruzada, tornaram-se questão essencial para os rumos da casa de Toulouse e da própria sucessão do condado existente no Ocidente. A implicação do poderio de Raimundo em códigos de honra o levou a medidas drásticas, como desmembrar o corpo principal do exército cruzado após a decisiva batalha de Antióquia ou ainda a tentar “comprar” a liderança para travar batalhas “particulares” no caminho para Jerusalém, como veremos nos próximos capítulos.

#### **1.1.4 - “Aqueles que eles pretendiam sujeitar eram parte dos que escapavam de seu controle”**

A última parte de nosso esforço de síntese para situar nosso objeto de pesquisa consiste em uma característica que foi razão de multiplicidade e heterogeneidade da situação social dos nobres. Sua condição social não era homogênea. Apesar da convergência dos três últimos pontos destacados na realidade da maioria das cortes ocidentais e, principalmente, nas cortes vinculadas à história da primeira cruzada, não temos a pretensão de empregar esses fatores como regra de definição de toda e qualquer corte dos séculos XI e XII.

A discussão sobre essa diferenciação interna à nobreza medieval não é nova: Marc Bloch já teve o trabalho de distinguir a formação dos maiores reinos europeus: Inglaterra, Alemanha (Germania) e França, inclusive incluindo a diferenciação entre o Norte (Ile-de-France) e o Sul (Occitania) dessa última região. Nas suas palavras:

“Não devemos aqui imaginar uma curva contínua. Os direitos dos senhores de feudos tinham muitas vezes caído no esquecimento, em favor da anarquia dos séculos X e XI. Aconteceu terem sido repostos em vigor nos séculos seguintes, não só como consequência dos progressos da lógica jurídica, mas também sob a pressão de certos Estados, interessados numa boa organização das relações feudais” (BLOCH, s/a, p.250).

A citação de Bloch coloca em evidência o relacionamento entre camponeses e aristocratas – quarto e último fator de nossa relação e fundamento da heterogeneidade social das atuações aristocráticas. Segundo o autor, foram as mais diversas administrações, focalizando a boa organização dos feudos, que resultaram em um processo tão múltiplo e variado que levou o próprio Bloch a recorrer ao termo “anarquia”. Estritamente falando, a lógica feudal permite circunscrever “anarquia” com algum tipo de aceitação. Uma vez que encontramos coesão do grupo familiar dentro de uma extensão fundiária, em que, frequentemente, as práticas de violência chegam a subjugar o recurso aos elementos considerados sagrados, chegamos à imagem dos nobres como exploradores sem restrição dos camponeses – imagem exagerada, pois subestima o papel histórico das relações pessoais e tradicionais na normatização da vida social. Essa exploração recebeu a diferenciação de um senhorio banal (ou de *Ban*) e um senhorio fundiário e judiciário. Tal situação demonstra a extensão do controle social detido pelo nobre através da terra, do controle da mobilidade agrária e da cobrança de taxas e impostos (DUBY, 1978, p.245). Eis a anarquia; esse quadro de nobreza é, aparentemente, autossuficiente. Havia correlações: através dos casamentos, cresciam as nobrezas; as alianças fortaleciam a capacidade de legitimação do *status* nobre, principalmente para a guerra; mas, ainda assim, parece não haver algum tipo de associação administrativa que ultrapasse os quadros desta exploração.

Essa caracterização da vida feudal como anárquica é contestada por outro grupo de historiadores. E, dentre esses historiadores, está Georges Duby, que prefere o termo “homogeneização dos campos” para definir a ideia de uma crescente feudalização (DUBY, 1978, pg. 200). No entanto, verificamos que as ideias de Duby, por sua vez, sofreram críticas por parte de Thomas Bisson. Este autor, que sustenta um retorno à ideia da existência de uma “anarquia feudal”, trabalha com a perspectiva de uma Idade Feudal, vivida entre os anos 950 e 1215, vinculando o poder condal (político) às instabilidades da ordem pública. Contudo, a alavanca da mudança que ocorre por volta de 950, final do período carolíngio e início da ascensão de uma nobreza cavalheiresca, permuta três elementos essenciais, que caracterizaram o exercício do poder nobiliárquico: a violência, a tensão e a desordem; principais problemas em terras ocidentais e que seriam a prova da precariedade da administração fundiária e das relações sociais (BISSON, 2010, p.34).

É notório associar essas ideias a uma Idade Feudal violenta e desordeira, na qual a vinculação dos cavaleiros a uma clientela social, através da associação de amizade e

subordinação junto ao conde recém-saído do castelo, fundamenta a coerção sobre o camponês para garantir a estrutura de poder (ordem). Sob esta lógica, este panorama favorecia igualmente o cavaleiro, que buscava expandir e aprimorar seu *status* social, conquistando terras e se tornando parte da aristocracia de terra (mas não da nobreza!). Só no século XII é que senhorio e nobreza estarão nas mãos de uma pessoa só. O que diferencia essas ideias daquelas de Duby é o fator homogeneizador: a anarquia dita por Bisson acontece de forma diferente da economia senhorial – baseada no senhorial banal - delineada por Duby.

## 1.2. O século XI e o início dos patrimônios senhoriais

Partamos do século XI. Esta escolha, em nada superficial ou neutra, leva-nos a uma situação já explorada pela historiografia (BLOCH, s/a; BROOKE, 1973; DUBY, 1978; MORSEL, 2008) – configurando, portanto, um ponto de partida já consagrado entre os estudiosos e que não exige, nesta pesquisa, maiores justificativas. Sigamos, então, a argumentação.

Depois de uma época de reinado consagrada como “o período carolíngio”, a Europa encontra-se vasta, cheia de territórios ainda pouco explorados e áreas sem ocupação que seriam preenchidos por diferentes famílias, durante as décadas seguintes. Contudo, antes das migrações e dos movimentos de deslocamentos camponeses, esses mesmos lugares foram alvos de invasões de povos considerados bárbaros, sendo os últimos deles, os normandos e os eslavos. Essas invasões, ocorridas no fim do século X e no início do XI, destacam-se como causas de mudanças que transformariam profundamente o Ocidente. Bloch retrata bem a ideia (s/a, p.195):

No estado de guerra permanente em que daí em diante vive a Europa - invasões, guerras intestinas -, mais do que nunca o homem procura um chefe, os chefes procuram homens. Mas a extensão destas relações de proteção cessou de processar-se em favor dos reis; **são as homenagens privadas que vão passar a multiplicar-se** (grifo nosso).

Nota-se a ascensão dos vínculos sociais (homenagens) orientados para a nobreza no contexto de um enfraquecimento do poder real; uma nítida oposição ao contexto histórico anterior. Dessa forma, os reis já não tinham mais autoridade (leia-se,



força política) para garantir a paz. É então que os poderosos atraem extratos sociais relevantes para as posições de seus vassallos, criando meios para defenderem as terras e os homens nessa época de guerras e invasões. É interessante notar que esses “homens poderosos”, mencionados por Marc Bloch, surgem nesse contexto já plenamente estabelecidos na posição social de aristocratas; condições que fortaleceram através da construção de uma série de privilégios jurídicos e formas de distinção social, completando, assim, sua transformação em nobreza, processo em franco curso antes mesmo do enfraquecimento agudo da realeza carolíngia.

Os círculos senhoriais já eram representantes do governo régio nas regiões onde era exercido o poder público identificado à autoridade dos carolíngios e, devido a isso, possuíam uma posição política privilegiada no seio da sociedade (MORSEL, 2008, p.62). É o caso, por exemplo, das famílias dos condados de Anjou, há décadas vinculados ao Império e fixados nos castelos como agentes da realeza; ou, ainda, dos condes de Flandres, que reivindicaram nobreza do sangue de sua anfitriã, uma neta de Carlos Magno. Nessa época, como se pode observar, os territórios foram divididos pela própria monarquia para melhor serem administrados, estabelecendo, então, condados, ducados e marcas como autoridades locais sob os signos régios.

As comunidades que se apoiavam nos príncipes ou condes, figuras maiores de autoridade em uma escala geográfica reduzida, encontraram-se subordinadas às suas decisões – nem sempre tomadas conforme a vontade do rei (MORSEL, 2008, p.47). Contudo, o monarca ainda vigorava como a figura principal da própria aristocracia. A realeza passou, a partir de então, a estar subsumida nas malhas de uma composição social que ela mesma havia favorecido e que estava em plena mudança, ou melhor, em plena ascensão política (BISSON, 2010, p.76).

Nesse momento, esses príncipes territoriais, impulsionados por esta posição nobiliárquica ascendente, passaram a exercer o poder com autonomia, assumindo totalmente diversas funções que antes pertenceram à administração régia sob a forma de controles diretos e estritos (como taxaões, justiça, comando militar). Não que eles já não o houvessem exercido antes, mas, o faziam subordinados a legados régios, aceitando os limites de uma atuação no papel de continuidade do poder monárquico. Sua ascensão se justificou, principalmente, através desse legado. Todavia, no contexto da passagem para o século XI, ela se desprende da autoridade do rei. Antes, na época carolíngia, esses grupos afirmavam-se como uma continuação das aristocracias romano-germânicas, que migraram dos espaços romanos para os campos e continuaram no topo

da estrutura social através de uma concessão de terras mediada e regida pela figura da realeza (MORSEL, 2008, P.19). A nobreza passou a declarar seu poder de maneira mais explícita e formal, não somente ultrapassando esse histórico das tradições da Alta Idade Média como também afirmando sangue, linhagem, espaços domésticos e respaldo com o sagrado, reivindicando, assim, sólidos fundamentos sociais para títulos ostentados, no princípio, graças ao ofício régio.

Mais necessário para esta pesquisa do que debater as características da posição ascendente da nobreza, é compreender suas formas de exercício do poder. No século XI, cada linhagem avançou no processo de transformação em uma corte de poder. Cada uma dessas cortes contava com um viés de poderio crescente. Essa lógica, embora possa ser claramente identificada, não pode ser generalizada: a Germânia – assim eram conhecidos os territórios que, em linhas gerais, coincidem com as fronteiras atualmente unificadas como Alemanha –, não foi marcada por uma diferenciação tão nítida do poder régio. Logo, nestas regiões, ainda era possível encontrar linhas divisórias mais claras separando a autoridade do rei e os poderes concentrados pelas nobrezas. O segundo imperador romano-germânico, Oto II, pode ser considerado um exemplo desta realidade. Suas conquistas territoriais na Europa oriental, suas relações com o Império bizantino e, por fim, seu controle sobre a cidade de Roma corroboraram um poder para a dinastia ottoniana desconhecido, na mesma época, do outro lado da Gália (BLOCH, s/a, p.218).

E o que essas transformações tiveram a ver com a questão das terras e dos patrimônios nobiliárquicos? Uma relação intrínseca, possivelmente crucial. Segundo a famosa tese apresentada por Duby na obra *Guerreiros e Camponeses*, foi através das novas pressões exploratórias, exercidas pelos príncipes sobre os camponeses, graças à nova posição política ocupada no século XI, que o “sistema” feudal foi ganhando seus contornos, em resumidamente três palavras: *tirar, oferecer e consagrar* (DUBY, 1978, pg. 61 a 68).

Estamos caminhando sobre o século XI. Neste século, a exploração intensa do solo e do homem por parte de laços de poder chamados feudais estava evidente. Assim, a primeira parte deste trabalho concentra-se nos campos, palco para formação e atuação dos feudos, como para composição da ideia de feudalidade. Com as novas mudanças sociais, os príncipes vão ganhando nova capacidade de intervenção social, explorando com mais intensidade as áreas que, até aquele momento, haviam sido pouco

aproveitadas para a ocupação humana: tais como pântanos, bosques, ou outras áreas férteis que pudessem gerar cultivo (BASCHET, 2006, p.102).

Temos assim um movimento socioeconômico ocorrido em grande escala nas áreas continentais – incluindo a Provença – e crucial para aquele século: **a expansão das terras cultivadas**. Segundo Jérôme Baschet, esse alargamento das áreas integradas à agricultura se deveu a fatores diretamente vinculados às pressões sobre a sobrevivência camponesa, uma vez que a população passava fome. Houve períodos agudos de escassez, sendo esses os anos de 1005-1006, 1195-1197 e 1226-1227. Em outro aspecto, a expansão produziu o domínio sobre terras incultiváveis, de natureza selvagem. Tais foram os casos de pântanos e terrenos pedregosos e escarpados, que, com técnicas de colheitas e desbravamento, foram transformados em novas terras (BASCHET, 2006, p. 102).

Em estreita relação com a expansão da terra, a produção de alimentos aumentou. Duby trabalha com a hipótese de que a mudança social – notadamente dos grupos dirigentes – afetou as relações de produção, o que fez aumentar a necessidade de maior produção e a mobilidade das populações no alargamento das terras cultivadas (DUBY, 1978, p.199). Baschet detalha como surgiram novas técnicas de produção. Mormente, temos aqui uma série de procedimentos conhecidos desde a Antiguidade, mas ainda não difundidos na civilização ocidental (BASCHET, 2006, P.103). Dentre eles, estava uma produção de incremento tecnológico de ligas metálicas para a utilização de ferramentas, o arado, a relha, os moinhos hidráulicos, fornos, lagares. Importante ressaltar a utilização de técnicas de cultivo trienal, resultando em três colheitas por ano, ao invés de duas. No entanto, devemos mencionar, principalmente, a utilização mais frequente do cavalo, ao invés do boi, para as atividades com o arado, e o emprego da charrua, que não enforcava mais o animal de tração. Todas estas técnicas proporcionaram um aumento de produção considerável, situando os nobres em um mundo de novas possibilidades de acumulação material e expansão patrimonial (BASCHET, 2006, p.105).

Além disso, radicalizou-se ainda mais o distanciamento dos nobres perante as facetas dos trabalhos braçais, função dos camponeses (ou de monges, como parte de uma ascese espiritual): eram eles quem cavavam o fosso, erguiam o outeiro, cortavam e plantavam as estacas das paliçadas. A lógica era simples: o senhor cedia a terra e as ferramentas para que seus subordinados trabalhassem; cabia ao senhor a fiscalização e a cobrança. Também faziam a defesa de suas terras para a passagem de algum viajante, é

claro que ele também cobrava pela ponte e pela travessia, mas estava sob a redoma de sua responsabilidade, caso acontecesse um furto, rapto, incêndio, adultério; pois a vingança, nestes casos, é pública, já que tais crimes eram encarados como práticas que conspurcavam a sociedade. Aos camponeses, ainda cabe fornecer-lhes os víveres. Chama-se *exactia* (cobrança), ou *consuetudo* (costume) (DUBY, 1992, p.79). E assim viviam os nobres, arrecadando impostos através de suas terras e víveres por seus homens; eram senhores de ambos.

Um dos fatores frequentemente apontados como obstáculos para essa difusão era a existência do emprego de mão de obra escrava. Porém, no século XI, o trabalho servil foi se dissociando da mão de obra escrava<sup>6</sup>. Submetidos às crescentes pressões senhoriais, os camponeses foram forçados a intensificar o trabalho e alcançar os índices de produção necessários à manutenção do cada vez mais elevado *status* da nobreza. Muitas vezes, isso se traduziu em alcançar, regularmente, duas colheitas por ano. O processo, todavia, se reverteu, dialeticamente, em transformações que moldaram as condições de produção e sobrevivência do próprio campesinato, que conheceu melhor a terra e maximizou as formas de explorá-la. (BASCHET, 2006, p.103-105).

Contudo, não eram somente as terras cultivadas que se tornavam mais abundantes. A população seguia esta tendência de expansão. Ainda sob os argumentos de autores que vão de Georges Duby, nos anos de 1960, a Jérôme Baschet, no início do século XXI (DUBY, 1978, p.199; BASCHET, 2006, p.101), é possível constatar um **aumento da densidade humana** na época aqui abordada. Mesmo frágil em algumas regiões, ele se mostrou historicamente duradouro. Teria sido o primeiro movimento de grande expansão demográfica no interior do qual os quadros da sociedade europeia se cristalizaram – como sugeriu Duby no conhecido capítulo “O grande progresso”, do livro *A Idade na França: de Hugo Capeto a Joana D’Arc* (DUBY, 1992, pg. 157 a 180).

Certamente que, com o crescimento dos suportes e meios de produção, a alimentação atingiu novos patamares gerais. E essa melhora possibilitou um parâmetro de vida regularmente ascendente não apenas para a nobreza, conforme a conhecida argumentação de Duby em *Guerreiros e Camponeses* (DUBY, 1978, p.199). Mas, “o fato é que a população aumentou, duplicou ou triplicou entre 1050 e 1250: a Inglaterra

---

<sup>6</sup> Dos autores aqui trabalhados, Duby, Baschet e Bloch dissertam sobre a questão dos escravos. Todos são unânimes em suas colocações e afirmam que a escravidão pode ter existido na casa senhorial. Como não trabalharemos o tema diretamente, para saber mais sobre o trabalho de escravos, esses autores também servem de referências.

de 1,5 passa para 3,7 milhões; a Itália de 5 passa para 10 milhões e a França de 6 passa para 15 milhões de habitantes. As razões para tal é **o aumento da fecundidade e a diminuição na mortalidade** (grifo nosso)” (BASCHET, 2006, 101).

O resultado desse cenário foi a fixação demográfica em certos pontos dos territórios habitados, dessa vez mais amplos e “reconfigurados” para os novos elementos de trabalho e áreas cultiváveis. Essa configuração leva a dois pontos que se iniciaram no século XI.

O primeiro, e mais complexo, é a questão do *encelulamento*. Parte do *dominium*, esse movimento de agrupamento geralmente é associado à formação da aldeia e de novos territórios que seguramente são explorados por famílias campestres integradas a estruturas comunitárias (aldeãs). A paisagem da Europa continental foi transformada pelo surgimento de novas vilas campestres. Nelas, a identidade camponesa passou a ganhar forma através de uma vinculação direta à formação aglutinada do espaço, o que levou a uma espacialização das estruturas demográficas. Nesse local, surgiram pontos de concentração das práticas de comando e poder. “Esta grande coagulação teria sido operada em torno de um **ponto de atração**, às vezes a grande residência fortificada, o castelo, mais comumente a igreja paroquial e seu *atrium*, ou seja, o cemitério” (DUBY, 1992, p.60).

O segundo, mais expressivo, foi o *encastelamento*: a criação e proliferação de castelos no mesmo período e perto das aldeias que constituíam o *encelulamento*. No século XI, essas construções eram feitas de madeira, e se assemelhavam muito com uma grande torre. Foi a partir da passagem para o século XII que ele vai ganhando seus contornos em pedra e tomando a forma das construções mais espaçosas e elevadas. Abrigando todo o conjunto que rodeia os fundamentos domésticos do poderio nobre (tanto a família, quanto os guerreiros, e outras pessoas que serviam no local) “o castelo domina, assim, o território, como o senhor domina seus habitantes. Símbolo de pedra e madeira, ele manifesta a hegemonia da aristocracia, sua posição dominante e separa no seio da sociedade” (BASCHET, 2006, p.113). Estava situado fora dos limites da vila.

Existiram as hipóteses formuladas por Robert Fossier e por Pierre Tourbet, para quem a vila campestre, entre o século X e o século XI (mais especificamente entre 990-1060), formou-se em torno do castelo (Ver: BASCHET, 2006, p.129; DUBY, 1992, p.60). Não devemos adentrar essa discussão, uma vez que ela não é prioritária para a análise dos aspectos que nos interessam das práticas do poder senhorial. O que podemos afirmar é que, naquele momento, os castelos se multiplicavam e a isso se chamou de

*encastelamento*. Perto ou longe da vila, além de todas as características já ditas aqui (e mais de uma vez: do exercício de prerrogativas de proteção e de justiça), o castelo era o “tribunal” aos quais os camponeses recorriam. Em seu cotidiano em torno do castelo, era definida a realidade das formas de trabalho, perpassando o reconhecimento da liberdade camponesa ou a questão da servidão e da corveia, da qual o sustento dos moradores do castelo era retirado. Também começava a investidura das armas, um ritual simbólico simples que se resume apenas na entrega do gládio ao *milite*.

Quanto à história dos grupos senhoriais, esse cenário de drásticas transformações culminou na imposição das relações de *dominium*. Isto é, uma vastíssima gama de poder sobre os homens e as terras, dominados como inseparáveis, estava sob o poderio do nobre. Nota-se que os nobres não só possuíam terras, mas, sim, o poder de comandar e estabelecer as regras das quais seus servos estariam regimentados. E, de fato, tal quadro levou Alain Guerreau a formular o conceito do *dominium* como uma *dominação total*, significando que entre o senhor e o servo não existia qualquer esfera da vida do último inacessível ao controle e às exigências do primeiro (BASCHET, 2006, p.128).

Todavia, esse conceito de *dominação total*, para os padrões aqui determinados, é um pouco problemático. Quando observamos a trajetória de Raimundo IV como agente histórico, constatamos seu envolvimento em uma multiplicidade de votos vassálicos que descentravam e partilhavam o exercício das prerrogativas feudais sobre homens e terras: tal realidade será mais visível na instabilidade dos rumos da cruzada, da partida de Constantinopla à fundação dos domínios de Trípoli. Assumir uma *dominação total*, portanto, seria negar a diferenciação que as próprias fontes fazem do poder do conde de Toulouse. Assim, pela caracterização do objeto de pesquisa (esforço que avançará ao longo das páginas desta dissertação), não acreditamos que existiram condições para exercer um poder total sobre os homens e as terras cujos destinos estavam ligados à cruzada. Ainda que não tenhamos a intenção de criticar o termo cunhado por Guerreau, não convenciamos seu uso para o nosso trabalho.

### **1.3. A tese mutacionista e uma resposta para ela**

Perante todos esses elementos, vamos à tese polêmica da “mutação feudal”. Por volta do ano mil, a vida social e política do Ocidente medieval sofreu grande contraste. Todos os elementos mencionados acima aparecem compondo um quadro histórico que

tem desafiado pesquisadores desde o século XIX. Após a questão ter permanecido, por muitas décadas, fixada a partir dos argumentos lançados por Georges Duby, sobretudo no livro *Guerreiros e Camponeses: os primórdios do crescimento econômico europeu (séculos VI-XII)*, originalmente de 1973, ela foi reaberta na década de 1990.

A questão fundamental que reacendeu o debate é: como ocorreu tal mudança? É inegável que houve mudança, e mesmo os intérpretes mais antagônicos concordam com isso. Entretanto, o ritmo histórico e os meios que definiram a transformação para a era feudal formam as questões centrais que separam os historiadores. Hoje, fala-se, de forma geral, em dois grupos: os “mutacionistas”, que defendem a compreensão de uma mudança rápida, ocorrida em poucas décadas, drástica e verdadeiramente revolucionária; e os “não mutacionistas”, que defendem a explicação de uma transformação em processo, ocorrida em longo prazo, como uma longa duração.

O debate aconteceu em 1994, na revista *Past and Present*, a partir da edição número 175. Nela, continha um artigo chamado “Revolution Feudal”, de Thomas Nicholson Bisson, da Universidade de Harvard. Essa revolução seria uma abrupta, violenta e dramática mudança social e política (SALLES, 2013, pg. 32/33). Como aponta na sua obra, *La crisis del siglo XII: el poder, la nobleza y los orígenes de la gobernación europea*, que foi gerada exatamente desse debate (e na qual ele mesmo inclui essa discussão): o caráter revolucionário se deu quando, da proliferação de cavaleiros e castelos, marcou, em cada região a seu modo, o exercício do poder e da autoridade nas cortes regentes (BISSON, 2010, p.312).

De fato, se adentrarmos tal pensamento, veremos que Thomas Bisson defende um desmoronamento do poder estatal, com elementos já apresentados no fim do império carolíngio, mas acentuado no século XI, causando a transformação da sociedade em estruturas aristocráticas novas. Essas entidades políticas eram o senhorio com suas ramificações eclesiásticas e familiares (BISSON, 2010, p.28). E não há estranhamento em incluir o termo estatal dentro da tese, pois ela se estende até o surgimento do Estado Moderno.

A resposta para esse pensamento veio pelo mesmo canal de informação: a revista *Past and Present*, na edição 152 de agosto de 1996 e na edição 155 de maio de 1997. Já nesse estágio, o debate estava consagrado:

O número 152 trouxe as objeções e os questionamentos de dois pesquisadores: Dominique Barthélemy, professor da Universidade de

Paris II, e de Stephen D. White, professor da Universidade de Emory, Atlanta 20. Já o número 155 trouxe as contribuições dos historiadores ingleses Timothy Reuter, professor da Universidade de Southampton e de Chris Wickham, professor da Universidade de Oxford. Além disso, o número 155 publicou uma réplica do professor Bisson às críticas de suas ideias (SALLES, 2013, p.33)

Para nossos objetivos de pesquisa, interessa, sobretudo, a argumentação dos *mutacionistas* sobre o lugar do poder senhorial. Isto em razão do fato de que, segundo eles, a força e a capacidade de intervenção social adquirida pelos nobres em poucas décadas teriam revolucionado a vida em todo o Ocidente. Os *mutacionistas*, portanto, conferem grande destaque ao modo como o poder era exercido pela nobreza: os meios, a intensidade e o alcance de tal exercício. Esse interesse é para conseguirmos justificar posteriormente a múltipla forma de organizar-se politicamente conseguida por senhores de domínio. Aqui evidenciaremos dois personagens, e um deles, Boemundo de Taranto, parece ser o melhor exemplo para entender a tese *mutacionista*.

De modo geral, a argumentação segue do seguinte modo. Os novos territórios que se deslocavam da autoridade real, sobremaneira, entre as décadas de 950 a 1020, eram administrados pela força das armas. Todavia, a nobreza não o fazia diretamente. Abaixo dos grandes senhores, havia outro grupo sob seu comando: o *milites*, os guerreiros. Vistos como extratos separados por suas funções, esses últimos eram livres, mas não nobres, ainda que houvesse uma aproximação diária de contato com a nobreza. A posição dos milites acompanhou uma trajetória de ascensão local, sob a elevação de sua condição junto à própria nobreza à qual estavam subordinados por juramentos e homenagens. Os guerreiros alcançaram crescente destaque social, consolidando sua nova posição de membros das cortes locais, possuidores de armas e detentores do ofício da guerra. Em outras palavras, os guerreiros não eram nobres, como dissemos, mas estavam muito acima da condição camponesa. É importante entender a diferença (BASCHET, 2006, p. 111):

Se, é certo que a aristocracia conhece, então, uma renovação e integra em seu seio novos membros, em geral de estatuto modesto, a fusão que se operam é bastante relativa, uma vez que continuam importantes as distancias reconhecidas como tais, entre os **grandes** (*magnates*), que reivindicam altas atribuições de origem carolíngia, e o **simples cavaleiros** (*milites*) do castelo.



A tese *mutacionista* defende a ideia de que todo esse processo é formulado por crises, principalmente pela crise de fidelidade, gerada pelo deslocamento dos *milites* em relação aos *magnates* (SALLES, 2013, p.34). Logo, o Ocidente teria entrado em uma nova fase histórica através de uma ruptura. No século IX, ocorrera a desvinculação política entre nobreza e realeza; agora, no século X, eram os *milites* que se desvinculavam dos nobres – sendo esta a mudança decisiva, que abalou o modo de exercer o poder. As duas fases não tiveram o mesmo impacto sobre a vida ocidental. Pois, a nobreza era um grupo com forte identidade carolíngia: ou seja, com senso de ordem pública, criado pelo estreito convívio com as tradições e normas da realeza a qual serviam. Já os *milites* eram um grupo novo, muito mais numeroso, formado e totalmente voltado para o uso da força coercitiva e da guerra. Seu desligamento da nobreza é visto pelos *mutacionistas* como a ruptura com a ordem política herdada do Império carolíngio. Como agentes da violência e da opressão, os *milites*, agora desobrigados aos antigos laços de obediência, são vistos como promotores da desordem e de uma “anarquia feudal”, como podemos ler na obra de Thomas Bisson (BISSON, 2010, p.74).

Todo o ocorrido se constituía em rápidos processos de mutações, que dariam início a novos senhorios, menores e locais – já que comandados pelos *milites* –, através de uma “revolução feudal”; ou seja, durante as poucas décadas em redor do ano mil, uma realidade radicalmente nova teria surgido, com mudança não só dos governantes, mas principalmente das formas de governar. Houve uma imensa mutação histórica na lógica política, nas ideias e nas práticas que construía as formas de governar. Como diz Bruno Salles, a ordem carolíngia agora era uma mera “presença ilustre” na lembrança das gerações (SALLES, 2013, p.36).

Por outro lado, o principal porta-voz dos *não mutacionistas*, Dominique Barthelemy, questionou os conceitos empregados por mutacionistas como Thomas Bisson. Segundo a crítica, a discussão de Bisson imergiu na tese do surgimento do Estado Moderno e, com isso, a “mutação feudal” parece desempenhar uma função de complementar a explicação desse surgimento, fixando a “origem” do processo que levou ao Estado Moderno. Dominique Barthélemy criticou exatamente esse ponto, questionando o caráter de “mutação” e se isso não seria um “expoente de um etnocentrismo contemporâneo bem explicito”. Depois, Barthélemy questionou o caráter enfático que Bisson atribui à violência senhorial, enxergando nela apenas um mecanismo destruidor, basicamente predatório (SALLES, 2013, p.39).

Segundo o próprio Barthélemy, em sua obra *A Cavalaria*, o que acontece é um contínuo e lento desmembramento dos poderes condaís. Os nobres conseguiam lidar com suas práticas sociais, associando-se às normas e envolvendo-se em todo o ambiente, até de seus adversários. Assim, a vingança direta ou indireta não é desordenada, nem desencadeia a violência abrupta como dita na tese anterior. Porém, a violência existe, e ela gira em torno das personagens envolvidas; certas violências foram até encorajadas, prescritas pela sociedade, mas, ao mesmo tempo, foram canalizadas (BARTHÉLEMY, 2010, p.76). Ao longo do processo, a Igreja produziu ideais morais para essa nobreza, que os aceita, mas, na prática, distorce-os em muitos pontos (BARTHÉLEMY, 2010, p.95); culminando em uma feudalidade dividida em duas distintas épocas. A primeira, girando em questões da honra, tinha por mensuração a quantidade de terras, castelos ou baronias. Não houve uma comoção pela carreira de guerreiro, e sim o desejo de firmar-se no castelo e constituir seu senhorio (BARTHÉLEMY, 2010, p.151). A segunda, a partir de 1060, já não contava mais com laços bilaterais entre nobres do castelo, e sim o preciso delineamento do adubamento, incluindo práticas de guerras cavaleirescas clássicas, os belos gestos e jogos, e consciência de classe. Diferente da mutação do ano 1000, na qual se pautam os mutacionistas, a mutação do ano 1100 tem a principal diferença de ter acontecido (BARTHÉLEMY, 2010, p.207).

O nosso posicionamento nessa discussão é o de nos atermos a outras referências erigidas pela história, que são importantes e estão no cerne da posição da nobreza. Um mutacionista como Bisson vê a figura de um guerreiro de modo atemporal, ou seja, não importa em qual ocasião, cenário ou circunstância, um guerreiro é sempre um agente da violência e violência sempre quer dizer caos e anarquia. Logo, se os guerreiros se multiplicam, cresce a desordem social (BISSON, 2010, p.37). Por outro lado, a tese de Barthélemy parece-nos mais provida de sentido, pois, uma vez que sua mudança enxerga bem mais do que o utensílio da violência, é o que encontraremos no conde de Toulouse.

Parece-nos, nesse caso, que deveríamos confrontar o sentido da violência e da guerra, e das transformações da nobreza com as funções de **comando** e suas relações de *dominium*. Não vamos, necessariamente, colocar de lado as questões emblemáticas levantadas por ambos os autores: a guerra, a terra, a honra, a vingança, e, de certa forma, o feudo (considerando aqui o conjunto de servos, a investidura, o poder chamado de Ban, e as particularidades que compõem cada uma das regiões europeias).

Consideramos a violência e a guerra, e os meios que os nobres lidavam com elas, como um meio atrelado às lógicas de comando. A violência, portanto, não era uma prática antissocial ou sem sentido, ela possuía fundamentos sociais, e nisto estamos nos pautando em Barthélemy. A guerra pode ser considerada um exercício nobiliárquico do poder.

Essa caracterização do **comando** não é original; muito menos extraordinária, (MORSEL, 2008, p.61). É o foco de análise que ela possibilita que nos interessa. A ideia, apesar de simples, parece muito mais prática do que teórica. O exercício de pensamento teórico remete-nos a um termo específico profícuo. Segundo Michel Senellart, o uso da força pode ser considerado uma forma de aproximar-se das prerrogativas exercidas por reis e outras autoridades do período, ou seja, de aplicar o poder *temporal*. O autor especifica que essa acepção não diz respeito a “direitos vinculados à função soberana, mas aos deveres ligados ao ofício do governo (*regimen*)”. Desse modo, devemos reconhecer que o “o governo, (ou ato de governar), veio antes do Estado (SENELART, 2006, p.23). E que, portanto, é possível admitir formas de governo não-estatais. O que contraria a tese *mutacionista*, que vê desordem e anarquia – ausência de governo –, e ressalta a não mutacionista, na qual não houve um estado, mas as relações de poder integram o ato de governar.

Quando se trata da violência exercida pelos aristocratas e o problema do comando, é necessário lembrar que os autores de tais práticas sociais estavam concomitantemente integrados a outras estruturas sociais, sem as quais, qualquer compreensão do sentido daquelas práticas torna-se fragmentada. A primeira estrutura deve remontar a lógica daquelas ações ao seio familiar: geralmente, segundo uma conhecida tese de Robert Ian Moore em *Family, Community and Cult on the Eve of the Gregorian Reform* (MOORE, 1980, pgs. 40-69) e os pensamentos de Joseph Morsel, os filhos que não herdavam as terras do pai, como os segundogênitos, rumavam para o mosteiro ou para a hierarquia eclesiástica secular. Eles não se desligavam de suas famílias, apenas pertenciam a outra esfera de atuação. As práticas de violência e de comando envolviam tais laços de pertencimento, como formas de defesa da herança, proteção patrimonial e reafirmação familiar.

A violência era um mecanismo social fundamental para a criação e manutenção de senhorios episcopais e foram muitos os casos que exemplificaram essa realidade. A própria citação de Duby (1986, p.198), feita páginas acima, demonstra claramente alguns arcebispos atuando como príncipes temporais. E não são os únicos: durante a

Primeira Cruzada, o bispo Adhemar de Le Puy, escolhido pelo papa Urbano II para representá-lo, é citado como um dos líderes dos exércitos provençais, inclusive para ajudar Boemundo de Taranto durante a primeira separação do exército (HILL e HILL, 1962, p.72). Mas, a violência não era só presente de forma mais direta e clara; havia formas como ordálio.

A começar pelo próprio papa Leão IX. O caso que destacamos remete a um concílio reunido para renovar as decisões de Reims, feito em Mainz, ao lado dos bispos germânicos e do imperador Henrique III. Naquela situação, o papa cuidou do caso do bispo de Spire, Síbico. Suspeito de violação do celibato, o bispo acusado seria colocado em '*exame de sacrifício*': "isto é, após prestar juramento, o bispo comungaria, e se seus lábios tivessem dito a verdade, ele nada sofreria ao receber a eucaristia"; mas, se ele não tivesse dito a verdade, o sinal ocorreria em seu corpo. Foi o que teria se passado: a mandíbula de Síbico teria sido travada por uma paralisia, que se persistiu ali em diante, por toda sua vida (RUST, 2011, p.81). Esse caso de violência sofrida por um eclesiástico em uma prova corporal para revelar a sentença devida não é especialidade do papa Leão IX. Muito antes de receber a consagração do título papal, o cardeal Hildebrando, em 1056, na Gália, "prosseguiu sua luta contra a simonia e o concubinato eclesiástico" (RUST, 2011, p.83). Ali que ele encontrou um falso bispo, o qual interpelou, solicitando ao clérigo que proclamasse "Glória ao pai, ao filho e ao espírito Santo" como sinal de que não era culpado das acusações. O bispo não conseguiu dizer as palavras, o que o levou a confessar sua culpa (RUST, 2011, p.84). Esse tipo de violência, que marcava no indivíduo a culpa, compõe manobras eclesiásticas de poderio.

Apesar de sabermos de toda a complexidade dos projetos sociais eclesiásticos – como os diversos movimentos reformadores dos séculos X e XI – e de sua repercussão, focamos aqui o aspecto mais incisivo da questão da posse das terras e do exercício do comando; isso, aos olhos dos *mutacionistas*, aparentemente, caracterizaria as parcelas denominadas "leigas" da nobreza, cabendo às parcelas eclesiásticas o esforço de restringir tais práticas de violência – o que leva muitos autores a valorizar o chamado movimento da Paz de Deus (DUBY, 1978, p.179). Todavia, como mencionamos acima, clérigos e monges também participavam diretamente da realidade daquelas ações.

Portanto, não faremos, aqui, uma separação radical entre "nobreza" e "ecclesia". Afinal, a história da Igreja e a história da nobreza medieval não apenas se cruzavam, como em muitos pontos formavam uma única história. O que nos interessa, sobretudo, é identificar a atuação dos aspectos reconhecidos como nobiliárquicos dentro do meio

social. E quanto a isso, a Igreja possuía patrimônios, hierarquias, funções e influência, todos marcados por aspectos nobiliárquicos. Ou seja, ela preenchia todos os quesitos para a considerarmos como uma *ordo* de nobres. Essa argumentação é fundamental para o desenvolvimento da dissertação, uma vez que, a partir do capítulo 2, lidaremos diretamente com um fenômeno que colocou leigos e eclesiásticos lado a lado nas práticas nobiliárquicas da violência e do comando: as cruzadas.

Na era das cruzadas, a Igreja alcançou novas formas de prestígio, assumindo atuações cada vez mais entrelaçadas ao universo social de condes e duques. Dessa realidade, surgiriam as ordens religiosas militares, como templários e hospitalários<sup>7</sup>. Joseph Morsel aponta que o controle do episcopado sobre o poder público impusera-se através do poder nobiliárquico para, em certa altura da história medieval, superá-lo (MORSEL, 2008, p.36). Já, para Barthélemy, desde que a Igreja adentra as questões de formação de reino de Clotário, no século V, a raiz do entendimento das cruzadas (a concórdia civil em projeto bíblico, deslocando a agressividade em direção aos inimigos exteriores) já poderia ser identificada (BARTHÉLEMY, 2010, p.82).

Nota-se que a violência, integrada às formas de comando, fundamentava uma atuação social forte, como meio de influência direta sobre outras camadas sociais. Então, havia, por assim dizer, um sentido historicamente positivo na difusão da violência durante a era senhorial; de modo que ela incidiu na construção de uma ordem social – e não apenas para fomentar uma anarquia, como insistem os *mutacionistas*.

A tênue linha social que dividia o grupo nobiliárquico entre leigos e eclesiásticos não estava em moldes fortes durante o século XI. Ela não deve, assim, ser exagerada. Isso porque bispados, abaciados e outras instâncias eclesiásticas também encontraram formas de integrar-se à nova realidade política criada pelo enfraquecimento das realezas. Naquele século, vemos o fortalecimento senhorial dos monges<sup>8</sup>. A crescente influência do monasticismo deve ser compreendida através dos laços que atavam essa

---

<sup>7</sup>Depois de conquistado e estabelecido o reino de Jerusalém na Primeira Cruzada, era preciso cuidar para que não fosse tomado novamente. Dos vários problemas sociais naquele lugar tão distante, dois foram solucionados surgindo confrarias, uma espécie mista de ordem eclesial administrada por não religiosos. Em 1113, com intuito de cuidar dos enfermos, principalmente estrangeiros não acostumados com o clima e a alimentação diferente da região, foi criada a ordem dos cavaleiros Hospitalários; tendo como padroeiro São João Esmoler. Logo em seguida, em 1120, para cuidar das estradas entre Jafa e Jerusalém, foi criada outra ordem, a do Templo de Salomão, mais conhecida como ordem dos Templários. Obviamente, como cavaleiros em uma região de periculosidade altíssima, eles excediam suas tarefas e participavam de batalhas, ao lado do rei de Jerusalém (TYERMAN, 2010, pgs. 203-204).

<sup>8</sup>Como demonstrado num caso particular da defesa da professora Cláudia Bovo, cujo trabalho investiga se a chamada “Reforma” foi uma renovação cristã ou defesa de imunidade por parte do monge Pedro Damiano.

parcela da Igreja às aristocracias locais (DUBY, 1982, p.221), muitas vezes produzindo conflitos com os bispos locais. Tais conflitos eram frequentemente sanados através da atuação e intervenção das casas nobiliárquicas regionais, envolvendo patronatos laicos, formas de arrecadação, manutenção dos ofícios religiosos, etc. Aspecto que pode ser visto, por exemplo, em toda trajetória dos monges de Cluny, cujo mosteiro foi criado nos fins do século anterior, em estreita ligação com a casa dos duques da Aquitânia, o que lhe valeu crescente ascensão social ao ponto de desafiar o lugar de poder dos bispos.

Diante dessas questões, é fundamental mencionarmos o lugar do bispo de Roma. Isso em função do papel central que sua autoridade desempenhará no cenário das cruzadas e, sobretudo, na ascensão da casa dos condes de Toulouse. Para tanto, teremos o cuidado de mencionar um longo debate entre historiadores, sobre o qual atentamos para a necessidade de ir além da demonstração ou de simples referências. Se não o fazemos nesta dissertação, é devido à razão de que ele ocupou, ao longo da pesquisa, a condição de um tema secundário: segundo nossa leitura das fontes, o debate em questão pouco tem a ver com a ação de Raimundo IV de Toulouse. Trata-se da questão da “Reforma Gregoriana”, termo defendido segundo as palavras do historiador Augustin Fliche; que via a Sé romana reformar-se em pleno século XI, alcançando instâncias de poder independente daquilo que era conhecido como temporal.

Embora os historiadores se debrucem muito frequentemente sobre essas questões quando se analisam diversos temas relativos ao nosso contexto de pesquisa, inclusive com respaldo da tese mutacionista e do próprio pensamento de Duby, o termo já não é mais plenamente aceito, sofrendo duras críticas e, por isso, tendo sido reavaliado em seu sentido e aplicação. A opção mais abrangente e mais crítica é substituir o termo “Reforma Gregoriana” pelo de “Revolução Papal”. Foi o que fez o autor inglês Norman Cantor em sua obra *Church, Kingship and Lay Investiture in England (1089-1135)*. Segundo ele, saindo de uma situação social instável com o imperador, o papado, ou, mais especificamente, o papa Gregório VII, não simplesmente intencionou voltar a um passado glorioso (como dizem os reformadores), mas começou um tempo novo (RUST, 2013, p.58). Entretanto, diferentemente do que apresentam essas duas versões, temos o argumento do professor Leandro Rust, que afirma que os processos sociais vistos como “reforma” ou “revolução” não se limitaram aos grupos eclesiais. No bojo das mudanças políticas e sociais acontecidas marcadamente no século XI, ocorreu uma “incessante

construções da *institucionalidade*, as diversas possibilidades de formulação das disposições coletivas para tomar decisões” (RUST, 2011, p.522).

Ao que toca este trabalho, preferimos condensar informações relevantes para nosso objeto, extraindo-as de diferentes trabalhos, sem nos comprometer com a hipótese central dos autores. Admitimos o que chega a ser óbvio em todos eles: o século XI foi cenário de mudanças sociais profundas. Contudo, nossa abordagem nesta pesquisa distancia-se da tese *mutacionista* na medida em que consideramos as práticas de poder e violência das aristocracias feudais não como causas de desordem ou forças meramente destrutivas, mas como práticas políticas fundamentais de cortes múltiplas. Estabelecemos esse recorte para entendermos o exercício do comando e sua legitimidade, ou seja, o poder (*potestas*) detido pelos leigos incumbidos de uma autoridade (*auctoritas*). Essa argumentação nos leva a colocar em primeiro plano as relações entre a linhagem aqui estudada – os condes de Toulouse – e sua interação com as elites eclesiásticas; aquelas vinculadas à autoridade papal nos cenários de cruzada, na qual se deu grande parte da ascensão e, sobretudo, o declínio desta casa nobiliárquica. Essa discussão sobre *potestas* e *auctoritas* aparece ao longo do segundo capítulo, e será um tema retomado a todo o momento nesta dissertação.

Todavia, de imediato, devemos discutir uma questão central para a percepção do poder e da autoridade por parte das nobrezas medievais. Trata-se das práticas de investidura envolvendo a homenagem senhorial.

#### **1.4. A passagem para o século XII e a realização da investidura**

As transformações ocorridas na passagem para o século XII (seguindo a lógica de Barthélemy, a segunda Idade Feudal) foram tão intensas quanto as do século anterior. Nesses novos tempos, as regiões caminhavam conforme novas malhas sociais eram tecidas em torno das linhagens e casas nobiliárquicas que ascenderam no contexto anterior. Todo processo tornava-se mais visível com a multiplicação dos castelos, que, como vimos, ganhavam novas formas em pedra e exerciam uma gama de funções sociais: de exploração material, de centro defensivo, de aplicação da força e da violência, de concentração fiscal e diversas funções simbólicas envolvendo *status* e distinção.

Os castelos quase sempre são centros de propagação ou de atração das guerras, práticas que sustentavam o modo de vida de uma classe que tinha no gládio o símbolo

maior de seu destaque social. Além das já mencionadas *vendetas*, guerras particulares de cunho familiares para restaurar a honra e a ordem tal como concebida pelas nobrezas, após 1100, as atividades de guerreiro produziram processos de normatização sobre as ações de clã. Tais processos podem ser vistos através de diferentes referências históricas, como festas, justas, torneios, cerimoniais de corte, a ascensão dos ideais de amor cortês, etc. Através dessas práticas, as nobrezas orientavam saques e treinos para questões de honra e proezas incumbidas das marcas de nascimento. O que colocava em jogo assuntos importantes para toda a parentela e os vínculos domésticos do poder (MORSEL, 2008, p.79).

Esse será o contexto da ascensão do **cavaleiro** como figura definidora das identidades nobre – um tema crucial para um estudo sobre cruzadas (BARTHÉLEMY, 2010, p.357). O cavaleiro se tornou muito mais difundido na sociedade, uma vez que seus feitos agora eram contados como forma de narrativa ficcional, conhecida como “Cavalaria arturiana”, nascida um pouco depois da mutação cavalheiresca do ano 1100 (BARTHÉLEMY, 2010, p.459).

Nobreza torna-se sinônimo de abundância e atividade guerreira, um vínculo estabelecido através do comando. Mesmo as ações de pilhagem serviriam para sustentar o poder e o prestígio de uma corte. Quanto maior o saque, mais poderoso o nobre. Como diz Jérôme Baschet (2006, p.119), a lógica destas ações era que:

Para o nobre, trata-se de distribuir e de consumir com excesso e ostentação, para melhor afirmar sua superioridade e seu poder sobre os beneficiários de sua prodigalidade. Mas esses valores essenciais não demoram a se mostrar insuficientes, pois, muito cedo, a Igreja exerce um papel importante na estruturação da cavalaria e sua unificação em torno do mesmo ideal.

Por essa prodigalidade, convertida em sistema vicioso, a guerra particular não fazia tantas vítimas: era mais rendoso capturar e prender uma pessoa, exigindo resgate. Assim, os nobres conseguiam sustentar um sistema do qual se beneficiavam à custa de outros nobres.

Contudo, o *status* nobre era mantido por outras vias. Nesse segundo período senhorial, suas prerrogativas foram mais administrativas e comerciantes, comparadas com seus ancestrais do século XI (BARTHÉLEMY, 2010, 360). Já em suas primeiras décadas, o século XII colocou em maior evidência o dinheiro, que passaria a circular cada vez mais entre os torneios. Além da fama, que acarretava prestígio ao vencedor,



também havia uma quantia em dinheiro, ensejando as cortes com baixo poder monetário a alavancar suas participações. Não que essa nova via de obtenção de prestígio tenha vindo, de alguma forma, substituir as já existentes. Ela foi agregada a todas as outras surgidas no século XI; uma vez que as mudanças do século trouxeram um novo grupo que pressionaria a nobreza: a burguesia.

Longe de ser identificado com a burguesia moderna – próxima da realidade capitalista –, esse grupo era definido, primeiramente, por um espaço de pertencimento: o burgo. É claro que a terra continuava a ser o espaço de maior concentração demográfica e a principal fonte das riquezas materiais da Europa feudal. No entanto, o século XII suscita o soerguimento das cidades e do comércio em larga escala – fenômeno que, desde cedo, esteve diretamente vinculado às cruzadas. E, com eles, surge outro grupo social que se destaca entre os seguimentos urbanos. Essas pessoas eram chamadas burguesas, pelo motivo de habitar os burgos (cidades). A alavancada situação dos comerciantes introduziu essa variante no universo das relações de poder dos nobres: o poder passava a estar atrelado a uma nova espécie de riqueza, o dinheiro (DUBY, 1982, p.349).

Antes mesmo da instalação desse cenário, os nobres estavam adaptados à vida monetária; da qual obtinham meios para sustentar respeito e *status*. Porém, nos campos, como relata Baschet, as formas de obtenção do dinheiro, muitas vezes, geravam ou agravavam conflitos entre senhores e camponeses – sobretudo, quando envolviam problemas de taxaço de lugares como moinhos, fornos, lagares, etc. Segundo o autor, a instabilidade dos pagamentos resultava em constantes querelas (2006, p.135). Apesar de aparentar uma separação entre o grupo (até ao ponto em que poderíamos formular uma “aristocracia urbana” e uma “aristocracia rural”), o dinheiro possibilitava igualmente o estabelecimento de conexões duradouras entre esses extratos populacionais. Muitas vezes, não havia separação de áreas ou territórios quando se tratava dos vínculos gerados. Os grupos nobiliárquicos detinham extensões rurais, mas também propriedades no burgo; da mesma forma, o poder das elites urbanas ramificava-se cada vez mais sobre as áreas rurais (DUBY, 1982, p.350).

As transformações do século XII associaram novos signos representativos aos grupos nobres. Festas, trajes de gala e o desenvolvimento da literatura com o *fin's amour* mostravam o quão culturalmente dinâmico se tornava o ambiente das cortes – diversos cruzados, retornando do Oriente já por volta de 1100, tomaram parte desse processo diretamente. Agregando também as letras e as artes, os nobres se revestiam

ainda mais do “brio” dessas novas práticas. O amor cortês agia como uma nova marca de distinção social, da qual os nobres se serviam para separar atitudes e comportamentos específicos, identificando-os como símbolos de bravura e honra, e também sabedoria em diversos casos.

Esse contexto trouxe também a narrativa ficcional da “Cavalaria arturiana”; com os temas das buscas pelo Graal e da vassalagem ao rei Arthur. Barthélemy conseguiu identificar dois tipos de Cavalaria como resultados dessas transformações: a Cavalaria voltada para a vassalagem, as vinganças da canção de gesta e de molde ficcional; e a Cavalaria oriunda das antigas milícias romanas, disciplinada e aclamada nas narrativas clericais nas cortes. Segundo esse autor, o grande fato cultural do século XII foi a proliferação do imaginário do Cavaleiro: “poder-se-ia falar quase de um choque de imaginações, se elas não se misturassem e não se influenciassem um pouco mutuamente”. A crítica do autor recai sobre esse modelo moralizado do cavaleiro (de bons costumes e até efeminado), que só aparece muito depois das canções de Gesta (BARTHELÉMY, 2010, p.460).

Deixando a narrativa ficcional de lado, estamos lidando aqui com o segundo tipo de Cavalaria descrita logo acima. Trata-se daquela de tipo romanizada e disciplinada, pois foi a este fundo de atuação da Cavalaria que reportamos os conceitos da nobreza e, portanto, de aspectos aristocráticos da nobreza cavalheiresca do século XII. Esse grupo teve o cuidado de “incorporar uma ética marcada pelo ensinamento clerical e reconhecer que a dominação social não pode se legitimar apenas pela força, mas impõe também a preocupação com a justiça e o respeito dos valores espirituais promovidos pela Igreja” (BASCHET, 2006, p. 121-122).

Entretanto, para o extrato social em questão nesta pesquisa - a nobreza -, o *status*, os meios de poder e mesmo a coesão social perpassavam um elemento crucial: a feudalidade.

A feudalidade deve ser entendida como uma prática social integrada a cadeias de poder, comando e influência. Ela dá nome a laços criados entre os membros da nobreza visando a ampliação patrimonial (através de transferências de terras e outras fontes de riqueza) e a criação de redes de compromissos sociais (orientadas, particularmente, para a guerra). Tais práticas definiam o cerne do que um dia ficou conhecido como **feudalismo** (e suas reminiscências nos trazem ao conceito de feudalidade). No século XII, esse “sistema social” tinha na feudalidade a principal engrenagem, tendo seu funcionamento assegurado e mantido pela exploração do trabalho camponês.

A feudalidade tomava forma mais clara através do ritual de investidura do nobre, que envolvia a participação da realeza e da própria Igreja. Bem mais complexa e mais atrativa do que a simples entrega do feudo, a investidura marcava o estabelecimento de um laço prestigioso entre dois senhores<sup>9</sup>, pautado em diferentes formas de obrigações, mas que formavam um compromisso mútuo (BARTHÉLEMY, 2010, p.359). Os liames complexos que ligavam os dois senhores, e até mesmo as duas famílias envolvidas, giravam em torno de três principais eixos: a (1) **obrigação de cumprir seus deveres, a especialização profissional em guerra** e (2) **a individualização do laço entre senhor/servo** (BLOCH, s/a, p.202).

Cada um desses eixos demonstra o aspecto tanto particular quanto geral de cada feudalidade. Os deveres de um nobre perante outro era servi-lo na orientação com bons conselhos e, principalmente, como seu braço na guerra. Devido à honra empenhada no juramento, não cumprir esses votos (e, no caso do conselho, o fazer de mal grado) seria, para os envolvidos, uma “falta grave” no interior da corte da qual se fazia parte. Os nobres implicados no juramento estavam comprometidos com dimensões inteiramente pessoais e domésticas do poder, como dissemos no início deste capítulo: tais como envolver-se na educação dos filhos do aliado, introduzindo-os nos costumes e hábitos da corte; tomar parte dos custos do casamento das filhas do aliado e mesmo empenhar-se para pagamentos de eventuais custos de guerra, como resgates.

Para o equilíbrio do laço e o cumprimento dos votos assumidos, cada nobre deveria conhecer e legitimar o próprio círculo de convívio do aliado assim obtido. Outrossim, a feudalidade ocasionava impactos sobre o exercício do poder banal, ou de *Ban*, que garantiam ao senhor as funções de jurisdição, punição, fiscalidade e cunhagem de moedas em determinados locais; delegando direitos e deveres sobre suas terras. O século XII viu nascer o uso da escrita e a produção de documentos necessários para registrar e regulamentar a feudalidade.

Todavia, ainda que as obrigações de justiça, fisco e paz, formassem uma parcela importante dos poderes colocados em cena pela feudalidade, a questão maior continuava a ser a guerra. Os assuntos implicados diretamente no uso da terra e das produções

---

<sup>9</sup>Tratando-se do ritual de vassalagem em si, ele era composto por três partes: a primeira é a verbal, em que o vassalo elogia seu senhor e coloca-se em *immixtio manuum*, o vassalo ajoelhado coloca suas mãos fechadas entre as mãos abertas do senhor. A segunda parte é a fidelidade, na qual há o juramento prestado perante a bíblia e depois um beijo. E, por último, o simbolismo da investidura do feudo, em que o senhor passa ao vassalo algum símbolo (um bastão, vara, galho, punhado de terra...) para entregar o feudo. Geralmente, é o senhor mais adiantado que faz a investidura da terra ao seu vassalo (o príncipe do barão, o barão do senhor e o senhor de seus vassalos) (BLOCH, s/a, p.202).

agrícolas eram considerados menores para um nobre, que deveria dedicar seu tempo a aprimorar suas habilidades guerreiras ou conseguir dinheiro suficiente para custear suas armaduras. A atividade bélica também se concentrava em defesa das terras dos nobres envolvidos pela investidura. Sob a visão macro ou micro, os cavaleiros de uma região se dispunham, graças à feudalidade, a empenhar as armas por diversas questões: desde as mais locais, envolvendo trocas de bens e casamentos, até as mais abrangentes como guerras de grande alcance geográfico, muitas delas travadas em nome do rei, da Igreja e da própria Cristandade.

Além disso, no século XII, a prática da feudalidade perpassou outros laços sociais, como, por exemplo, as normas da hereditariedade e da herança. Algo que, para o nobre, era um motivo tanto de benefícios, quanto de preocupações: por um lado, ele perdia certa autoridade sobre o próprio patrimônio ao sujeitar-se a outro nobre como vassalo; por outro lado, ele poderia expandir os recursos e os meios para exercer o comando sobre terras e populações camponesas. Com isso, em muitas regiões, não só a feudalidade atravessou e criou tensões no seio das relações de parentesco, como desdobrou-se no problema de nobres que se envolviam em múltiplas investiduras. Algo problemático para um senhor na questão da defesa da guerra. A homenagem lígia surgiu para tentar estabelecer uma ordem de prioridade nos laços de lealdade e, com isso, orientar as obrigações de defesa e de ataque dos nobres envolvidos na feudalidade (BASCHET, 2006, p.125).

Contudo, essa prática, tão bem fundamentada e estruturada, não aconteceu de forma homogênea por toda a Europa. À medida que se desenvolveu a administração senhorial, seus aspectos mais particulares também ganhavam novas cores. Por isso, o senhorio foi um amálgama de relações diversas, pintado de diferentes formas sociais e variações geográficas (BASCHET, 2006, p.124).

No caso da Gália, região de onde provinha a linhagem estudada nesta pesquisa, o ritual da investidura permitiu à camada mais elevada do “nobre-mor”, senhor da região, constituir grande séquitos de cavalaria. No geral, a aristocracia francesa foi baseada em uma rígida relação de confiança entre o príncipe nobiliárquico e aquele submetido ao pacto de lealdade, vinculando-os a uma rigorosa relação de comando. Este laço estabelecia, através das noções de prestígio e de todo o *status* dos nobres envolvidos, uma extensão de obrigações e direitos, que concentrava o poder nas mãos do suserano ao ponto de subtrair a lealdade devida a outras instâncias, como, por exemplo, à realeza.

A feudalidade afetava as formas de distribuição e concentração de terra, redimensionando o controle sobre aldeias, servos, castelos e até mesmo a parentela.

Através da investidura, o senhor obteria grande poder de comando sobre vassallos, os quais eram considerados *barões* (também conhecido como *tenant en chef* ou *captai*). Esses ilustres senhores tinham seus próprios subordinados; eram denominados de *senhor de pendão e caldeira*, aqueles que recebiam ordens dos barões e conseguiam ter uma quantidade de outros senhores a seu dispor para travar suas lutas com ele. Descendo na hierarquia, temos o *vavassalo*, a fidalguia que só servia, não tinha subordinados, mas participava da atividade guerreira sob a bandeira de um feudo mais forte; em contraposição, o senhor de seu senhor é chamado de *suserano* (BLOCH, s/a, p.386). Nota-se que o poder de comando é a medida da escala social.

Jérôme Baschet afirma que tais práticas envolviam apenas 2% da sociedade. Mas, existiram diversos pontos sociais nodais, a partir dos quais o “sistema feudal” repercutia sobre os demais grupos que compunham a sociedade:

**Depois, à medida que os meios cavaleirescos adquiriam uma consciência mais nítida do que os separava da massa «sem armas» e os elevava acima dela, fez-se sentir mais imperiosamente a necessidade de sancionar, por meio de um acto formal, a entrada na colectividade** assim definida: quer o novo admitido fosse um rapazinho que, nascido entre os «nobres», obtinha o direito de ser aceite na sociedade dos adultos; quer se tratasse, muito mais raramente, de algum afortunado recém-vindo, que parecia ter-se igualado aos membros das antigas linhagens, pelo poder recentemente adquirido, pela força, ou pela destreza (BLOCH, s/a, p.364). (O negrito é nosso)

As relações de comando e até mesmo os conflitos que emergiam entre a nobreza não eram resultados simples de ações predatórias ou competições irracionais, mas consequências de costumes cristalizados em redor destas noções vitais à feudalidade: as normas do *pactuado e do obedecido*. É o que nos afirma a existência marcante de uma forte nobreza dentre seus limites territoriais de organização. Esses contornos que garantem à nobreza alguns privilégios, dos quais os próprios aristocratas engajam-se socialmente para exercer e perpetuar, coloca-os, principalmente na Gália, em uma situação política e militar confortável. Não é de se espantar a clivagem entre eles; a posição social que o nobre exerce, até mesmo dentre as famílias ligadas a ele por feudalidade, destaca aqueles que conseguiam um maior poder de comando.

## 1.5. Conclusão

Desse quadro emblemático, nobiliárquico e aristocrático<sup>10</sup>, conseguimos retirar importantes conclusões sobre como poderemos proceder a próxima etapa de análise do objeto. Primeiramente, ele nos serve não para nos basearmos nessa noção como se ela fosse um conceito fechado, e sim para aprimorarmos nossa definição conceitual conforme avançarem nossas análises: se Raimundo de Toulouse é um nobre, ele não precisa necessariamente seguir, de modo restrito, todas as normativas que regem seu grupo (e ele mesmo não o faz), como mostraremos no próximo capítulo. Desse nobre comentado desde o século XII, que já terá a cruzada como expoente para sua insígnia nobiliárquica, as funções sociais estavam abertas a transformações e variações, como era a tônica do próprio contexto a que ele pertencia. Portanto, podemos dar ênfase, em nossas análises, à possibilidade de oscilação em sua atuação nobiliárquica sem que, com isso, ela fosse descaracterizada no bojo que a política cruzada suscitaria.

Dessa forma, não nos espanta o fato dos nobres estarem vinculados a práticas de guerra feudal. Essas disputas, denominadas de *Faida*, relacionadas com o meio social complexo do medievo, conseguiam recriar os valores sociais, muitas vezes vistos como opostos, então atribuídos a um cavaleiro pronto para o combate, ou transformar sua relação com um eclesiástico. O que encontraremos nas cruzadas. Com suas lógicas particulares, caráter violento e organizando-se com grande margem de autonomia, os grupos estavam envoltos em um meio social que possibilitava mecanismos para uma reprodução dos modos de exercer o poder fundados no Ocidente – como a “Vingança de Deus”, que se utilizou da violência cavaleiresca em convergência com o pensamento político clerical. (BARTHÉLEMY, 2006, p.12). E tais relações não estavam delimitadas somente aos valores clericais, mas a um conjunto mais amplo de elementos simbólicos: a própria representação de entes fantásticos, inseridos em complexos de crenças e de concepções sobre o espiritual que permutavam as balizas do poder temporal, perfazendo o mundo do nobre medieval (MORÁS, 2001, p.18).

Logo, os nobres pertenciam a uma cultura do mundo medieval tomada por categorias de significações sobrenaturais. E essas categorias se formulavam em pautas

---

<sup>10</sup> Como vimos nas primeiras páginas deste capítulo adotamos os dois termos como convergentes em função da perspectiva histórica encontrada na obra de Anne Duggan, a partir da qual consideramos as principais diferenças entre os elementos que compõe os dois grupos como possíveis de serem articuladas. Entretanto, para o objeto proposto, ambos os termos contém importantes caracterizações históricas das quais não pudemos abrir mão, pois, consideramos a formação característica do aristocrata e sua atuação jurídico-política como nobre elementos presentes nas duas fontes históricas analisadas adiante.

de conflitos no sentido do termo *auctoritas*, reivindicado pelos poderes espirituais e, a respeito do qual, alguns grupos afirmavam a multiplicidade e, por vezes, a inferioridade das *potestas* (ZIOLKOWSKI, 2009, p.434), como demonstraremos no capítulo 2. Entretanto, os elementos envolvendo o sagrado também poderiam estar presentes nos conflitos entre dois nobres, se assim a causa santa da entidade espiritual justificasse o ganho do nobre honroso. Eis então as cruzadas. A Primeira Cruzada foi um evento que suscitou a possibilidade para os nobres conquistarem status cada vez maiores de nobreza.

Entretanto, esses termos (*potestas* e *auctoritas*) nos introduzem duas outras sentenças sobre as quais queremos deixar claro qual o quadro conceitual utilizado no presente capítulo.

Primeiro, trata-se do poder senhorial como mecanismo de dominação. Não se trata de negar a violência, em qualquer uma de suas variações (sejam com o conflito entre os exércitos, ou a destruição de templos e a tomada de território), ainda que muitas formas não sejam expressamente apresentadas. As cruzadas foram violentas, isto é irrefutável. E essa violência está mais precisa nas palavras de Thomas N. Bisson. Ainda que Dominique Barthélemy não negue o caráter violento, é com o autor americano que podemos comensurar o quão violento poderiam ser os cavaleiros. Como não estamos focalizados na violência como caráter fundamental das cruzadas (e nos perguntarmos até onde foi a violência nas cruzadas), Bisson aqui assumiu (e continuará assumindo) o papel de nos lembrar que a política medieval não havia esquecido o caráter sangrento da guerra.

O segundo é o aspecto do poder senhorial como uma “espiritualidade guerreira”. Traço já demonstrado na Paz de Deus e Trégua de Deus, pois não seria possível aceitar essas inferências eclesiásticas no círculo nobiliárquico se os próprios nobres, de alguma forma, não as acatassem como parte de seus interesses e objetivos. O que se refletiu nas cruzadas foi o que se mostrou evidente com Raimundo de Toulouse: um nobre que era, ao mesmo tempo, guerreiro, senhor de terras e acreditava-se um agente do sagrado. Como veremos nos próximos capítulos, sua ação face às relíquias não deixa dúvidas quanto à posição assumida por este homem de arma e violência no contato com o sagrado.

## Capítulo 2:

# O EMPREENDIMENTO FEUDALIZADO DA PRIMEIRA CRUZADA: A DISPUTA POR *AUCTORITAS* E *POTESTAS* ENTRE RAIMUNDO DE SAINT-GILLES E BOEMUNDO DE TARANTO NAS FONTES CRUZADAS.





## **CAPITULO 2: O EMPREENDIMENTO FEUDALIZADO DA PRIMEIRA CRUZADA: A DISPUTA POR *AUCTORITAS* E *POTESTAS* ENTRE RAIMUNDO DE SAINT-GILLES E BOEMUNDO DE TARANTO NAS FONTES CRUZADAS**

### **2.1. Formulando a hipótese: Raimundo de Saint-Gilles e a cruzada como cenário da política senhorial**

Seguindo os argumentos aqui apresentados (no capítulo anterior), podemos então passar para a próxima etapa e apresentar a cruzada de forma social e política, não só como guerra santa. O mais importante é não esquecer que essa forma esteve, em si mesma, vinculada a questões de espiritualidade. Em se tratando da chamada Idade Feudal, sobretudo de uma época de hegemonia cultural do monasticismo, as relações de poder se transformavam em práticas incrustadas em uma cultura social dominada pela espiritualidade (MORÁS, 2001, pgs. 16-17). Podemos enxergar isso claramente no contexto da vida de Raimundo IV de Toulouse. O cronista que o acompanha até a Terra Santa, Raimundo d'Aguilers, empenhou-se em construir uma narração não só baseada em batalhas e conquistas de território, mas que recorresse a razões espirituais em jogo ao redor do conde, descrevendo fenômenos como aparições e relíquias, construindo uma versão específica da marcha rumo a Jerusalém. Nesse caso, será preciso arregimentar os elementos apresentados pelo cronista e outras fontes documentais da primeira cruzada com as estruturas já descritas para a posição de nobreza da qual participava o aristocrata em questão; relevando como esses dois universos se complementam para formalizar a construção da imagem de Raimundo de Saint-Gilles.

A multiplicidade de realidades políticas e de modos de governar compoem a vida nobiliárquica nos territórios que, da Gália ao Oriente, integraram a história da primeira cruzada devem ser o vetor que norteia as análises aqui propostas. Apesar de se tratar de crônicas que recorrem em todos os momentos a elementos espiritualizados, podemos realizar uma leitura pelo viés político e social; um enfoque não somente nos

objetivos principais dos eventos cruzadísticos, mas, sobretudo, na ascensão e nas tribulações do conde de Toulouse durante tais eventos. Porém, como não há uma abordagem direta, precisamos mensurar com cuidado as atitudes atribuídas ao aristocrata e narradas em outras versões documentais no bojo da campanha em que ele se inseriu com outros líderes cruzados. Adentra-se, então, a questão política e social, uma vez que, como objeto principal, os contornos de sua atuação como conde dão aos seus interesses uma complexidade política que não está ligada somente aos objetivos de cruzada proclamados na Gália, e, sim, às atitudes de representante maior das forças nobiliárquicas daquela região.

Logo, reconhecendo que a cruzada contou com diversos líderes e cada um atuou com objetivos próprios, muitas vezes, discrepantes entre si, focamos ações atribuídas pela documentação ao conde de Toulouse; com o fim de problematizar quais eram as posições de poder ocupadas por ele e quais as lógicas de seu funcionamento no quadro da cruzada. Para isso, será importante não negligenciar como cada liderança tratou de conciliar e disputar tarefas, prerrogativas e privilégios no curso da cruzada, buscando avaliar como tais relações tornaram a cruzada uma ocasião favorável à observação dos comportamentos sociais e políticos dos nobres. Eis o ponto o qual o conde de Toulouse nos mostrou ser importante: sua atuação, aparentemente, é indício de transformações sociais que criavam possibilidades de alterações e negociações do *status* de nobreza trazido das realidades políticas regionais do Ocidente cristão. Nessa constatação, nossa principal hipótese é de que Raimundo atuou ao longo da cruzada de modo a utilizar-se de sua política senhorial construída em suas terras no Ocidente, para ascender-se como aristocrata e integrar-se a novas e maiores cortes naquelas terras que estavam sendo exploradas. Devemos, agora, entender como ocorreu essa ascensão e seus movimentos ao longo da cruzada.

## **2.2. Em busca do protagonista: Raimundo de Toulouse no contexto da primeira cruzada**

Uma das principais ocorrências históricas dessa multiplicidade foi a profusão de cidades e cortes ainda nas décadas que antecederam o início das cruzadas. Quanto mais as nobrezas expandiam seu poder, sobretudo territorialmente, mais parcelas de terras foram implicadas no senhorio e mais cortes foram produzidas; transformando, assim, as

dimensões espaciais da civilização cristã, que já eram múltiplas, em uma diversidade geopolítica ainda mais intensa.

É nesse cenário que devemos compreender a ascensão feudal do condado de Toulouse. Tema que nos remete à figura de um nobre chamado Pons, conde palatino da corte francesa. Com data de nascimento incerta, que teria ocorrido em algum momento entre 1041 e 1042, esse nobre herdou as terras do condado em questão graças a uma concessão feudal antiga, datada do século IX – quando seus antepassados exerceram a função palatina através das designações dos reis carolíngios. Com a crise da realeza desencadeada pelos nobres (já comentada no capítulo anterior), Pons transformou a função antes subordinada à monarquia em um patrimônio governado de modo independente, passando o condado de herança para seu filho mais velho, Guilherme. Esse era o primogênito de três filhos. Os outros dois eram Raimundo e Hugo, nesta respectiva ordem. Uma vez consolidada a nova posição de poder, Pons tratou de fixar a ordem de herança: todos os seus sucessores estavam obrigados à determinação de que todo o patrimônio fosse transmitido sempre ao homem mais velho (HILL e HILL, 1962, p.6).

Dentre os herdeiros de Pons, a figura que mais se destacaria historicamente foi a de Raimundo. Antes mesmo de consagrar-se conde de Toulouse, através de sua atuação como nobre para conquista-la do irmão, Raimundo já delineava novos territórios para seu patrimônio nobiliárquico. Ao que parece, essa expansão vinha acontecendo muito antes de sua ascensão à posição de poder deixada por Pons e incluía a incorporação de terras eclesiásticas.

Em 1037, o pai de Raimundo recebeu de dote da sua segunda esposa, Marjorie, metade do bispado de Nîmes e Albi, além de metade da importante abadia de Saint-Gilles. Após sua morte, selada a divisão das terras entre seus filhos, Raimundo ficaria com as parcelas da abadia de Saint-Gilles, o castelo de Tarascon e as terras de Argence. Tal patrimônio lhe valeria o nome de “Raimundo de Saint-Gilles”, como posteriormente ficou conhecido. E não foi só isso. A herança rendeu-lhe ainda mais poder territorial: a abadia de Saint-Gilles era vinculada à ordem cluniacense. O contato aumentou o prestígio de Raimundo de tal forma que a abadia mãe, Cluny, aclamou-o como o protetor temporal do mosteiro. Função que implicou Raimundo na luta pela proteção dos patrimônios monásticos existentes em Rouergue e Narbonne. Ao final da querela, o empenho pela proteção favoreceu Raimundo não apenas com o prestígio de protetor

monástico, mas com a aquisição de novas terras naquelas duas regiões, o que ocorreu em 1066 (HILL e HILL, 1962, p. 8-9).

Necessita-se fazer aqui um parêntese para chegar a uma constatação valiosa. Os monastérios e bispados na região Occitana lidaram com as influências religiosas no meio senhorial de forma diferente do que “sua irmã”, a corte gaulesa, ao norte dali. No local onde Raimundo se tornaria conde, duque e marquês, as chamadas Tréguas e Paz de Deus iriam, gradualmente desde o ano 1000 até o século XII, institucionalizar-se em suas modalidades administrativas. Ali, era a manutenção da ordem e da justiça que determinava a relação entre bispos e a alta aristocracia, respondem à lógica e a tradições políticas próprias de cada principado (CARRAZ, 2012, p.68).

Assim, inserindo-se nesses equilíbrios locais e na luta pela abadia de Saint-Gilles, Raimundo exercia influência social de uma alta aristocracia, dessa vez voltando-se para o episcopado. Ele, então, ganhou o auxílio de Guifred, bispo de Narbonne, que lhe assegurou o título de visconde. Um momento depois herdou os títulos de sua avó materna, Emma, incorporando a Provença, onde continuou a luta pela conquista de territórios. Destarte, Raimundo IV, senhor de Saint-Gilles, foi um nobre que se dedicou a acumular terras para expandir seu senhorio; e, em 1088, havia adquirido os títulos de conde de Toulouse, duque de Narbonne e marquês da Provença. O primeiro título em questão foi contestado de diversas formas dentro da linhagem: em duas delas, ele foi acusado por usurpar o título do irmão mais velho, comprando-o de sua sobrinha, após o primogênito de Pons partir em peregrinação para Jerusalém (HILL e HILL, 1962, pg. 8/9).

Outra corte que se estabelece no mesmo contexto e que desempenhará um papel importante nas relações com o conde de Toulouse durante a cruzada é a dos Hauteville ou Altavila, família nobre da Baixa Normandia que se estabeleceu no sul da península italiana. Por terem desempenhado importante papel na batalha contra os lombardos, o papa Nicolau II, no concílio de Melfi (1059), reconhece Roberto Guiscardo como duque da Apúlia e Calábria. Mas as conquistas não param por aí. Com o reconhecimento papal, a família ampliou a expansão territorial, avançando sobre terras que pertenciam a ninguém menos que o imperador bizantino. Em 1060, tudo o que restara a Bizâncio em solo italiano era Bari, cidade logo sitiada pelo poderio normando. Além disso, Rogério, irmão mais novo de Roberto, deu início à conquista da Sicília junto aos árabes (RUNCIMAN, 2002, p.62). No que diz respeito à corte siciliana, as relações de poder também eram expandidas através do casamento: a prima de Rogério Guiscardo, Matilda

(ou Mafalda), foi a segunda esposa de Raimundo de Saint-Gilles. Os laços entre as duas influentes cortes mediterrânicas eram anteriores à convocação papal para a libertação de Jerusalém.

Envolvidas nas cruzadas, as casas de Saint-Gilles e Hauteville seriam protagonistas de um cenário político marcado pela diversidade de cortes e, portanto, por uma fragmentação dos modos de exercer o comando. Entretanto, com auxílio de nossas referências historiográficas, cabe-nos agora apontar as principais diferenças dessas duas trajetórias aristocráticas. No capítulo anterior, apresentamos duas linhas de pensamentos opostos, que justificavam a formação do senhorio e a governança de aristocratas em seus domínios. Relacionemo-las aos respectivos objetos agora apresentados. Retomar o choque de ideias entre Thomas Bisson e Dominique Barthélemy, protagonistas no debate travado na revista *Past and Present*, é nosso maior argumento em prol de uma multiplicidade dos modos de governar.

Por um lado, Bisson se encaixa como explicação para os normandos: a conquista de territórios e a expansão de domínios para um grupo que, até então, era considerado inimigo do império carolíngio e, posteriormente, passa a integrar um grupo de combatentes cruzados – o que torna evidente a clara vinculação à autoridade papal. Tal cenário corresponde à lógica do autor americano. Não defendemos a “mutação feudal do ano 1000”, mas, de modo semelhante, não a invalidamos em sua totalidade. Seu aspecto de mudança brusca, levantando novas ações para conquistas aristocráticas depois do fim da monarquia, oferece um dos núcleos de ideias que este trabalho vem sustentando sobre os normandos e, principalmente, acerca da atuação do líder na expedição, Boemundo de Taranto. É inegável que Boemundo construiu seu principado e este foi importante para a cristandade (tanto na parte Oriental, onde estava situado, como na Ocidental, como ponto de referência para se chegar a Jerusalém). A ascensão dos normandos, nesse ponto, pode representar uma marcante transformação social e política. Não apenas um processo contínuo e gradativo que recuava até o império carolíngio.

Por outro lado, Barthélemy se encaixa como uma explicação para o caso de Raimundo IV e seu exército de provençais. Raimundo IV, como aristocrata, dispunha das habilidades e capacidades conferidas por um grande senhorio constituído em sua terra natal. Na trajetória da posição senhorial ocupada por ele, não ocorreram passagens de invasões de outros povos ou conquistas através de grandes lutas. Ele conseguiu grande parte de seu território por herança e compra, de modo que seus títulos são parte

de um passado de administração e reconhecimento que recuava significativamente no tempo. Desse modo, os argumentos de Barthélemy servem de núcleo para o entendimento a respeito de outro protagonista do mesmo movimento cruzado integrado por Boemundo. O longo e contínuo processo realizado pela linhagem de Raimundo parece servir de exemplo da mudança nobiliárquica que desenvolve novas formas de nobreza e aristocracia em suas respectivas regiões, como um processo contínuo e de grande duração – portanto, *não mutacionista*. Temos ciência de que as datas apresentadas por Barthélemy não estão totalmente alinhadas com as datas apresentadas aqui para o caso de Raimundo; porém, como um processo contínuo, entendemos que essa diferença se torna pouco relevante perto da semelhança do processo. E a “consciência de classe dos cavaleiros a partir de 1060”, que diz Barthélemy, foi o nosso entendimento para o caso de distanciamento dos provençais perante seu líder nobre (entendendo que, em algumas batalhas, quem liderou os provençais foi Adhemar de Puy, o representante papal), no caso da nomeação do rei de Jerusalém<sup>11</sup>.

Esses argumentos explicam nossa escolha por focalizar as lideranças da cruzada através do comando. Embora se desencontrando em muitos pontos, o fator que marca a aristocracia, o exercício da posição senhorial, está relacionado com a capacidade de comando. Dentro do conjunto de líderes cruzados, esses dois mencionados agiram conforme as trajetórias de suas linhagens nobiliárquicas e, com elas, de seus respectivos entendimentos sobre os limites e alcances do poder dentro da nobreza. Esse argumento nos serviu para delinear como o comando do conde Raimundo estava inserido em um quadro maior, enraizado em duradouros movimentos da história ocidental, além de ser articulado a diversos outros tipos de comando.

Após a famosa convocação pública feita por Urbano II em 1095, a composição dos exércitos que lutariam pela Cristandade nos territórios longínquos do Oriente envolveu essas e outras linhagens em grandes mobilizações. Suas particularidades não podem ser anuladas. O debate a respeito das teses mutacionistas nos ajuda a ressaltá-las. Os diversos nomes implicados na emaranhada política pré-cruzada demonstram que não havia uma bandeira única a ser levantada, nem um mesmo modo de comandar. Ainda que os cruzados tivessem motivos similares e votos idênticos a cumprir e mesmo que tais votos estivessem vinculados, de algum modo, às mesmas autoridades eclesiásticas, é inegável que a empreitada ocorreria em meio a uma grande diversidade de interesses e

---

<sup>11</sup> Detalharemos o caso no próximo capítulo.

ambições, porque oriundos de diferentes trajetórias nobiliárquicas. A cruzada oferecia aos condes e aos duques um cenário para a incorporação de novos horizontes de poder e patrimônio. Tal diversidade foi tão marcante que mesmo um cronista como Foucher de Chartres, admirado com a reunião de tão imenso contingente de cristãos, não deixou de registrá-la. Em seu relato, a notória *Historia Iherosolymitana*, ele disse:

Nunca ninguém ouviu dizer que tantas nações de línguas diferentes se tenham reunido num único exército, como o nosso, onde se encontravam reunidos francos, habitantes da Flandres, frisões, gauleses, bretões, lorenos, alemães, bávaros, normandos, escoceses, ingleses, aquitanos, italianos, habitantes da Apúlia, espanhóis, dácios, gregos e armênios. Se alguns bretões ou teutões viessem falar-me, eu não saberia responder-lhes. Apesar disso, embora divididos pela língua, parecíamos todos irmãos e parentes próximos, unidos num mesmo espírito, pelo amor (CHARTRES, 2003, p.35).

A cristandade ocidental era uma miscelânea revelada pelo texto do cronista. A fragmentação feudal revelava o baixo desempenho político das autoridades régias – assunto do capítulo anterior. Tal contexto ajuda a explicar porque os líderes da grande mobilização militar eram senhores regionais nobres à frente de certas regiões, e não reis. Seja como for, a Primeira Cruzada lançou em mar de brilhantismo nomes que assumiriam grande relevância na história: além de Raimundo de Toulouse e Boemundo da Apúlia (também conhecido como Boemundo de Taranto), destacar-se-iam Hugo de Vermandois, Roberto de Flandres, Roberto da Normandia, Godofredo de Bouillon.

A multiplicidade das lideranças realçava outra característica da primeira cruzada: os contingentes eram formados por agrupamentos oriundos de diversas regiões da Europa. Nesse caso, basta lembrar uma descrição como aquela feita por Sigeberto de Gembloux, que identificou os guerreiros como oriundos da: “Provença, Aquitânia, Bretanha, Escócia, Inglaterra, Normandia, França (isto é, mais ou menos, neste contexto, a área do Loire ao Meuse), Lotaríngia (isto é, a grande Lorena), Borgonha, Germânia, Lombardia e Apúlia”. Já Alberto de Aachen, outro cronista, os separou como: “francos, lotaríngios, alemães, bávaros, flamengos, ‘todos os povos teutões’, suábios, normandos, borgonheses e bretões”. O cronista da região de Raimundo de Toulouse, Raimundo d’Aguilers distinguiu “francos, franceses do norte; provençais, franceses do sul, entre os quais ele separou também aqueles da própria Provença, Borgonha (provavelmente o condado a leste do corredor Sâone/Ródano, não apenas o



ducado), o Auvergne, Gasconha e ‘Gothia’ (isto é, o que poderia ser agora chamado de Languedoc)” (TYERMAN, 2010, p.119).

Obviamente, essa contextualização ainda é muito obtusa para a primeira cruzada. O que há de mais interessante para o contexto deste trabalho é constatar que nesse cenário político diverso desabrocharam eventos consecutivos. O fato é que o alargamento dos territórios parece contemplar um espaço de política e sociabilidade maiores do que as nomenclaturas o indicam. O problema está em compreender como esses espaços estavam mais vinculados a uma concepção feudalizada do poder, em termos políticos, do que trazem à primeira vista: eles parecem pertencer a povos tão distintos, que a própria passagem por lá é motivo de batalha.

Logo, as batalhas travadas no âmbito da Cruzada não começam apenas após os cavaleiros medievais chegarem à cidade imperial de Constantinopla, e, sim, logo que saem de seus territórios e iniciam a marcha para o Leste. Vejamos isso na própria trajetória do conde de Toulouse. O cronista Raimundo d’Aguilers começa sua crônica com o conde partindo para a Eslovênia, em pleno inverno. Enquanto ele passava por uma região montanhosa, a população encontrada ali preferiu se esconder nas suas vilas e castelos. Então, começam as escaramuças (KREY, 1921, p.65):

Os habitantes da região eram tão grosseiros que não estavam dispostos a trocarem conosco ou fornecer-nos a direção, mas, ao invés, fugiram para suas vilas e castelos. De fato, eles ainda [nos] massacraram como gado ou, como se tivéssemos feito alguma maldade aos mais fracos e pobres, que, por causa da sua fraqueza seguiam nosso exército a distancia. Também não estava fácil para os nossos seguir pelas montanhas e as florestas densas, para nossos cavaleiros armados perseguir salteadores desarmados que conheciam o local. Mas eles sofreram continuamente, inaptos a lutar ou impedirem-se de lutar. Não deixemos passar um ato célebre do conde. Quando o conde com alguns de seus cavaleiros alcançaram em pouco tempo alguns eslavos, ele os atacou e capturou seis deles. E quando, nesta narrativa, os eslavos pressionaram-no com mais violência, e o conde foi forçado a seguir o exército, ele ordenou que os olhos de alguns deles (os prisioneiros) fossem arrancados, os pés de outros fossem cortados e o nariz e as mãos de alguns outros fossem cortada, de modo que, enquanto os perseguidores foram comovidos com a cena e preocupados com sua tristeza, o conde pode escapar seguramente com seus companheiros. E assim, pela graça de Deus, ele foi entregue aos estreitos da morte e a esta situação difícil<sup>12</sup>.

---

<sup>12</sup> The inhabitants of the region were so boorish and rude that they were unwilling to trade with us, or to furnish us guidance, but instead fled from their villages and their castles. Indeed, they even butchered like cattle, or, as if they had done much harm, the feeble aged and the weak poor, who, because of their weakness, followed our army at a distance. Nor was it easy amidst steep mountains and thick woods for our armed knights to pursue the unarmed brigands who were acquainted with the country. But they

Nota-se como a dinâmica da guerra fez parte dos eventos muito antes das conquistas. E, também, como os elementos são todos direcionados para a caracterização dos líderes dos enfrentamentos como cruzados. Aqui, o fato de o conde ter cometido suas atrocidades é justificado com sua própria salvação, ato feito necessariamente contra pessoas que lhe fizeram mal, atacando-lhe primeiro. Entretanto, o que podemos falar sobre esse ponto da narrativa de Aguilers é que ele recorre a uma estranheza como estratégia de legitimação da violência manejada pelo conde: a caracterização dessas pessoas como “rudes”, fontes da maldade e da fraqueza, como grupos que sorrateiramente seguiam os cruzados à distância, nos mostra como a violência surge como edificadora da ordem e da correção de mazelas sociais como banditismo – diferentemente do que pretendiam os historiadores *mutacionistas*, como vimos no primeiro capítulo.

Da Eslovênia, os provençais atravessam para os territórios orientais e chegam a Instra e a Dalmácia. Quarenta dias de viagem durante o inverno os levaram a Durazzo; e foram recebidos ali por João Comneno, filho do imperador de Constantinopla, Aleixo I Comneno. O anfitrião seria o responsável pela condução daqueles guerreiros ao longo dos territórios caracterizados pelo cronista como hostis. Seguindo viagem, Raimundo vai se mostrando cada vez mais nervoso com a adversidade das pessoas, principalmente pelo fato de não conseguirem negociar provimentos. Tal realidade seria agravada na medida em que avançavam pelas terras de língua grega. Em Edessa, Raimundo manifesta-se revoltado. Em seguida, o conde encontra o exército de Boemundo, em Roussa, na Trácia. Com a falta de provisões, as tropas raimundinas invadem a localidade. Dias mais tarde, depois da pilhagem, embaixadores encontram Raimundo em Rodosto, e pedem que ele se dirija a Constantinopla, onde era esperado por Boemundo e Godofredo (RUNCIMAN, 2002, pg.150-151).

Antes, porém, de avançarmos nos eventos da cruzada, necessitamos falar dos territórios que compunham o exército de guerreiros ocidentais. Pois, uma vasta gama de

---

suffered them constantly, unable either to fight or to keep from fighting. Let us not pass over a certain illustrious act of the Count. When the Count with some of his knights had been hedged about for some little time by the Slavonians, he made a charge upon them and captured as many as six of them. And when, on this account, the Slavonians pressed upon him the more violently, and the Count was compelled to follow the army, he ordered the eyes of some of them (the prisoners) to be torn out, the feet of others cut off, and the nose and hands of still others to be slashed, so that while the pursuers were thus moved at the sight and preoccupied with their sorrow, the Count could safely escape with his companions. And thus, by the grace of God he was delivered from the straits of death and this difficult situation.

nomenclaturas regionais atendeu ao pedido papal e veio para os territórios bizantinos, buscando a travessia para o Oriente. Embora não sejam objetos desta pesquisa, devemos analisar seu papel, sobretudo através do esforço do próprio Urbano para caracterizá-los como um grupo coeso. Raimundo reivindicaria a liderança dessa massa humana, cujas características afetariam diretamente suas possibilidades de ação durante a cruzada.

### **2.3. Autonomias e tensões nobiliárquicas**

Quando atendeu ao chamado de Urbano II em 1095 e, inclusive, assumiu um dos postos de líder da cruzada, Raimundo de Saint-Gilles não era um nobre com um passado de lealdade exemplar às ordens da igreja de Roma. O episódio que vamos descrever é um grande indicador da complexidade e da diversidade das relações vividas na cruzada.

Para narrar o episódio, precisamos voltar algumas décadas, até a passagem entre as décadas de 1060 e 1070. O futuro sucessor de Pons havia então se casado com a herdeira da Provença e a aliança entre as duas nobrezas não podia se fazer diferente. O problema foi que, em 1074, o papa Gregório VII envia uma carta para a região (destinada ao conde de Burgúndia) solicitando homens para lutar contra a opressão dos normandos. O contato, todavia, leva o pontífice a descobrir que a esposa de Raimundo (a primeira de três) era sua prima em primeiro grau. Posicionando-se contra o casamento, que violava as leis da Igreja romana, o papa intima o nobre a separar-se imediatamente. A partir disso, conseguimos distinguir um primeiro momento de fracasso da influência da corte romana sobre a linhagem de Toulouse. Raimundo ignora as determinações do pontífice e permanece casado. Desse matrimônio, nasce, em pouco tempo, o primeiro filho, Bertrando, o qual, no futuro, ocuparia o lugar de regente das terras na Occitania enquanto o pai estivesse na cruzada. Mas, além do herdeiro, o casamento proporcionou a Raimundo a primeira excomunhão pela Igreja Romana, em 1076 (HILL, 1962, p.11).

Se fosse um episódio meramente esparso, o fato não permitiria maiores conclusões. O diferencial, nesse caso, foi que o matrimônio ocorreu em uma região marcada por influências reformadoras, inclusive com a presença de mosteiros cluniacenses – aos quais o conde estava diretamente implicado como “protetor”, como

mencionamos acima. À luz dessa realidade, torna-se bastante emblemática a oposição explícita do conde às determinações papais. Postura que encaramos como prova de uma autonomia senhorial e religiosa dos agentes provençais (CARRAZ, 2012, p.73).

Como expoente da nobreza local, Raimundo mantinha relações diretas com clérigos e monges comprometidos com as ideias reformadoras. Tal atuação não cessou com a excomunhão. No mesmo ano em que recebeu a grave punição espiritual ditada pelo papa, Raimundo concedeu a lideranças eclesiásticas provençais a abadia de Narbonne, renovando espiritualmente seu prestígio social e adquirindo a suserania sobre o condado de Montpellier. Logo, mesmo antes de se tornar conde e em plena ascensão como líder das relações nobiliárquicas estabelecidas entre laicos e eclesiásticos na Occitania, Raimundo tornou-se alvo da fúria papal (HILL, 1962, p.12).

Insatisfeito com as atitudes do toulousano, Gregório excomunga-o em 1078, pela segunda vez. No ano seguinte, ainda excomungado, Raimundo lutou para conquistar Rouergue e perdeu a esposa – morta em razão de uma enfermidade. Ele, então, casa-se novamente um ano mais tarde, desta vez estabelecendo laços com os normandos – uma linhagem política que era fonte de tensões e problemas para o papa Gregório VII, apesar da antiga aliança firmada com Nicolau II. O casamento de Raimundo com Mafalda, filha de Roberto Guiscardo, é um gesto muito expressivo: aparentemente, o conde não apenas resistiu às excomunhões lançadas por Roma, como se aproximou de famílias que a Cúria, volta e meia, considerava seus inimigos.

A relação entre Gregório e o conde pode, sem dúvida, ser considerada como um laço marcado pela ambivalência. Afinal, após esse tenso histórico de contatos, no ano de 1081, Gregório VII mandou uma carta a Raimundo pedindo-lhe que combatesse os simoníacos em sua região – antes excomungado, agora defensor da Igreja. Para John e Laurita Hill, é como se o papa tivesse esquecido a grave infração contra a qual tanto protestou contra o nobre (HILL e HILL, 1962, p.15). Para a questão em si, o assunto é mais delicado. Essas várias noções de uma possível desordem aos olhos eclesiais não eram novas. Em Toulouse, já haviam sido constatados casos de simonia pelos concílios realizados no condado nos anos de 1056 e 1061, ou seja, antes de Raimundo IV ser conde. Nessas duas vezes, nunca houve condenação dos cleros envolvidos (BISSON, 2010, p.246). A complexa questão deixa dúvida não só no relacionamento com a região, como também quanto aos limites de atuação que a Igreja romana enfrentava dentro da Occitania.

Em 1084, as relações parecem mudar. Perante a Igreja de Saint-Nazaire, em pé, Raimundo promete, sobre o missal, a rendição dos direitos da possessão da herança da diocese do bispado de Béziers. Seria uma atitude de quem reconhecia a violação de ideias reformadoras? Temos poucas evidências para respondê-lo com segurança. Porém, sabemos que, mais ou menos no mesmo período, ele incita os monges do Chaise-Dieu a reformar o monastério de Saint-Bausile. No ano seguinte, Raimundo entrega as doações que a abadia de Saint-Pons-de-Thomières tinha recebido do seu pai – restabelecendo os direitos reivindicados pelos monges. No entanto, não nos parece prudente reduzir a questão a uma matéria exclusivamente religiosa ou reformadora. Ao fazer isso, Raimundo auferiu grande ganho nobiliárquico, pois foi reconhecido pelos eclesiásticos como conde de Rouergue, Gévaudan, Nîmes, Agde, Béziers, Narbonne (HILL e HILL, 1962, p.16). A lógica aqui é, também, a política. Raimundo já não parecia mais esconder seu gosto pelo poder e, ao que tudo indica, esse “bom comportamento” perdeu com o enfraquecimento das possibilidades de o papado exercer alguma pressão sobre ele. Sua projeção local lhe renderia uma relação mais amistosa com o papa Urbano II, do que aquela mantida com Gregório VII.

Contudo, essa relação é devidamente explicada pelas próprias estruturas de poder que foram administradas pelos papas em suas esferas:

A voz clerical remodelava o textual [direito canônico] incessantemente, segundo a vivência de necessidades circunstanciais e o peso de desafios temporários. Entre os governos de Leão IX e Urbano II, o direito canônico era operado pelo papado a partir do presente, ele não procedia do passado, nem antecipava o futuro, mas reconstruía-se, elaborava-se, adequava-se a aplicação. Ele era o manejo através das disposições ativas, voluntárias mesmo, que pouco continham de alguma faculdade automática, fixada previamente, baseada em algum ideal de conservação ou de obediência marcial ao escrito (RUST, 2011, p.139).

Essa estrutura política foi base do papado de Gregório VII. Nota-se que seu direito canônico também se reconstruía, elaborava-se e adequava-se a aplicação. De fato, Rust ainda diz que o papa Gregório VII detinha como marca essa flexibilidade para constituir-se em uma “rede de ações casuísticas”, tornando-se resistente e decisiva (RUST, 2011, p.131).

No contexto de compreensão de nosso objeto, devemos mencionar outro caso que ilustra a autonomia da nobreza face ao mesmo controle religioso pretendido por instâncias eclesiásticas, sobretudo o papado. Referimo-nos à clara desavença entre

Urbano II e o rei da França, Filipe I – suserano nominal de Raimundo, através da tradição carolíngia que culminou em Pons de Toulouse. O rei abandonou sua esposa, Berta de Holanda, para se envolver com Bertrade de Montfort (esposa do conde de Anjou), comportamento que provocou a excomunhão do monarca em 1094. Durante a ocasião do discurso de Clermont, a excomunhão foi confirmada pelo papa Urbano II, em 27 de novembro de 1095. Tais relações conturbadas com a coroa francesa proporcionaram uma oportunidade para que o poder papal se reafirmasse perante a autoridade real.

Como dito acima, no papado de Urbano II, a Igreja romana também contava com certa flexibilidade perante aos aristocratas. Nesse caso, o ideal de conservação ou de obediência marcial seria a própria cruzada. Assim, como o rei estava impedido pela excomunhão, seu irmão, Hugo de Vermandois, se dispôs a partir rumo a Jerusalém e liderar o exército composto pela região da Ilê-de-France. Em se tratando de uma aristocracia que detinha no sangue uma de suas maiores marcas, essa escolha colocava as duas esferas de poder lado a lado.

O que chama atenção nessa situação foi o fato de que Hugo era irmão de um excomungado. O que pode ser compreendido quando se trata de início do século XI e do fato do papa Gregório VII nunca ter seguido à risca o significado de excomunhão (dado a sua flexibilidade); o laço para com os eclesiais era, de alguma forma, dinamizado pelas questões mais vigentes de ambos os interesses:

O papado sustentou um modo de tomar decisões que impedia o exercício do poder de fechar-se em texto e, assim sendo, de fixar-se e depositar-se fora da forma de pensar da *persona*. Esse teor de moderação propagado por Gregório VII, para que ‘*o costume da santa igreja romana é tolerar algumas coisas e até mesmo negligenciar algumas outras seguindo a temperança do discernimento mais do que o rigor dos cânones*’, foi perpetuado no último decênio do século XI, durante o governo de Urbano II [1088/1099] (RUST, 2011, p.123).

Em nenhuma ocasião pesou para Urbano II ter o irmão de um condenado lutando pela Terra Santa, em nome da Igreja: apesar da segunda excomunhão ser realizada na mesma data do apelo papal, Hugo não teve negado para si qualquer benefício assegurado pelo papa aos outros cruzados. Com a participação de um conde excomungado e um aristocrata irmão de um excomungado, não podemos deixar de afirmar que essas sentenças pronunciadas exibiam a imagem de um papado, em alguma medida, fragilizado na manutenção das relações aristocráticas. Além disso, é preciso

lembrar que o bispo de Roma não conseguia sequer chegar perto da península itálica por causa da ação de Henrique IV, o imperador germânico, que o forçou ao exílio (BISSON, 2010, p.246).

O papa ainda dirigiu seu apelo aos outros grandes senhores da Gália através das visitas a seus domínios, com o intuito de reuni-los à causa santa. Em 2 de dezembro, Urbano parte mais uma vez para excursões sobre regiões da Gália: Poitiers, Tours (onde realiza um concílio às margens de um rio e, nele, ainda reforça a tomada da cruz), Aquitânia, Saintes, Bordéus, chegando a Toulouse entre maio e junho, onde pode discutir a cruzada com o Conde Raimundo; no fim de junho, parte para Provença, acompanhado por Raimundo, até Nîmes. Enquanto passava pelas grandes cortes, o papa também tentava firmar-se com elas. Em Anjou, ele coroou o conde e entregou-lhe solenemente a rosa de ouro, garantindo a participação deste conde na expedição (DUBY, 1992, p.114).

Caso importante foi o do próprio conde de Toulouse. Mais acima, descrevemos como ele foi excomungado duas vezes por Gregório VII, por um casamento incestuoso (acontecido nos anos 1070). Logo depois, o mesmo conde é chamado para combater o clero simoníaco da região (em 1084), como se sua excomunhão não o tivesse privado da condição de um cristão ideal. Tal aproximação com Raimundo nos leva a afirmar a flexibilidade com a qual os papas lidavam com esses tipos de situações; dado que as excomuniões lançadas contra ele foram retiradas, ou simplesmente esquecidas em prol de um benefício maior. Mas, até o momento, não temos evidências históricas precisas sobre isso. Corroborando esse apontamento, nenhum relato sobre a conversa entre o conde de Saint-Gilles e o bispo de Roma parece indicar que perduravam consequências da situação que viveu com Gregório VII, e, por outro lado, o conde também não demonstrava motivos para abordar o assunto (HILL e HILL, 1962, p.29).

Urbano continua sua jornada cruzando os Alpes e chegando a Lombardia; segundo Runciman (2002, p. 107), ele estava “procurando levar a cabo sua reorganização da igreja francesa e, sobretudo, dando continuidade para a Cruzada”. Eis as principais evidências que nos levam a entender um papado fragilizado. Além de recrutar aristocratas com os quais detinha uma relação fragilizada, demonstrando certo tipo de dependência, Urbano enviava cartas sinódicas aos bispos do ocidente e relatava o que decidira no concílio de Clermont. No entanto, em alguns casos, e isso resultou em concílios regionais para decidir o que seria feito, o papado não parecia exercer alguma autoridade dentro dos condados.

A comitiva papal recebeu resposta positiva de Flandres e das regiões próximas; em 1096. Estavam convocadas as principais cortes, que serviriam para engrossar os poderes de comando de uma expedição de nobrezas. Ao que parece, o poder eclesial precisou das respostas afirmativas para conseguir a execução das cruzadas; levando, então, a crer que sua viagem pela Gália era a garantia da recepção aristocrática de uma querela recebida pelo poder eclesiástico. Retomaremos esse ponto, na medida em que analisarmos os objetivos do papa Urbano expressos em seus discursos.

Concomitante, ainda temos o Império bizantino. Foi o próprio imperador Aleixo I Comneno que, de Constantinopla, envia um recado ao papa lhe pedindo ajuda contra os turcos que tomaram Jerusalém. A cruzada, entretanto, ocorreria ainda em meio a um cenário marcado pelo cisma de 1054, ou seja, pela rivalidade entre as duas igrejas, a de Roma e a de Constantinopla.

O cisma foi resultado de disputas entre Igrejas instauradas nas duas partes do Império (ocidental e oriental). Ambas tentavam preservar a chamada tradição apostólica (oral e escrita), com a busca pela unanimidade dos textos, que se destacava pela intercomunicação (FOREVILLE, 1972, p.9). Dois pontos causaram a fissão das duas Sés, demarcando categoricamente o modo como cada qual se organizaria posterior a isso. Primeiramente, temos a reivindicação de uma supremacia romana a partir da reivindicação de uma continuidade do trabalho do apóstolo Pedro, argumento utilizado para enfatizar uma herança espiritual que fundamentaria uma autoridade única sobre os bens morais constituídos em sociedade. Isso foi feito de modo mais expressivo pelo papado a partir de Leão IX, que reconhecia a Sé Romana como um episcopado já consolidado no século II como um *principalitas*, termo cunhado para realçar uma superioridade hierárquica (SOUZA, 1995, p.46).

O outro ponto é o debate árduo entre as duas Sés sobre a figura de Cristo e a sua importância nos dogmas formulados, sobretudo os sacramentais. Os gregos (orientais – de Constantinopla) contestavam o caráter ternário dado à figura divina entendida pelo bispo romano; no Império bizantino, o culto era a Deus como pai de Cristo. E a não conciliação entre as duas sedes chega a uma separação em 1054, com o chamado Cisma do Oriente (FOREVILLE, 1972, p.21). Desde então, os cristãos gregos compunham uma organização eclesiástica não apenas distinta da romana, mas selada por relações de oposição a ela.

Nas décadas seguintes ao cisma, outras rivalidades foram somadas a essa difícil relação. Desde o século VIII, os esforços da Igreja romana eram para que todas as



outras sedes estivessem conectadas a ela pelos mesmos dogmas (FOREVILLE, 1972, p.15). Foi o caso dos Patarinos de Milão, ocorrido em um período anterior à crise das investiduras, no qual, como já mencionado, o bispo de Roma acaba por perder a autoridade sobre a península italiana. O caso normando é um exemplo mais característico dessa atuação. A aproximação entre a Igreja romana e os normandos de Hauteville, durante as décadas de 1060 e 1070, era avaliada em Constantinopla como uma aliança entre dois adversários. Nesse sentido, basta lembrar as ações de conquista e de invasões de territórios bizantinos realizadas por Roberto Guiscard: entre 1081 e 1082, o líder normando e o imperador bizantino se enfrentaram em campo de batalha, confronto que terminou com a vitória de Guiscard e a ocupação de Corfú e Durazzo. Três anos depois, Gregório VII morreria exilado, nos domínios sicilianos, após ser resgatado pelo mesmo Roberto de uma Roma ocupada por Henrique IV.

Mas, então, como entender que a cruzada tenha sido provocada por um apelo do imperador bizantino ao papado? A ação do governante grego foi provocada pelo fato dele enfrentar problemas ainda mais graves no oriente do que as tensões com o bispo de Roma. Desde a década de 1070, após o desastre da batalha de Mazirket, a corte grega sofria perdas pesadas para a expansão muçulmana. Os riscos apresentados por esse inimigo histórico forçaram o imperador Aleixo a voltar-se para o Ocidente em busca da oferta de tropas mercenárias (DUBY, 1992, p.116). Todavia, não devemos esquecer que tal contato – mesmo durante a cruzada – transcorreu em meio a constantes tensões religiosas acumuladas, ao menos, desde 1054. Alguns historiadores apontam para a tese de que a Primeira Cruzada serviu para que a Igreja Romana demonstrasse sua superioridade perante a Igreja de Constantinopla (FERNANDES, 2013, p.101). Seja como for, mobilizados pelo apelo bizantino, nobres como Raimundo de Toulouse encontrariam, nessas tensões entre ocidente e oriente, possibilidades para estender seus domínios e o poder de comando, trazidas de suas fortunas patrimoniais sobre novos horizontes territoriais.

Tal campo aberto para a expansão dos poderes nobres ocidentais multiplicaria as margens de atrito com o império bizantino, pois lá as relações de exploração não estavam estabelecidas nos patamares feudais que resumimos no primeiro capítulo: “a espinha dorsal de Bizâncio era composta de suas comunidades de camponeses livres, que arrendavam suas terras diretamente do Estado, geralmente em troca de serviços militares” (RUNCIMAN, 2002, p. 59). Os camponeses gregos utilizavam a terra como instrumento seguro para sustentação de sua condição livre, característica que era

empregada em circunstâncias de repovoamento das áreas obtidas como saque de guerra. Essas terras eram, por vezes, revendidas para mosteiros ou magnatas, que as compravam utilizando grandes somas de dinheiro, embora isso fosse contra as normas ditadas pelo imperador; isso porque o mesmo camponês era parte de seu exército, e a venda não só transformaria o campo em pasto de ovelhas como também diminuiria o poderio militar. Tal contraste ajuda-nos a compreender as constantes relações de hostilidade surgidas entre as nobrezas ocidentais e as populações orientais, uma vez que os cruzados ingressaram nos domínios imperiais gregos.

A essa altura da argumentação, é preciso fazer um esclarecimento. As Cruzadas, por si só, alavancam uma numerosa historiografia. No entanto, com frequência, elas surgem nesta historiografia caracterizadas, acima de tudo, como capítulo da hegemonia papal – tornando os guerreiros *militia christi* – ou como um conjunto de fenômenos dirigidos pelas elites eclesiásticas. Em nossa pesquisa, temos encontrado fundamentos que nos levam para uma problematização da atuação dos nobres participantes nas cruzadas como episódios da história do poderio senhorial (*dominium*). Logo, a historiografia tem delegado um papel aos eclesiásticos que parece um pouco exagerado, uma vez que, no âmbito dos agentes envolvidos nas cruzadas, havia uma série de históricos marcados por oposição e por conflitos radicais com o papado.

Argumentando nesse sentido, dentre os outros fatores, poderíamos mencionar a chamada “Cruzada do Povo ou dos Pobres”. Ela se destacou pela espontaneidade e pela coragem com as quais Pedro, o eremita, líder da mobilização (e já experiente no quesito, uma vez que já havia tentado migrar para Jerusalém), após ouvir o discurso convocatório de Urbano II, resolveu partir para tentar proteger a Cidade Santa. Essa marcha acontece em 12 de abril de 1096, quando os eventos da cruzada dos aristocratas ainda estavam em fase de desenvolvimento; e Urbano tentava instigar os nobres viajando até seus domínios e cortes. Neste caso, porém, o chamamento à libertação de Jerusalém resultou em um:

Vasto e variegado grupo de entusiastas que ele reunira era composto por homens muito distintos e tipos diferentes. Alguns traziam suas mulheres consigo, enquanto outros vinham até com os filhos pequenos. Em sua maioria, eram camponeses, embora houvesse também entre eles gente da cidade, membros menores de famílias cavaleirescas e antigos bandoleiros e criminosos. Seu único elo era o fervor de sua fé (RUNCIMAN, 2002, p.117).

Eles saíram de Colônia e chegaram a Constantinopla em 1º de agosto de 1096. Porém, não foram muito longe e, por razões de falta de recursos, tiveram que ficar na região por algum tempo. Quando conseguiram seguir viagem, ao adentrarem a estrada para Nicéia, chegaram a uma aldeia chamada Drácon, onde turcos os emboscaram para matá-los ou escravizá-los. O importante dessa cruzada é revelar como a situação pode ser vista de forma não linear como, muitas vezes, a historiografia traduz: levando-nos a pensar que as cruzadas foram consequência de uma iniciativa e de uma hegemonia do clero sobre os poderosos da Cristandade. Em nossa visão, a cruzada deve ser analisada como um movimento historicamente irregular, repleto de avanços e retrocessos; em especial, marcado por uma diversidade de interesses, muitos deles especificamente nobiliárquicos. Se camponeses e membros de famílias menores conseguiram marchar até Jerusalém, é porque as cruzadas são antes a resposta a interesses políticos da própria nobreza, não, necessariamente, a continuidade de conflitos e concílios eclesiásticos. Não se trata de negar a importância do conflito entre igrejas; mas, o fato é que a Igreja romana parecia tentar harmonizar seus interesses com os dos aristocratas participantes, muito mais do que simplesmente canalizá-los para si.

Assim, não era o papado que controlava e determinava os conflitos sociais; esses conflitos eram disputas aristocráticas que seguiam lógicas e desfechos que o papado não controlava, mas nos quais, frequentemente, ele tentava “embarcar”. Isso é ainda mais evidente quando se trata de traçar os objetivos e as metas atribuídos à cruzada.

#### **2.4. Objetivos e Metas da Guerra Santa: o discurso de Urbano II**

Quando falamos de cruzadas, apesar de focalizarmos os nobres, não podemos ignorar o conteúdo histórico de concílios e pronunciamentos eclesiásticos realizados para convocá-las e prepará-las. São eles que, muitas vezes, dão o contraste entre o que o papado conseguia visualizar sobre a situação e o que aconteceu no decorrer das cruzadas. A começar pela própria desavença com o Islã. Desde o século VII, escritores, posteriores a João Damasceno, já demonstravam um conceito negativo do islamismo: o capítulo 101 do *Livro das Heresias* (cuja autoria rendeu grandes discussões historiográficas) incluiu o islamismo entre os numerosos desvios heréticos, em uma lista dos males que precisavam ser combatidos. Em tal visão, Maomé surge como impostor influenciado por Ário, que divulgou sua “heresia” pessoal para reunir os árabes, em uma Escritura (Corão) que descendeu do céu. Também recaíam sobre o Profeta as acusações

de que era inescrupuloso, que pregava a poligamia, impudico (traço afirmado acerca do episódio envolvendo seu discípulo Zaid e a esposa deste, Zainab). Dessa forma, João Damasceno tecia acusações que se tornariam clássicas: uma religião impudica e imoral, predicada por um falso profeta libidinoso, que, além de violenta, era anunciadora do anti-cristo e expandida pela espada (FLORI, 2006, pgs.145/146).

Temos de levar em consideração essa forma de pensar, há muito incrustada na cristandade, desde antes dos eventos cruzadísticos. Os objetivos e as metas projetados pelo papado para as cruzadas, diferentemente das diversas razões históricas que as provocaram, aparecem dispostos nas fontes e na historiografia com maior clareza. Os homens do clero são caracterizados como recorrendo a um método apelativo retirado das Antigas Escrituras para formular a crítica ao modo de vida senhorial: Parece haver uma fórmula comum em todas as versões conhecidas do discurso atribuído a Urbano II na Gália e redigidas nas crônicas: a caracterização dos mulçumanos como o mal sobre a terra, a atenção às lutas entre os cavaleiros e, por fim, a reivindicação de um tipo de “assinatura divina” para a empreitada (RUNCIMAN, 2002, pgs. 84 à 86).

A começar por Urbano II, sua trajetória como membro eclesiástico nos diz muito sobre como ele lidava com a questão das cruzadas. O jovem Odo (Eudes, em francês) nasceu em Lagéry, no condado de Champagne, por volta de 1035 (ou seja, quando discursou nas Gálias, provavelmente, sua idade girava em torno dos 60 anos). Como membro de uma família nobre, teve acuidade com a prática dos estudos desde muito novo, começando sob os cuidados de Bruno de Cologne, em Reims, local em que permaneceu até cerca de 1067. Dali, mudou-se para o mosteiro de Cluny, para tornar-se prior sob as ordens de Hugo, de alcunha, o Grande. Por volta de 1080, foi à Roma como representante do monastério para defender os interesses deste perante o papa Gregório VII (1073-1085). Mais tarde, o mesmo papa o faria cardeal bispo da diocese de Óstia; após a morte do papa Vitor III (1086-1088), Odo tornou-se pontífice, preferindo ser chamado pelo nome Urbano II (GABRIELE, 2014, p.799).

Dentre os monges clunienses, um chamado Maiolus, ou Majolos (909-994), no final do século X, pediu a seus escribas que compilassem os comentários de *Hrabanus Maurus* sobre o Livro de Jerônimo. Segundo Matthew Gabriele, Maiolus utilizaria essa compilação como um dos argumentos contra o pecado dos israelitas e a respeito da queda de Jerusalém. Esse exemplo é o reflexo do esforço de eclesiásticos do século IX, que tentaram entender a vontade divina pelos escritos bíblicos. No começo do século X, o trabalho desses mestres carolíngios era revisitado para tentar entender os planos de

Deus para o mundo. E o papa Urbano II, com o entendimento calcado nessa visão sobre a história sagrada, afirmaria que, por causa dos pecados das pessoas, a *ecclesia* havia sido coletivamente punida com as invasões pagãs do século VII, mas que agora, embora no fim do século XI, a reconquista seria possível: os guerreiros de Deus (*Bellatores Domini*) deveriam se tornar agentes da mudança (GABRIELE, 2014, p.798). Esses traços, oriundos de mestres carolíngios, ficaram registrados em seus discursos.

Algo semelhante pode ser encontrado nas estruturas do discurso de Foulques de Chartres, na sua *Historia Iherosolymitana*. Mencionamos Chartres primeiro não porque damos a ele alguma autoridade em específico, mas, sim, porque cronologicamente foi a primeira versão a ser redigida. Na referência aos cavaleiros, o cronista Foulques aponta “males de todas as espécies, consequências inevitáveis de uma fé vacilante, devastavam todas as partes da Europa” (CHARTRES, 2003, p.15). Nota-se já como o papado não conseguia ser um poder hegemônico, uma vez que, segundo o cronista, os males eram consequências de uma “falta de fé” que o próprio papa teria constatado. Entretanto, a ênfase de toda construção discursiva se deu após caracterizar devastações mulçumanas. Ali, com os argumentos todos preparados, o autor diz:

Estendendo cada vez mais as suas conquistas pelas terras dos cristãos, [os turcos] já venceram esses últimos sete vezes e m batalhas, e prenderam ou mataram um grande número deles, viraram do avesso as igrejas e devastaram todo o país submetido ao domínio cristão. Se tolerardes que eles cometam impunemente semelhantes excessos durante mais tempo, levarão a sua devastação mais longe, e esmagarão uma multidão de fiéis servidores de Deus. É por isso que vos admoesto e vos suplico, não em meu nome, mas em nome do Senhor, vós, heróis de Cristo, a incitar por frequentes proclamações os Francos de todas as classes, infantaria e cavaleiros, pobres e ricos, apressarem-se a socorrer os seguidores de Cristo, pensando que ainda há tempo, e a expulsarem para longe das regiões submetidas à nossa fé a raça ímpia dos devastadores. Digo isto àqueles de vós aqui presentes, e transmiti-lo-ei aos ausentes, mas é Cristo que o ordena (CHARTRES, 2003, p.18).

Aqui, temos três elementos expostos para compor o objetivo e a meta traçados pelo papa: a devastação do território [1]; levando consequências ameaçadoras (“...esmagarão uma multidão de fiéis” [2]); se dirigindo a pessoas que têm condições de resolver o problema, e se encareçam dessa tarefa nobre [3]. Observa-se uma construção muito próxima ao maniqueísmo, com clara caracterização entre o bem e o mal, e, logo, certo e o errado. E, sobretudo, pela própria utilização dos termos “admoestar” e “suplicar”; neles, o maniqueísmo é muito próximo à situação social interna, uma vez

que a *súplica* e a *admoestação* não demonstram nenhuma autoridade ou mesmo nenhum poder perante a classe dos aristocratas.

Estrutura semelhante à utilizada na obra do cronista anterior está na conhecida obra de Guibert, o abade de Nogent, chamada *Gesta Dei per Francos* (“Os Atos de Deus através dos Francos”). A obra apresenta tendências viciosas, já que, como demonstra o título, resume todos os cruzados como francos. Essa constatação, porém, não invalida as análises aqui realizadas. Francos, os quais o abade prioriza, foram, de todos os diversos grupos que compunham a Cristandade medieval, aqueles reconhecidos como mais próximos aos eclesiásticos. Essa aproximação não deriva de algum tipo de preferência ou qualquer outro fator social; como já foi mostrado, os grupos aristocráticos e os eclesiásticos frequentemente entravam em conflitos políticos, harmonizando-se de alguma forma sobre as questões demandadas.

Nas cruzadas, isso não foi diferente. Utilizando-se da mesma estrutura simbólica que mistura elementos evangélicos com ações cavaleirescas, Guibert também “suplica” para os cavaleiros no intuito de esclarecê-los devidamente acerca da situação:

Se, portanto, vocês forem zelosos na prática das santas batalhas, a fim de que, como vocês tem recebido da semente do conhecido de Deus vinda de Jerusalém, vocês podem desta mesma forma, restaurar a graça concedida, que através de vocês o nome católico poderá avançar para opor-se a perfídia do Anticristo e dos Anticristãos, e então, aqueles não poderiam conjecturar que Deus, que ultrapassou a esperança de todos, irá consumir, na abundância de sua coragem e através de vocês como centelha, tal centro de paganismo a inclui-los dentro de Sua lei o Egito, África e Etiópia, das quais tem retirado de comunicação com as nossas crenças? E o homem de pecado, filho da perdição, irá encontrar alguma oposição nele. Observe, o Evangelho proclama, ‘Jerusalém deve ser esmagada pelos Gentis até o tempo que os Gentis serem preenchidos<sup>13</sup>’ (KREY, 1921, pgs. 38/39).

Essa pequena parte do discurso demonstra como os cruzados deveriam permanecer firmes na atuação guerreira como meio de recompor a ordem das forças sagradas sobre a história humana, não atribuindo, assim, uma hegemonia do sagrado só

---

<sup>13</sup> *If, therefore, you are zealous in the practice of holy battles, in order that, just as you have received the seed of knowledge of God from Jerusalem, you may in the same way restore the borrowed grace, so that through you the Catholic name may be advanced to oppose the perfidy of the Antichrist and the Antichristians then, who can not conjecture that God, who has exceeded the hope of all, will consume, in the abundance of your courage and through you as the spark, such a thicket of paganism as to include within His law Egypt, Africa, and Ethiopia, which have withdrawn from the communion of our belief? And the man of sin, the son of perdition, will find some to oppose him. Behold, the Gospel cries out, 'Jerusalem shall be trodden down by the Gentiles until the times of the Gentiles be fulfilled.'*

aos sacerdotes ou monges. Também corrobora, com a tal do “tempo dos gentios”, que a ideia de Urbano sobre a punição da cristandade havia chegado ao fim, e agora era o tempo de retomar a Cidade Santa.

Ainda a respeito desse discurso, temos a obra de Balderic, o abade de Dol, a *Historiae Hierosolymitanae*<sup>14</sup> – traduzido para “História de Jerusalém”, datada em 1190. Autor mais crítico que os apresentados, Balderic constrói um discurso voltado a admoestações e mensagens diretas. Por causa dessa característica de cronista com formulações diretas, apresenta metáforas mais claras e mais profundas sobre as questões sociais; como, por exemplo, quanto aos cavaleiros:

O que nós estamos dizendo? Ouça e aprenda! Vocês, cingidos com a insígnia da cavalaria, são arrogantes com grande orgulho; vocês se lançam contra seus irmãos e dilaceram-se uns aos outros. Isto não é o (verdadeiro) cavaleiro de Cristo que se separam do redil da redenção. A Sagrada Igreja tem destinado um soldado em seu intuito para ajudar seu povo, mas vocês depreciam-na maldosamente a sua dor. Vamos confessar a verdade, [como] aqueles arautos que nós devemos ser, verdadeiramente, vocês não estão no caminho que lideram a vida. Vocês, opressores de crianças, saqueadores de viúvas; vocês culpados de homicídios, de sacrilégios, roubaram o direito dos outros; vocês que esperam o pagamento dos ladrões para se verter o sangue de Cristo – como abutres farejam os corpos fétidos, assim vocês sentem a batalha de longe e correm para ela avidamente. Este é o pior modo, pois é removido inteiramente de Deus! Se, portanto, vocês desejam estar cientes das suas almas, mesmo afirmar o cinturão de tal cavalaria, ou avançar corajosamente como cavaleiros de Cristo, e correr, tão rápido quanto possível para defender a Igreja do Oriente<sup>15</sup> (KREY, 1921, p.35).

Temos, então, três autores que nos ajudam a entender um ponto crucial: perante toda a historiografia (RUNCIMAN, 2002; TYERMAN, 2010, BROOKE, 1973; HILL e HILL, 1962), a interpretação foi de que os eclesiásticos estavam incitando os cavaleiros em seu meio social para justificar certa hegemonia evangélica ou reformadora. Contudo,

---

<sup>14</sup> Os textos do discurso de Balderic de Dol foram retirados de um compilato da tradução da Universidade Fordham, cuja pesquisa foi feita pela internet.

<sup>15</sup> *"What are we saying? Listen and learn! You, girt about with the badge of knighthood, are arrogant with great pride; you rage against your brothers and cut each other in pieces. This is not the (true) soldiery of Christ which rends asunder the sheepfold of the Redeemer. The Holy Church has reserved a soldiery for herself to help her people, but you debase her wickedly to her hurt. Let us confess the truth, whose heralds we ought to be; truly, you are not holding to the way which leads to life. You, the oppressors of children, plunderers of widows; you, guilty of homicide, of sacrilege, robbers of another's rights; you who await the pay of thieves for the shedding of Christian blood -- as vultures smell fetid corpses, so do you sense battles from afar and rush to them eagerly. Verily, this is the worst way, for it is utterly removed from God! if, forsooth, you wish to be mindful of your souls, either lay down the girdle of such knighthood, or advance boldly, as knights of Christ, and rush as quickly as you can to the defence of the Eastern Church.*

o sentido social e político dos trechos atribuídos ao papa Urbano II terminou por ficar comprometido nessas análises. Como demonstrado, todos os três utilizam a caracterização do inimigo, pintando um cenário caótico pela invasão de turcos que assolavam o lugar. Porém, tal insistência em análises eclesiais, em súplica e admoestação perante não só os cavaleiros, apenas apontam uma manobra de convocação com ampla margem de incerteza por parte do clero que se reconhecia no discurso atribuído ao papa.

Os conceitos e as atitudes de cruzada eram ditados por entendimento coeso e por uma participação ativa em uma vida social em que se mescla violência e religiosidade. Logo (RUNCIMAN, 2002, p.83):

Não se considera a morte contra o infiel como um martírio: o verdadeiro mártir morria armado somente com sua fé. Lutar contra o infiel era deplorável, conquanto por vezes não houvesse como evitá-lo; combater companheiros na fé cristã era duplamente condenável.

A começar pela questão da Guerra Santa. Questão complicada, pois seu entendimento já se amparava nos discursos eclesiais feitos durante o século X. Nota-se, pelas próprias citações acima transcritas, que a ideia está explicitada em sua existência na sociedade. No século IX, o papa Leão IV utilizava-se do termo Guerra Santa para justificar os guerreiros que morriam em batalha, e, assim, trilhavam seu caminho até o reino celeste. Alguns anos depois, o papa João VIII considerava estes mesmos belicosos como mártires. Entretanto, o bispo Bruno de Querfurt denunciava essas guerras (principalmente a do imperador germânico contra o rei franco, e do aristocrata inglês contra os poloneses) e se empenhava no seu movimento pela paz; e não estava só, na medida em que ainda foi realizado o concílio de Charroux (989) – pedindo para que os pobres pudessem viver em paz (RUNCIMAN, 2002, p.85). Percebe-se então que o conjunto de guerras que fazia parte da vida aristocrata do nobre medieval já era teorizada e argumentada entre suas realizações.

O significado da Guerra Santa era o de uma sacralização do combate, entendida como uma “ordem divina”; uma guerra com a autorização de Deus. Para os discursos que marcam a fase inicial da Cruzada, o tema foi de particular interesse de eclesiásticos que se utilizaram das mais diversas formas estruturais para vincular o caráter belicoso do senhorio com a necessidade de uma luta para salvar a cristandade. Foram frases como: “mas é Cristo que os ordena” de Foucher de Chartres (CHARTRES, 2003, p.18);



a construção de Guibert de Nogent (NOGENT, 2014, s/p): “você tem recebido a semente do conhecimento de Deus”, e “a Igreja tem reservado um soldado para ela, para ajudar seu povo”; escritos de Balderic de Dol (DOL, 2014, s/p) já foram apontados com semelhanças maniqueístas em suas construções. Fato é que, para ser santa, a Guerra precisa ter uma motivação atrelada ao divino, e o valor simbólico e histórico marcado entre os eclesiásticos do Oriente e do Ocidente demarca muito bem esse motivo santo. Portanto, ainda que se assemelhe a uma visão acerca do triunfo do bem e sobre o mal, essa mesma visão justifica toda uma violência empreendida e cometida nas cruzadas.

Obviamente, esses são apenas alguns dos exemplos produzidos. Há outros cronistas em outros trabalhos que destacam o discurso papal na Gália. Mas, no caso desta pesquisa, esses três autores trabalharam, de forma sumária, com as ideias mais claras do que seria uma guerra com autorização divina.

A historiografia já fez uma abordagem exaustiva dessas ideias. Tanto a questão dos objetivos como as questões das metas da mobilização militar estão atreladas ao ideal de Guerra Santa. Ao longo de séculos, o termo foi trabalhado por grandes pensadores teológicos, conhecidos como Pais da Igreja, e suas ideias e escritos chegaram ao século XI como herança cultural mobilizada por clérigos como os cronistas aqui selecionados:

Os textos fundamentais do Antigo e do Novo Testamento eram mediados, até mesmo para os instruídos, através do prisma de comentários dos chamados Pais da Igreja, teólogos como Orígenes de Alexandria, Ambrósio de Milão, Agostinho de Hipo e o Papa Gregório I, que empreenderam do terceiro ao sexto séculos, a tarefa muitas vezes complicada de traduzir alguns apogeuas impróprios, obscuros, incompletos, contraditórios ou idealistas num sistema inteligível ou satisfatório de pensamento e ação, dentro do contexto das instituições de uma religião ativa, uma igreja temporal e as vidas cotidianas dos fiéis (TYERMAN, 2010, p.49).

A significação da guerra santa já era discutida e debatida. Considerando a Igreja como uma instituição fundamentada sobre um forte conceito de autoridade, sua afirmação temporal levou-a, no final do século XI, a apresentar-se como um “sistema inteligível ou satisfatório de pensamento e ação” voltado, sobretudo, para o guerreiro e o nobre. Nesse caso, a ideia central desse “sistema” era a de “guerra santa”. Ela revelou suas linhas gerais no pensamento agostiniano e de guerras carolíngias, que a acionava na forma de “guerra justa” para lidar com situações litúrgicas, nas quais o perdão e a caridade não desaprovavam a guerra pública. O termo aparecia, também, embutido em

vocábulo como *inimicus*, que pode ser encontrado na *vulgates* de São Jerônimo; nomeando não um inimigo particular, mas o inimigo comum, que surge no Novo Testamento como *hostis* (TYERMAN, 2010, p.50). Estritamente falando, a Guerra Justa lidava com “causa justa; seu objetivo deve ser defensivo ou a recuperação de um território legítimo; a autoridade legítima deve sancioná-las; aqueles que combatem devem ser motivados pela intenção certa”. Já a Guerra Santa, formulada por Agostinho, é aquela que é constituída por Deus e tem o clero como regente cultural (TYERMAN, 2010, p.54-55).

E a mesma instituição que pensava sobre a guerra também empreendia esforços para alcançar formas de paz. O Ocidente viu surgir o “movimento pela paz” sob o nome de Bruno de Querfurt (martirizado pelos pagãos prussianos em 1009), denunciando as guerras dos imperadores do seu tempo: Oto II contra Lotário, o então rei da França; e Henrique II contra os poloneses. Além dele, o concílio de Charroux, em 989, tornou-se a primeira de muitas iniciativas lideradas pelo poder episcopal, notadamente na Aquitânia; para alcançar a imunidade de cleros e bens eclesiásticos, obtendo dos nobres juramentos públicos que garantissem a paz. Iniciativa reforçada com o concílio de Le Puy, ocorrido em 994 (RUNCIMAN, 2002, p.84).

Desse modo, nas diferentes versões em que foi transmitido, o discurso de Urbano II consegue abranger as linhas fundamentais da ideia e das práticas da Guerra Santa. A vinculação dessa concepção de guerra acumula em si a noção de Guerra Justa, a herança de um forte discurso de santificação da violência legítima e o reconhecimento de uma posição central dos novos círculos de guerreiros nobiliárquicos cujo poder estava consolidado no século XI. Estes os valores sociais vigentes como objetivos e metas das cruzadas. A questão maior para esse trabalho é notar, como tentamos fazer até aqui, que esses objetivos e metas devem ser trabalhados no plural. O que devemos destacar não é a cruzada como um empreendimento concebido e controlado pela Sé Romana; e, sim, como uma complexa mobilização, justificada pela recuperação da Cidade Santa, mas atrelada aos interesses feudais de príncipes e condes, de querelas políticas e de uma diversidade de grupos implicados.

E tudo isso só é possível se considerarmos cada um dos líderes cruzados como os aristocratas participantes de meios sociais singulares, cujo peso sobre suas escolhas e ações não foi desfeito ou dissipado no momento em que puseram em marcha ou se encontravam no Oriente. A realidade política feudal, altamente regionalizada, seguiu-os até Jerusalém. Como nobres, eles detinham seus próprios objetivos, os quais parecem

poder ser interpretados através da análise de suas ações nas cruzadas. Nesta pesquisa, nós frisamos, o conde de Toulouse será o protagonista e o discurso fundamental aqui utilizado com maior frequência para explicá-lo será o escrito por seu capelão: Raimundo d'Aguilers.

#### **2.4. A expedição se forma: as nobrezas da cristandade oriental em marcha**

O valor inestimável da Cidade Santa para a cristandade era evidente. À luz da guerra santa, a reconquista da cidade era causa mais do que justa e celestial para iniciar uma guerra. Uma vez convocada em Clermont e tendo mobilizado vastas energias e riquezas nobiliárquicas, a expedição militar seguiu por diferentes caminhos até Constantinopla, onde os principais líderes de cada contingente regional mobilizado foram recebidos pelo imperador. Dos detalhes que compõem a primeira parte da viagem, vale destacar que as principais linhagens optaram por liderar suas hostes por caminhos diversos – utilizando mais de uma via terrestre – e chegaram até a cidade imperial em momentos distintos, onde finalmente formaram um único contingente (TYERMAN, 2010, p.126).

Como já dito, o primeiro a partir de seus domínios foi Hugo de Vermandois (1057-1102), o irmão do excomungado monarca franco. Nas palavras de Christopher Tyerman: “distinguido apenas pelo sangue, Hugo agia como um ímã para alguns dos principais vassalos do irmão, inclusive o guardião do rei (Walo de Chaumont-en-Vexin) e o senescal (Gilberto de Garlande)” (TYERMAN, 2010, p. 136). Saiu em julho de 1096, seguindo por estrada através do sul da Itália, onde já havia mandado uma carta a Aleixo I Comneno. Ao atravessar o Adriático, em outubro, chegou em Durazzo, e dali escoltado até a capital Constantinopla. Lá chegou em novembro (semanas após o massacre em Kibotos)<sup>16</sup> e foi bem recebido na corte bizantina. O imperador estava preparado para receber primeiro Boemundo da Sicília: provavelmente, aguardava pela oportunidade de obter do normando uma subordinação que implicasse os senhores da Sicília – conquistadores de antigos espaços bizantinos – em inéditos laços de obediência. Boemundo, todavia, chegaria apenas 15 dias após Hugo.

Logo, a chegada de guerreiros ocidentais à cidade dos Basileus tornou-se rotina: “quase todos os dias chegavam notícias de mais senhores ocidentais se aproximando,

---

<sup>16</sup> Kibotos é a região da qual o contingente da Cruzada Popular permaneceu por volta de dois meses em território bizantino.

enquanto o fluxo de peregrinos se tornava uma autêntica inundação, inchada pela colheita excepcional do ocidente no outono de 1096” (TYERMAN, 2010, p. 137).

Outro que se mobilizou rapidamente foi Godofredo de Bouillon (1058-1100). Duque da Baixa Lorena, era filho de Eustácio, terceiro conde da Bolonha e primeiro da Lorena. Sua família era herdeira longínqua de Carlos Magno, tendo como sede o condado de Verdun. Para as cruzadas, Godofredo reuniu contingentes da Lotaríngia e das áreas próximas à Flandres, utilizando, inclusive, extorsão de dinheiro de judeus da Renânia para conseguir viajar. Esse lamentável fato demonstra a vulnerabilidade das comunidades judaicas a práticas arbitrárias de violência promovidas pelos nobres<sup>17</sup>. Voltando a Godofredo, ele hipotecou o próprio patrimônio em Bouillon e tomou o mesmo caminho antes realizado por Pedro, o eremita, na chamada “Cruzada Popular”: seguindo pelo interior do Império romano até a Hungria e, atravessando o rio Danúbio, até as terras bizantinas. Onde chegou pouco do natal de 1096 (TYERMAN, 2010, p.137).

Já mencionado neste capítulo, Boemundo de Taranto (1058-1111) foi um líder controverso, habilidoso e que conseguiu enriquecer durante a cruzada. Ele era vassalo de seu meio irmão, Rogério Borsa; filho mais novo e herdeiro de Roberto Guiscard do sul da Itália. Portanto, Boemundo não detinha título, embora possuísse influência política e contatos que chegavam até mesmo ao papa Urbano II. O sangue nobre, em seu ideal, prova que os laços familiares proporcionavam recursos para que os aristocratas conseguissem uma influente posição de comando. Contudo, ele foi controverso por diversos episódios que ressaltam certa ambiguidade em suas ações. Como, por exemplo, a conduta após tomar Antióquia, já em pleno curso da cruzada em 1098. Após a conquista de uma das mais antigas cidades cristãs, Boemundo escreveu uma carta ao papa Urbano II, em nome de todos os líderes cruzados, ressaltando a conquista como fruto da guerra santa, como um feito divino. Porém, embora imbuído de tamanha devoção, ele se recusou a cumprir a “obra de Deus” até o final: decidiu não participar do cerco a Jerusalém e estabelecer seus domínios em Antióquia. No fim, visto com a reputação de tão ganancioso quanto devoto, Boemundo foi exaltado pelo imperador Aleixo como um guerreiro competente (TYERMAN, 2010, p.141).

---

<sup>17</sup> O tema sobre a violência contra os judeus tem seu mérito na própria fonte do *Kidush Hashem*, as crônicas hebraicas sobre os acontecimentos antes e durante a Primeira Cruzada. É inegável que os hebreus, mesmo no ocidente, sofreram muito durante as cruzadas, e que esse tema merece um trabalho em particular.

Boemundo saiu de suas terras e viajou para Épiro, em outubro de 1096; dali foi para Trácia, chegando em 1º de Abril, e depois para Constantinopla, no dia 9 do mesmo mês. Passou mais tempo com Aleixo do que qualquer outro líder e tentou obter um papel de futuro comandante militar prestando um juramento de lealdade ao imperador. Forçou Raimundo a prestar um juramento similar e fez com que seu sobrinho também o fizesse. Para Christopher Tyerman (2010, p. 142), tal gesto configurou a formalização de um laço de vassalagem. E foi Aleixo que o empregou, como agente, junto aos outros líderes cruzados. Isso lhe rendeu atribuições indubitáveis com o imperador, sendo até chamado pelo historiador de “diplomata entre o Ocidente e o Oriente”.

O personagem principal desta pesquisa, Raimundo de Toulouse, foi o primeiro que se animou a viajar para Jerusalém. Por isso, quando o pontífice o visitou durante as excursões na Gália, em 1095, ele pediu, formalmente, para ser reconhecido como líder da retomada de Jerusalém. Tal fato demonstra que Raimundo acreditava ocupar uma posição incomum de prestígio entre os nobres vinculados à mobilização (HILL e HILL, 1962, pgs. 29 e 142).

Mas a questão é mais profunda: o bispo de Roma havia viajado pelas terras do conde em 1º de setembro de 1095 (como já demonstrado anteriormente). Urbano foi até Chaise-Dieu, Monastier, Nîmes, para chegar à abadia cluniacense de Saint-Gilles e celebrar a festa do santo local. Mas não parou por aí. Depois de acertar as diferenças com o abade de Nîmes, ele percorreu longo trajeto às margens do Rhône, visitando Tarascon, Avignon, Saint-Paul-Trois-Châteaux; seguindo caminho por Valence até chegar a Clermont. Tal itinerário reforça a tese dos Hills de que o Languedoc se tornou fonte prioritária de provimento da Primeira Cruzada, o que, provavelmente, convertia em algo mais urgente a solicitação de Raimundo. Isto é, a liderança sobre a cruzada era um meio de reafirmar, em outros cenários, a proeminência de uma força política local, junto às nobrezas do Languedoc. Nesse sentido, em alguma medida, seria possível dizer que as relações de poder regionais no Languedoc se prolongaram nas questões da cruzada. Outro argumento nessa direção é encontrado no fato de que, no concílio de Clermont, no mesmo ano, Adhemar, bispo de Puy, foi escolhido como legado papal para a cruzada. Isto quer dizer que Raimundo testemunhou a elevação ao primeiro plano das ações de um bispo proveniente de uma igreja que mantinha um recente histórico de estreitas relações com a coroa capetíngia. A busca pela liderança tornava-se mais central: não apenas por questões envolvendo a cruzada, mas pela disputa da hegemonia nobiliárquica na própria Gália (HILL e HILL, 1962, p.30/31).

A busca pela liderança por parte de Raimundo e o posto de legado oferecido ao bispo de Clermont, cuja igreja estava integrada às redes de dependência pessoais no Languedoc, já indicavam como os acontecimentos da primeira cruzada ampliaram as cenas para as nobrezas locais expandirem as relações de *potestas* e *auctoritas*; embora a ascensão do conde de Saint-Gilles esbarrasse em vários obstáculos (TYERMAN, 2010, p.145).

O conde aparece, com alguma frequência, “deslocado” entre os líderes. Além disso, como ressalta Steven Runciman (2002, p.261) e relembra Christopher Tyerman (2010, p.145), e, principalmente, demonstra o cronista Raimundo d’Aguilers na discussão com o imperador de Constantinopla (como demonstrado a seguir), ele não tinha a reputação de um grande líder militar entre os outros cruzados. O que se refletiria nas crônicas: ele não seria lembrado por nenhuma grande façanha antes da conquista de Jerusalém. Ainda assim, a expedição propiciaria-lhe certo protagonismo, como ficou evidente nos dias do cerco muçulmano a Antióquia, encurralando os cruzados – como veremos adiante. Tal fato só demonstra o quanto as crônicas sobre cruzadas são sinuosas: Raimundo de Toulouse atua como papel de retaguarda durante as duas batalhas da Antióquia (para invadir a fortaleza e para protegê-la de Kerbogha), cujas ocasiões contaria com a liderança de Boemundo de Taranto.

Por fim, falta mencionar a figura de destaque oriunda do reino normando criado no norte da Gália ainda no século X: Roberto II, duque da Normandia (1050-1138) e filho mais velho do rei Guilherme I, “o conquistador”. Roberto foi o último a alcançar Constantinopla. Marchou acompanhado por seu cunhado, o conde Estevão de Blois. Diferentemente de Raimundo, Roberto chegava como um líder reconhecido como militarmente eficiente. Ele se destacaria mais na cruzada do que em seu próprio ducado. Sob seu comando, as tropas normandas ganhavam destaque nas batalhas de Doriléia (julho de 1097), Antióquia, Jerusalém e Ascalão (agosto de 1099) e na conquista do porto sírio de Latáquia (entre 1097 e 1098). Quando voltou para o ocidente, Roberto já era um personagem envolvido por uma lenda: seus supostos feitos foram eternizados em vitrais na abadia real de Saint Denis, uma década depois de sua morte. Sua carreira política, no entanto, foi desastrosa: terminou encarcerado (1106-1138) pelo próprio irmão, Henrique I, que assumiu o trono do reino normando após a morte do pai (TYERMAN, 2010, p. 146-147). Roberto foi uma prova viva de que atuar na cruzada não era sinônimo de uma ascensão política imediata.

A expedição normanda partiu em outubro de 1096, viajou pela península italiana, passando o inverno na Calábria. Lá permaneceu até a primavera, de onde partiu para Brindisi, já em abril. O primeiro navio que desembarcou soçobrou, e quatrocentos normandos pereceram, juntamente com cavalos e equipamentos. Uma pesada perda para o duque. O grosso do exército, entretanto, chegou a Durazzo sem maiores atribulações e, dali, foi conduzido até Constantinopla por uma comitiva enviada pelo Imperador (RUNCIMAN, 2002, p. 156-157).

## **2.5. A cruzada em movimento: tensões e disputas no comando da expedição**

De qualquer forma, no final de abril de 1097, os contingentes mobilizados para a cruzada estavam reunidos com o imperador. Não foi um início fácil para nenhum deles: os ocidentais sofreram problemas com a adversidade das regiões do Império grego. Só os líderes puderam entrar em Constantinopla, em razão de uma medida preventiva imposta pelo imperador desde a expedição anterior, conhecida como expedição do povo; ali, concluíram que “os ocidentais dedicavam-se a roubos intermináveis. Invadiam os palácios e vilas dos subúrbios e chegaram até a furtar o chumbo do telhado das Igrejas” (RUNCIMAN, 2002, p.122). Na corte imperial, os ocidentais eram considerados “rústicos” e tratados com certa hostilidade.

Dentro da cidade, os nobres foram informados pelo imperador sobre sua missão: abrir caminho até Jerusalém, removendo o poder turco e restituindo os territórios que pertenceram aos gregos. (RUNCIMAN, 2002, p.163). Para isso, o imperador exigiu, de cada um dos líderes, que prometessem devolver os territórios conquistados. Desse modo, foi imposto um *juramento de fidelidade* a ser selado pelos líderes com Aleixo. O que ocorreu em abril de 1097, dia em que Raimundo de Toulouse chegou a Constantinopla.

A grande semelhança do juramento exigido com os laços de senhorio concebidos como a *feudalidade* não eram mera coincidência. Todos os demais líderes prestaram o juramento, mas um deles não aceitou de imediato, o conde de Saint-Gilles. Oriundo de um meio social em que os laços de subordinação não usufruíam da mesma reputação que em áreas altamente feudalizadas, o conde, provavelmente, considerou-o um comportamento subalterno, indigno no papel que pretendia desempenhar na cruzada. Além disso, o conde tomou conhecimento sobre os privilégios que Boemundo de Taranto obteve do imperador, principalmente a liderança de algumas tropas gregas.

Também demonstrou ter uma consciência apurada sobre as implicações de um laço de suserania e o quanto esse vínculo doméstico rebaixaria seu *status* nobiliárquico. Sentindo-se lesado, Raimundo ficou furioso e protestou, recusando-se a lidar com um “imperador incompetente e mentiroso” (TYERMAN, 2010, p.146).

Aleixo o teria atacado com mercenários – acusou Raimundo. Por sua vez, o imperador afirmava que Raimundo saqueou terras bizantinas antes de alcançar a capital. Em certo momento do debate, foi relatado que Raimundo tenta atacar o imperador, mas foi impedido por Godofredo. O conde de Saint Gilles foi, entre todos os líderes, aquele que demonstrou maior resistência a assumir um laço de subordinação perante o imperador. Essa característica é muito importante. Ela pode ser considerada um indicador de uma conduta diferenciada pela afirmação e pelo engrandecimento da posição nobiliárquica – que seria atingida pelo juramento. Raimundo declarava que “viera para o Oriente para fazer o trabalho de Deus e que Deus era agora seu único suserano” (RUNCIMAN, 2002, p. 152).

Segundo John Hill e Laurita Hill, após 4 dias de conversas com o imperador (de 22 a 26 de abril de 1097), o imperador e o conde chegaram a um acordo (HILL e HILL, 1962, p.49). Todavia, Raimundo não consentiu em realizar um juramento. O conde se comprometeu com um *pacto de amizade*. Aparentemente, sem diferenças maiores em relação ao juramento prestado pelos outros líderes, embora, ainda com uma marca de distinção. Primeiramente, porque esse pacto foi uma consequência da postura assumida pelo único conde que, inicialmente, se mostra oposto ao imperador. Sua discussão de quatro dias com Aleixo nos mostra o que teria acontecido.

Contudo, antes de passarmos à discussão e uma vez apresentada a questão, retornemos à documentação para analisar o ocorrido. Voltaremos nossa atenção para a narrativa de Raimundo D’Aguilers no seu *Historia francorum qui ceperint Jerusalem*, participante da marcha que saiu de Saint-Gilles e que descreve com detalhes as condutas de seu senhor antes dele ingressar na corte dos *basileus*:

Nós viemos até Durazzo. Nós acreditamos que estivéssemos em nosso próprio país, pensamos que o imperador e seus prosélitos fossem nossos irmãos e companheiros. Eles, de fato, furiosos como leões, atacaram um povo pacífico que não considerava nada além de emblemas. Eles os massacram em um lugar secreto; roubaram o que conseguiram durante a noite, nas florestas e nas vilas remotas do campo. Embora furiosos, seu líder prometeu paz. Mas, durante os intervalos de paz, eles mataram *Pontius Reinald* e feriram mortalmente seu irmão, Peter, e estes eram mais nobres príncipes. No



entanto, quando uma oportunidade de vingança estava nos foi apresentada, nós preferimos seguir a jornada, não se vingar de nossos erros. No caminho, nós tínhamos cartas do imperador sobre paz, irmandade, e, como eu já mencionei, sobre aliança; isto, contudo, era o embuste nas palavras. De frente e de costa, da direita e da esquerda, Turcos, Cumans, Uzi, Tanace, Patzinaks, e Búlgaros, estavam a espreita para nos emboscar<sup>18</sup> (KREY, 1921, pgs.65/66).

Observa-se, pela perspectiva de D'Aguilers, uma clara decepção atribuída ao conde em sua chegada aos territórios, prevalecendo uma ausência de maiores explicações. Entretanto, vamos a outro ponto, ainda mais crucial para essa explicação. Trata-se dos termos inseridos na carta pelo imperador: paz, irmandade e aliança. Esses são termos conotativos do vínculo político feudal, demonstrando graus de sociabilidade e subordinação entre aristocratas. A decepção pode ser vista aqui como elemento esfacelador do laço aristocrático que acaba sendo negado entre os envolvidos. A situação parece não melhorar quando o conde e os seus chegam em Rusa e encontram as pessoas estranhando os provençais. Raimundo saqueia a cidade, fazendo-a se render.

A situação não parou nesse ponto. Raimundo passa por suas dificuldades e chegando até Rodosto encontra cavaleiros imperiais que se opõem a ele. Na ocasião, nova carta do imperador é enviada, pedindo que o conde de Saint-Gilles apressasse sozinho até Constantinopla. Nessa carta, ainda havia uma súplica de Godofredo da Lorena e de Roberto de Flandres, que diziam que todos os arranjos para a jornada até Jerusalém estavam prontos, inclusive com o imperador como líder da cruzada:

Como eles disseram que Boemundo, o duque da Lorena [Godofredo] e o conde de Flandres, e os outros príncipes fizeram este requerimento: que o conde deveria correr para concordar com o imperador sobre a marcha para Jerusalém; que o imperador havia tomado a cruz, deveria também tornar-se o líder do exército de Deus. Além disto, eles reportaram que o imperador havia dito que ele faria todos os arranjos com o conde, sobre eles mesmos e sobre o que mais fosse preciso para a jornada. Eles anunciaram, além disso, que uma batalha estava iminente, e que sem suporte tão grande, um homem provavelmente

---

<sup>18</sup> We came to Durazzo. We believed we were in our own country, thinking that the Emperor and his satellites were our brothers and helpmates. They, indeed, raging in the manner of lions, attacked a peaceful people who thought of nothing less than arms. They, butchered them in secret places; they stole what they could by night, in the woods, and in villages remote from the camp. Although they raged thus, their leader promised peace. But during the intervals of peace, they killed Pontius Reinald and mortally wounded his brother, Peter, and these were most noble princes. However, when an opportunity was presented to us for revenge, we chose to continue the journey, not to avenge our wrongs. On the way, we had letters from the Emperor about peace, brotherhood, and, as I may also say, about alliance; this, however, was a snare in words. For in front and behind, to right and to left, Turks and Cumans, Uzi, Tanaces, Patzinaks, and Bulgarians were lying in ambush for us.

estaria desfavorável, que o conde deveria, portanto seguir adiante com poucos homens, então quando seu exército chegasse tudo já teria sido arranjado com o imperador, e não haveria mais atraso para ninguém. Nesta altura, o conde foi persuadido a ir com seu exército, nesta instancia, sozinho, deixando sua guarda atrás dele, no campo. E, assim, ele foi desarmado a Constantinopla<sup>19</sup> (KREY, 1921, pgs. 66/67).

Na construção do cronista, os líderes parecem já convictos de todos os objetivos comuns firmados com o imperador. A narrativa escrita pelo capelão do conde de Saint-Gilles sugere que o senhor do autor havia sido preterido pelo imperador, o que ultrajava sua honra e sua dignidade nobiliárquica: Aleixo teria convencido todos os líderes dos guerreiros ocidentais, encurralando o conde.

Ao chegar ao castelo, onde já estavam os líderes, o conde começa a se inteirar da situação, sendo-lhe exigido que prestasse homenagem ao imperador. Interpretado o pedido como um gesto de subordinação, Raimundo teria reagido, começando ríspida discussão:

Conformemente, quando o conde havia sido acolhido mais honrosamente pelo imperador e príncipes, o imperador exigiu do conde homenagem e o juramento da qual os outros príncipes haviam feito. O conde respondeu que ele não havia vindo para cá para fazer outro senhor ou para lutar por nenhum outro do que Aquele, para quem havia deixado para trás no seu país e nas suas possessões. Embora, se o imperador seguisse para Jerusalém com o exército, ele comprometeria a ele mesmo e a seus homens e a todos os seus bens a ele. Mas, o imperador escusou a si mesmo da jornada dizendo que ele temia muito que Germanos, Cumans, Húngaros e outros povos selvagens pudessem devastar seu império se ele fizesse a jornada com os peregrinos<sup>20</sup> (KREY, 1921, p.97).

---

<sup>19</sup> For they said that Bohemund, the Duke of Lorraine, the Count of Flanders, and other princes made this prayer: that the Count should hasten to agree with the Emperor about the march to Jerusalem; that the Emperor, having taken the cross, should also become leader in the army of God. In addition to this, they reported that the Emperor had said that he would make all arrangements with the Count, both about themselves and whatever else should be necessary for the journey. They announced, furthermore, that a battle was imminent, and that without the support of so great a man it would probably be unfavorable; that the Count should therefore go ahead with a few men, so that when his army should arrive, everything would have been arranged with the Emperor, and there would be no delay for anyone. At length, the Count was persuaded to go ahead of his army, in this instance, alone, leaving his guard behind him in the camp. And thus he went unarmed to Constantinople.

<sup>20</sup> Accordingly, when the Count had been received most honorably by the Emperor and his princes, the Emperor demanded of the Count homage and the oath which the other princes had made to him. The Count replied that he had not come hither to make another his lord or to fight for any other than the One for whom he had left his country and his possessions. Nevertheless, if the Emperor would go to Jerusalem with the army, he would commit himself and his men and all his goods to him. But the Emperor excused himself from the journey by saying that he greatly feared lest the Germans, Hungarians, Cumans, and other wild peoples would devastate his empire, if he made the journey with the pilgrims.

Note-se que, conforme argumentamos no capítulo primeiro, o conde concebe como inseparáveis a vassalagem e o poder exercido por homens e terras – aquilo que Alain Guerreau chamou de *dominium*. A feudalidade é compreendida como um laço de transferência de autoridade legítima: já que reconhecer Deus como seu único senhor nos assuntos da cruzada significou, para o conde, deixar para Ele suas possessões. Ou seja, o pacto exigido em Constantinopla foi lido não como “demanda de guerra santa”, mas como um problema de feudalidade e das prerrogativas senhoriais. Por essa razão, a situação foi resolvida com a mudança de uma “homenagem”, palavra sob o designo de vassalagem, para um laço de amizade. Como vimos no primeiro capítulo, tal mudança não era mera questão de nomes: ela implicava diferentes esferas de poder. A proposta dirigida ao imperador pelo conde – de firmarem um *pacto de amizade* – era uma forma de, sob a perspectiva de um senhor do sul da Gália, amenizar o sentido de subordinação (ir travar batalhas em nome do imperador) e exaltar o papel do próprio conde como uma honraria (ter a presença do imperador e lutar ao seu lado). Era uma marca simbólica de que o conde desejava transferir e preservar o mesmo status nobiliárquico que possuía em seus domínios para os cenários da cruzada. Como nenhuma proposta dessa natureza foi atribuída aos demais nobres ali reunidos, concluímos que o conde se utilizou de seus recursos políticos como senhor de feudos para negociar a preservação dos privilégios e das prerrogativas que trazia do exercício doméstico do poder na Gália.

Todavia, as manobras políticas não saíram como planejadas. A recusa ao modo de prestar o juramento de amizade desgostou o imperador, despertando o reconhecimento do conde como uma ameaça à autoridade bizantina sobre as terras orientais. E o que começou nas honrarias e palavreado nobre terminou em acusações e discussão acirrada:

Enquanto o conde, se posicionando sobre a viagem e a morte de seus homens, acreditava que ele estava sendo traído, e através de certos príncipes ele veementemente responsabilizava o imperador por ter cometido traição. Mas Aleixo disse que ele não sabia que nossos homens tinham devastado seu reino, e que ele e seus homens haviam sofrido muitas injúrias, e não havia nada que o conde pudesse reclamar, exceto que enquanto o exército do conde, nas suas maneiras comuns estava devastando as vilas e cidades, vieram a correr quando viram seu exército (do imperador). Contudo, ele prometeu que daria satisfação ao conde e ofereceria Boemundo como refém para satisfação. Eles

foram a julgamento, o conde, de acordo com a lei, estava compelido a desistir de seu refém<sup>21</sup> (KREY, 1921, pgs. 97/98).

Essa “satisfação” mencionada por D’Aguilers também pode ser entendida como o pagamento da dívida, a liquidação do saldo deixado pela devastação dos homens que Raimundo perdeu. Uma vez que Boemundo já havia feito o pacto (tendo se servido dele para reivindicar a liderança dos exércitos do imperador), Aleixo encontrou uma solução drástica para finalizar a questão. Ver o imperador contornar a situação aclamando um julgamento contra as atitudes de um conde é, no mínimo, intrigante. A autoridade de Aleixo Comneno, com a qual ele conseguiu, com certa facilidade aparente, persuadir os outros líderes cruzados sai desgastada no relato de D’Aguilers – o que pode ser visto como um argumento do narrador para legitimar, antes da hora, as eventuais investidas e pretensões fundiárias que seu senhor realizaria no curso da cruzada.

Porém, apesar do conde de Toulouse ter sido convencido a acatar o problema da devastação das terras, a questão do pacto ainda estava para ser resolvida. E, neste caso, o conde foi irrevogável em sua sentença. Alguns líderes tentaram persuadi-lo a aceitar os encargos ditados pelo imperador (outros até haviam partido em expedição), mas ele não aceitou:

Aleixo pediu (homenagem) de novo e de novo e prometeu que ele daria muito ao conde se ele fizesse a ele a desejosa homenagem como os outros príncipes haviam feito. O conde, porém, estava constantemente meditando como ele vingaria as injúrias de seus homens, e como afastaria ele e seus seguidores da desgraça de tais infâmias. Mas o duque da Lorena, o conde de Flandres e os outros príncipes desaprovaram tais ações, dizendo que deveria ser muito tolo lutar com os cristãos quando os turcos estavam ameaçando. Boemundo, de fato, prometeu que ele iria ajudar o imperador, se o conde fizesse qualquer tentativa contra o imperador, ou se ele se recusasse a homenagear e jurar [lealdade]. Portanto, o conde teve conselho com seus homens e jurou que nem em pessoa ou em pensamento outro iria macular a vida ou a honra de Aleixo. E quando perguntado sobre a homenagem, ele respondeu que ele não faria arriscando sua cabeça, por conseguinte, o imperador lhe deu alguns donativos<sup>22</sup> (KREY, 1921. p. 98).

---

<sup>21</sup> Meanwhile the Count, upon bearing of the flight and death of his men, believed that he had been betrayed, and through certain of our princes he vehemently charged the Emperor with having committed treason. But Alexius said that he did not know that our men had devastated his kingdom, and that he and his men had suffered many injuries; that there was nothing of which the Count could complain, except that while the army of the Count in its usual manner was devastating the villages and towns, it took to flight upon seeing his (the Emperor's) army. Nevertheless, he promised that he would give satisfaction to the Count and offered Bohemund as a hostage for the satisfaction. They went to trial; the Count, according to law, was compelled to give up his hostage.

<sup>22</sup> Alexius asked (homage) again and again and promised that he would give much to the Count if he would do him the desired homage as the other princes had done. The Count, however, was constantly

Assim, Raimundo de Toulouse e Aleixo Comneno acabam por travar uma batalha sem armas, dentro das muralhas do castelo em Constantinopla. O resultado foi realmente um tratado de amizade, do qual a autoridade de Raimundo, compreendida como a prerrogativa de ditar o destino de homens e terras, saiu fortalecida. Isso leva-nos a crer que o conde deixa Constantinopla, não como subordinado ao imperador (em posição inferior), e sim como uma voz capaz de dizer, juntamente com a de Aleixo Comneno, a justiça e a paz sobre as regiões conquistadas. Em nossa visão, este foi um episódio marcante da afirmação do conde de Saint-Gilles: e ele ocorreu segundo uma lógica de poder e uma experiência de status inteiramente locais, provençais. O conflito travado em torno de um juramento ou um pacto de amizade foi o choque entre dois modos de praticar a política, um bizantino, outro toulousano. A opção pelo pacto parece sugerir certa horizontalidade na relação com o bizantino e a vitória do último modo de exercer o poder.

Portanto, nossa interpretação sobre esse célebre episódio é a de que a recusa do conde pode ser explicada como um comportamento decorrente da lógica de preservar, durante toda a expedição destinada a alcançar Jerusalém, a autonomia política e a posição de poder originalmente ocupada no Languedoc. Em plena Constantinopla, Raimundo IV buscava reproduzir e consolidar o modo autônomo de exercer o poder em seus domínios. Apesar de ter declarado que respeitaria os territórios imperiais, ele recusou e minimizou as implicações hierárquicas do vínculo. O pacto realçava que era o próprio Raimundo que se responsabilizava por suas ações e pelo compromisso da devolução das terras: era uma prova de amizade, não se tratava de uma obrigação de lealdade.

Dessa forma, no início da jornada da Primeira Cruzada, o conde de Saint Gilles foi protagonista de um episódio que o preservava, ainda que nominalmente, como figura de mando. Raimundo se esquivou dos comandos de Aleixo, não o reconhecendo como um poder superior, cuja autoridade o englobava. Por essa razão, o comportamento pode ser considerado um indicador de que Raimundo pretendia conquistar novas terras e

---

meditating how he might avenge the injury to his men, and drive away from himself and his followers the disgrace of such great infamy. But the Duke of Lorraine, the Count of Flanders, and the other princes deprecated such action, saying that it would be very foolish to fight with Christians when the Turks were threatening. Bohemund, indeed, promised that he would aid the Emperor, if the Count made any attempt against the Emperor, or if he no longer refused homage and oath. Thereupon, the Count took counsel with his men and swore that neither in person nor through another would be sully the life or honor of Alexius. And when asked about homage, he replied that he would not do it at the risk of his head, wherefore the Emperor gave him few gifts.

exercer, efetivamente, o comando sobre aquelas regiões. Se o pacto de amizade aplacou algumas exigências imperiais, o vínculo proporcionaria certo efeito legitimador para os planos do conde. Após firmar a nova amizade, Raimundo juntou-se ao contingente dos guerreiros ocidentais e partiu para Nicéia.

Como dissemos, nosso objetivo não é o de realizar uma “história das cruzadas”, mas acompanhar a trajetória da linhagem de Toulouse no seu interior<sup>23</sup>. No contexto do cerco de Niceia, o contingente cruzado se separa em dois grupos, para atravessar o rio Gallus. Por um lado, seguiram Boemundo, Tancredo, Roberto da Normandia e Estevão de Blois; por outro, foram Godofredo de Bouillon, Hugo de Vermandois, Roberto de Flandres e Raimundo de Saint-Gilles (HILL e HILL, 1962, p.61).

Na trilha do primeiro grupo, estava o exército do mais importante líder islâmico da região, Kiliç Arslan. Os grupos se encontraram e enfrentaram na batalha de Doriléia. Em meio ao desespero provocado pelos gritos de *Allahu Akbar* (“Deus é grande”), os guerreiros do ocidente quase foram dizimados pela cavalaria muçulmana (HILL e HILL, 1962, p.61). Contudo, ainda assim, saíram vencedores do conflito. A vitória liberou a rota sul até a Antióquia. Kiliç Arslan não desistiu, mudou de rumo com o restante de suas tropas e alcançou o outro grupo de cruzados no dia 1º de junho, nas redondezas da cidade de Bozuyuk. Dessa vez, foram as manobras evasivas do duque Godofredo e do conde Raimundo que salvaram os cruzados. Os dois grupos se reuniram e marcham juntos rumo a Antióquia.

De Doriléia, os cruzados seguiram para Heracléia. De lá, Tancredo e Balduíno de Bologne seguiram através da montanha de Taurus. Seu objetivo era conseguir uma área para suprimento e pilhagem e, ao mesmo tempo, impossibilitar os turcos de chegarem a Antióquia, protegendo as manobras planejadas pelo grupo principal. A maior parte dos ocidentais seguiu para Cesaréia, a fim de se aproximarem da Antióquia pelo Norte. Ali, libertaram algumas populações cristãs dos turcos e declaram-nas subordinadas ao imperador. Seguiram então para Coxon, uma cidade síria, e de lá para Marash. E então dois grupos deixaram a cidade. O primeiro foi comandado por Balduíno e rumou para a captura de Edessa, o segundo seguiu liderado por Roberto de

---

<sup>23</sup>Steven Runciman, que passou mais ou menos 50 anos sendo a historiografia clássica para trabalhos sobre o tema e Christopher Tyerman, que fez a crítica aos trabalhos dele são ótimas referências. Os detalhes como nomes e locais de ambas as obras é impressionante, demonstra a diversidade e uma região muito rica em cultura. Tyerman também tem outros ótimos trabalhos sobre o tema como: *England and the Crusades 1095-1588* (University of Chicago Press 1988; paperback edition 1996); *The Invention of the Crusades* (Macmillan 1998; Italian trans., Einaudi, Turin 2000) e *The Debate on the Crusades 1099-2010* (Manchester University Press 2011).

Flandres contra Artãh. Nesse contexto, foi fundado o primeiro domínio ocidental no Oriente: Edessa. O maior contingente da cruzada seguia para seu objetivo: sitiar e conquistar a cidade de Antióquia.

Antióquia era uma cidade de valor inigualável para o cristianismo, uma vez que foi ali que Pedro fundou o primeiro episcopado e seus seguidores foram então chamados cristãos. Ela ofereceu diversos desafios. As impressionantes dimensões da cidade causavam problemas quanto à formação e ao abastecimento dos cruzados. “A cidade é uma fortaleza considerava inexpugnável, rodeava de impressionantes muralhas flanqueadas por quatrocentas torres que não deixam nenhuma secção de muros fora da proteção de flechas dos arqueiros” (FLORI, 2006, p.505). A Leste e a Oeste, suas muralhas chegavam até ladeiras; ao Norte, terras pantanosas; ao Sul, as terras se levantavam por cima de um barranco. Além disso, a cidade é dominada por uma cidadela construída na ladeira montanhosa que domina as praças. Era impossível rodear totalmente a cidade devido aos escarpados rochosos existentes na parte sul, deixando assim um bloqueio nos lugares sitiados.

Localizada no território controlado por Yaghi-Siyan, perto do rio Orontes, a cidade foi tomada após uma batalha que chegou a ser chamada de “Guerra de Tróia” e que ficou registrada em um relato da Primeira Cruzada (TYERMAN, 2010, p.167). Foi um cerco longo e penoso, de outubro de 1097 a junho de 1098; impondo aos cruzados uma prova de resistência e persistência, mas também de união e comando. Antióquia se tornou o primeiro alvo de uma disputa que marcaria a primeira cruzada: Raimundo de Saint-Gilles e Boemundo de Taranto. O sítio começou entre os dias 20 e 22 de outubro. As primeiras estratégias foram neutralizar as defesas naturais da cidade: principalmente o pântano. Do lado de dentro das muralhas, o líder muçulmano da fortaleza tomou medidas restritivas: prendeu o patriarca, expulsou os cruzados, transformou a catedral de São Pedro em estábulo e massacrou aldeias vizinhas (RUNCIMAN, 2002, p. 196-197).

As muralhas possuíam muitos portões. Cada um deles foi designado para um grupo de cruzados. Boemundo cercou a parte leste, ficando em frente ao portão de São Paulo; Raimundo guardou o chamado “portão do cão”; Godofredo estacionou seus guerreiros em frente ao “portão do duque”; o portão central e o portão de São George ficaram desguarnecidos. Os cruzados permaneceram em suas posições por 15 dias, sem muitas perturbações (HILL e HILL, 1962, p.68).

O prolongado cerco exauriu os recursos dos cruzados, esgotando os patrimônios de que dispunham os líderes ainda em 1097. No final desse ano, no mês de dezembro, tentaram uma manobra arriscada: o contingente foi dividido, e uma parte rumou para o sul, com Boemundo e Godofredo lançando-se em jornada para buscar suprimentos através do saque de aldeias próximas. Quando soube, Yaghi-Siyan investiu contra o acampamento cruzado reduzido. A grande batalha então travada colocou novamente em cena o conde Raimundo. Eis então que temos a rivalidade, até mesmo entre os cronistas: Foucher de Chartres (já transformado em capelão de Balduíno de Bolonha) preferiu o silêncio perante a ação malsucedida do aristocrata de Taranto, e a grande defesa feito pelo nobre de Toulouse, mas isso tem um propósito que se revelará na tomada da cidade. Já Raimundo d'Aguilers narra com mais detalhes:

E, passados três meses de sítio, a comida era comprada muito cara, Boemundo e [Roberto], o conde de Flandres foram escolhidos para liderar um exército para ir a *Hispania* por comida, o conde [Raimundo] e o Bispo de Puy ficaram para trás como guardas no acampamento. Pois o conde da Normandia estava afastado neste momento e o duque [Godofredo] estava muito doente. Quando o inimigo informou-se disto, eles repetiram seus assaltos costumeiros. O conde, portanto, foi compelido em ataca-los a sua maneira, e, depois de formar fileiras de soldados, ele, com alguns cavaleiros, perseguiram os assaltantes. Ele capturou e matou dois na encosta da pequena montanha e obrigou todos os inimigos para entrar pela ponte<sup>24</sup> (KREY, 1921, p.134).

Acontecida em 29 de dezembro, nota-se que o ataque quase tomou a ponte de ferro: a ligação entre a fortaleza e o rio que a cerca. Caso tivesse obtido êxito, Raimundo estaria em condições favoráveis para adentrar a cidade. Mas, falar sobre esse acontecimento seria dar outros contornos a situação vivida na Gália, onde autoridade e poder são inseparáveis. Contudo, é inegável que esse acontecimento proviria de situação maior, condensada em pequenas outras amostras: a situação da fome vista como um martírio e a iniciativa do conde de Toulouse em estabelecer uma união duradoura com os outros líderes.

---

<sup>24</sup> And since already in the third month of the siege food was bought too dearly, Bohemund and the Count of Flanders were chosen to lead an army into Hispania for food, the Count and the Bishop of Puy being left as a guard in the camp. For the Count of Normandy was away at the time, and the Duke was very ill. However, when the enemy learned this, they repeated their customary assaults. The Count, moreover, was compelled to attack them in his usual manner, and, after forming the ranks of the foot soldiers, he, with some knights, pursued the assailants. He captured and killed two of them on the slope of the little mountain and forced all the enemy to enter by the bridge.



Elucida-se, então, uma clara rivalidade entre dois aristocratas que teria efeitos diretos sobre o que aconteceria com Antióquia depois de sua conquista. Ficamos com as duas versões: a de Foucher de Chartres, que vê a situação de modo pragmático e quase não aborda as disputas dentro do exército cruzado, focalizando a luta contra os sarracenos como elo vital de toda cruzada; e a visão de Raimundo d’Aguilers, que vê a situação resultando de acontecimentos não só militares (de batalhas ganhas e estratégias proferidas) como também políticos e sociais, destacando as rivalidades entre nobres. Antes de passarmos a maiores comentários, este é um aspecto que deve ser destacado. Os dois cronistas da primeira cruzada eram clérigos. Ambos eram capelães: Foucher de Balduíno de Bologne; Raimundo D’Aguilers, de Raimundo de Saint-Gilles. Contudo, ambos narraram a mesma expedição com ênfases diferentes. O primeiro, centrado no ideal de guerra santa e a luta guiada por deus contra os infiéis. O segundo, concedendo grande espaço para as disputas nobiliárquicas entre os cruzados. Essa característica pode ser considerada a partir do fato de que, para os contingentes provençais – liderados por Raimundo IV –, a concorrência com os poderosos e a busca pela ascensão social eram razões mais presentes. Isso a tal ponto de diferenciar o olhar dos clérigos que os acompanhavam. Vamos então às narrativas.

Na *Historia Iherosolymitana*, um problema constantemente destacado quando se tratava dos guerreiros ocidentais era o modo de vida pecaminoso vivido pelos cruzados até aquela ocasião. Maneira de viver que os fazia indignos de conquistar cidades com vínculos tão sagrados com a história da salvação, como Antióquia e Jerusalém. Portanto, os fracassos e conflitos enfrentados pelos cruzados decorriam do expurgo dos pecados (orgulho, luxúria e pilhagem), como modo através do qual a cólera divina os castigava e evitava que fossem corrompidos pela libertinagem antes de colocarem seus pés no chão em que caminhou Cristo (CHARTRES, 2003, p.40). O conselho de líderes reunido em Antióquia foi pouco comentado, e não aparece a voz de ninguém com proposta alguma.

Já na *Historia Francorum qui ceperint Jerusalem*, D’Aguilers diz que, quando voltou de mãos vazias ao exército, Boemundo de Taranto explicou seu regresso por não ter mais recursos e não suportar ver seus homens morrendo de fome. Ele é criticado pelo cronista por utilizar-se de tal argumento para retornar e pressionar pela obtenção da futura liderança da cidade. Depois desse episódio, Raimundo reúne o conselho e dá 500 marcos de prata por cavalos perdidos, de modo a minimizar o sofrimento dos homens em guerra. No entanto, inexplicavelmente, na visão do cronista, os outros líderes

garantem a cidade a Boemundo caso vençam a batalha (KREY, 1921, p.140). D’Aguilers sugere, assim, que Boemundo agia de modo dissimulado, e o conde, por sua vez, de inteira boa fé. Ou seja, parece-nos que o relato do capelão provençal tem como propósito levar à certeza de que um conluio foi realizado contra o conde Tulousano, vítima de um joguete político encabeçado pelo aristocrata de Taranto para liderar a cidade. O efeito, assim, complementa a narrativa sobre o pacto de amizade: quando o conde afirma sua posição de poder, o faz de modo legítimo e reagindo contra o ultraje; mas, quando sofre um revés ou perde poder de decisão, isso decorre de forças espúrias, nefastas, traiçoeiras.

É crucial para este trabalho problematizar a maneira como as cruzadas têm sido interpretadas de modo pragmático a partir da referência de uma “guerra santa”, que as realizações ocorridas no seu curso perdem os significados nodais de entroncamentos feudais da política nobiliárquica ocidental. Isso é dito para passarmos a um próximo caso: o recurso a evidências sagradas para justificar lógicas e premissas políticas locais, prerrogativas e privilégios senhoriais trazidos como herança dos patrimônios regionais. Ou, em outro ponto de vista, nos referimos ao cunho religioso de episódios envolvendo as posições de poder e autoridade reivindicadas pelos nobres.

Mostramos aqui o caso de Boemundo para justificar as atitudes de Raimundo: o fato do conde tomar e defender essa postura não significava que assumia uma posição a respeito da qual os contemporâneos pensavam de modo unânime e convencional; ser nobre naquela ocasião não significava comprometer-se com o sagrado. Entretanto, pelas posições do próprio conde de Toulouse, era possível exercer a função de aristocrata em seus senhorios e, ao mesmo tempo, ter posições políticas junto a esferas eclesiásticas. Assim, não é preciso nos esforçarmos para verificar se o conde de Toulouse acreditou ou não se a lança era santa, ou mesmo se as outras pessoas também acreditaram; as duas possibilidades existem em função de algo mais importante: a repercussão do episódio sobre o modo como eram representadas as posições de poder e comando.

Dessa maneira, as formas latentes de conflito por rivalidade dentro do exército cruzado revelam um pouco mais sobre a *auctoritas* e suas relações com o sagrado. O rompimento com o imperador – ou, ao menos a hostilidade a ele – deixava claro que a nobreza da Gália trasladava para os cenários orientais a compreensão de que, no exercício do comando, *potestas* e *autoctorias* eram inseparáveis, como nos locais de origem dos guerreiros. Há um episódio sagrado da cruzada que revela o recurso do poder nobre ao poder espiritual para fortalecer sua identidade – como fez Raimundo,

incluindo os casos em que enfrentava excomunhões. Referimos ao que se passou durante o cerco dos sarracenos à cidade de Antióquia, recém-conquistada pelos cruzados. É preciso lembrar que a cidade havia se revelado um polo decisivo de fundamentação do domínio ocidental sobre terras orientais. Aspecto que Christopher Tyerman (2010, p.170) ressaltou assim:

Na verdade, Antióquia quase destruiu a cruzada. Mas a extraordinária corrente de acontecimentos forjou uma unidade de propósito mais firme entre a massa do exército, uma nova e clamorosa identidade militar e confiança no favor divino, o que foi expresso pela disposição dos sobreviventes, tantos os grandes quanto os humildes, de integrar em sua linguagem e comportamento a retórica, símbolos e teatros do entusiasmo religioso visionário.

Porém, antes de avançar, é preciso retroceder, para melhor contextualizar o caso. Em 9 de fevereiro de 1098, os ocidentais fizeram um ataque surpresa. Com uma atuação bem sucedida, as novas narrativas dão todo o crédito (tanto da formulação da estratégia como a liderança da batalha) para Boemundo. E a vitória proporcionou uma aliança com o vizir Egípcio, al-Alfdal. O egípcio viu com bons olhos uma aliança que entregaria a Síria aos ocidentais, em troca de ajuda na luta contra os Seljúcidas. Após quase perderem a vida, Raimundo e Boemundo conseguiram escoltar equipamentos de sítio até Antióquia e recrutar mais soldados. Uma ponte fortificada foi erguida, recebendo o nome de “mesquita de Raimundo”, em homenagem ao autor da ideia. (RUNCIMAN, 2002, p.206-207). Dali para frente, os cruzados conseguiram vitória atrás de vitória, até o mês de junho, quando conquistaram Antióquia, em 3 de junho de 1098.

Temos as duas versões dessa conquista. A primeira, de Foucher de Chartres, atribui toda vitória a Boemundo: conseguindo que um turco rebelado, chamado Firuz, lhe fornecesse informações sobre os guardas da cidade, o normando foi capaz de transpor a muralha e iniciar a invasão (CHARTRES, 2003, p. 45). Já a segunda versão, de Raimundo d’Aguilers, afirma que, para adentrar a cidade, Boemundo precisou do apoio de Godofredo de Lorena e Roberto de Flandres, que fizeram o trabalho de abrir o portão para que a invasão começasse (KREY, 1921, p. 154; TYERMAN, 2010, p.175). Em qualquer uma das duas versões, o massacre foi registrado, e os habitantes foram mortos, degolados, mutilados. Já o governante de Antióquia fugiu para a montanha, e morto depois por seu próprio povo (RUNCIMAN, 2002, p.212). A conquista estava selada. No entanto, uma vez dentro da cidade, os cruzados padeceriam nas mãos sarracenas. Kerbogha estava chegando.

## 2. 6. A nobreza manipula o sagrado: o episódio da Santa Lança

Após a conquista, os cruzados passaram a lidar com a investida de Kerbogha, o *emir* de Mosul, maior líder muçulmano da região, que se mobilizou para reaver a cidade. Kerbogha chegou em 5 de junho, no Orontes, e, diante da ponte de ferro, acampou no mesmo lugar antes utilizado pelos francos, em frente a Antióquia. O turco adentrou a cidadela e viu o novo muro erguido por Raimundo e Boemundo para impedir o ataque. Ele decide então impor duro cerco aos cruzados. Nos dias seguintes, os cruzados voltaram a enfrentar a escassez de alimentos, encarcerados dentro da cidade que haviam conquistado.

Enquanto o cerco persistia, Raimundo e Boemundo ocupavam-se das funções principais no interior da cidade: além da defesa de portões específicos, ordenaram a construção de muros e dutos defensivos (HILL e HILL, 1962, p.84). Neste mesmo momento, um padre provençal, Estevão de Valence, na noite em que rezava na Igreja da Virgem Maria, buscando consolo para o terror de ser massacrado por muçulmanos, teve uma visão de Cristo. Jesus apareceu dizendo que ajudaria os cruzados dentro de 5 dias, desde que demonstrassem fé através de orações, cerimônias e penitências. Depois de comprovar a veracidade do relato, Ademar de Puy começou a agir segundo os termos da promessa divina: celebrou cerimônias religiosas e persuadiu os príncipes quanto a reafirmar o juramento de que não desistiriam (TYERMAN, 2010, p.177).

Concomitantemente a isso, outro peregrino provençal, Pedro Bartolomeu, teve outra visão. Dessa vez, tratava-se de Santo André. O apóstolo surgiu, dizendo que rogou para que os cruzados rezassem mais e revelou que a Santa Lança, aquela que perfurou Jesus na sua crucificação, estava na Catedral de São Pedro, no interior da cidade. Essa visão não foi imediatamente celebrada, entretanto, sua repercussão rendeu-lhe interpretações diversas pelos cronistas. Seus elementos formaram a base da disputa pela Antióquia na crônica de Raimundo D'Aguilers (*Historia Francorum qui ceperint Jerusalem*). Muitos julgaram que Pedro Bartolomeu fosse um impostor. Porém, sua reputação foi defendida por Raimundo de Saint-Gilles. Eles encontrariam a Santa Lança, e reverteria o processo. Essas duas versões, compostas durante o cerco aos cruzados dentro de Antióquia, manifestam muito sobre as cruzadas; principalmente, sobre como os cronistas conseguiam construir a imagem de seus respectivos aristocratas

como defensores da Guerra Santa, e detentores de caráter sacro. Cada caso constrói uma versão, cada caso tem um significado.

Na versão de Foucher de Chartres, o relato é rápido e fugidio. Não há data (a única referência de tempo consiste em “depois da conquista da Antioquia”). Esboçados dessa maneira, o caráter sagrado da lança parece ocupar uma segunda posição quanto à conquista do principado. Ainda assim, seus comentários são respeitosos, por se tratar de uma lança que foi reconhecida ao ponto de ser venerada pelas pessoas, mesmo depois de 100 dias da tomada da cidade (CHARTRES, 2003, p.47). Chartres, cronista de Balduíno, um senhor rival na corrida pela conquista da Terra Santa, minimiza um episódio associado a fortes significados cristocêntricos. Mas, ao que parece, a veneração do cronista não era imune às rivalidades senhoriais. Os principais personagens vinculados aos dois episódios são provençais, oriundos de terras próximas ou vinculadas ao poder do conde Saint-Gilles. Exaltar aquelas visões e a relíquia teria sido como expressar a opinião de que a *auctoritas* caminhava ao lado do conde tolosano.

Na *Historia Francorum qui ceperint Jerusalem*, a narrativa funciona de maneira inversa. Os detalhes (dos quais a historiografia se serve) foram mostrados na cronologia dos fatos narrados. A narração começa, propriamente, durante o terremoto no terceiro dia depois das calendas de janeiro, enquanto os cruzados estavam aos portões de Antióquia em dias fatídicos de batalha e logo Raimundo IV proporia seu conselho para ajudar aos mais necessitados. Na noite posterior ao tremor, enquanto dormia em sua tenda, Pedro Bartolomeu vê dois homens entrarem em sua tenda; aqueles eram santo André e Jesus (KREY, 1921, p.176). A mensagem que eles traziam era clara e direta. Espantado pela entrada daqueles senhores, o provençal pergunta: “quem sois vós?” O apóstolo, categoricamente dialoga:

Ele responde: ‘Levante-se e não temas, eu sou André, o apóstolo. E preste atenção ao que eu digo a vós: reúna o bispo de Le Puy, o conde de Saint Gilles e Peter Raymond de Hautpoul, e diga essas palavras a eles: ‘porque o bispo negligenciou a pregação, a admoestação e a sinalizar diariamente seu povo com a cruz do qual ele sustentada perante eles, pois isso beneficiara-os muito?’ e ainda fala: ‘venham e eu lhes mostrarei a lança do nosso pai, Jesus Cristo, a qual tu deves entregar ao conde. Deus lhe garantiu isso desde o seu nascimento<sup>25</sup>’ (KREY, 1921, pgs. 176-177).

---

<sup>25</sup> He replied, 'Rise, and fear not; and heed what I say to thee. I am Andrew the Apostle. Bring together the Bishop of Puy and the Count of St. Gilles and Peter Raymond of Hautpoul, and say these words to them: "Why has the Bishop neglected to preach and admonish and daily to sign his people with the cross which he bears before them, for it would profit them much?"' And be added, 'Come and I will show thee

Seria adequado um trabalho inteiramente dedicado apenas a verificar os pontos metafóricos, parábolas e alusões acionados como valores simbólicos e expressões utilizadas durante a construção de cada ponto do discurso. Aqui, vamos nos deter somente ao sentido político do caso narrado. Segundo os relatos de Raimundo d’Aguilers, Raimundo era portador da lança, era seu direito, escolhido pelos entes sagrados, que agora garantiam o direito do conde ordenando que um de seus homens cumprisse a ordem sagrada de indicar onde estaria a lança e com quem ele deveria estar ao encontrá-la. Como já dito, em 14 de junho, ao lado de 12 homens (referencial bíblico), Raimundo de Toulouse e Adhemar de Puy estavam prontos a ir para a Igreja de São Pedro, através do portão Norte. Uma vez ali, o conde retirou todos seus ornamentos, com exceção de uma camisa. Mais uma vez, santo André auxiliava a busca e indicava o lugar exato da lança: estava sob o altar. Escavando durante todo o dia, a Santa Lança foi encontrada ao final do dia; Raimundo IV, conde de Toulouse, foi colocado em cena como aquele que foi escolhido por santo André para garantir a vitória aos cruzados (KREY, 1921, p.177).

De forma não tão clara, essa é uma referência ao poderio do senhorio, a benção sagrada, encontrada desde seu nascimento; aprovação contida em seu sangue, merecedor das causas sacras que se refletiriam em sua *auctoritas*. A questão da lança faria muito mais do que afirmar a autoridade de Raimundo de Toulouse, ela iria revigorar o ânimo dos guerreiros e a coragem aos líderes:

E, como nós dissemos, quando nossos homens estavam em pânico e estavam a beira do desespero, a misericórdia divina estava nas mãos deles; aquela misericórdia que havia corrigido os filhos quando eles foram libertinos, consolou-os quando eles estavam muito tristes, da seguinte maneira. Nestas condições, quando a cidade da Antióquia estava para ser capturada, o Senhor, aplicando Seu poder e bondade, escolheu certo camponês, Provençal por raça, através do qual Ele confortou-nos e Ele mandou essas palavras ao conde e bispo de Puy: *“André, apóstolo de Deus e nosso senhor Jesus Cristo recentemente admoestando-me por quatro vezes e comandando-me para vir até vocês e devolver-lhes, após a cidade ser capturada, a lança que abriu o flanco do Salvador. Hoje, além disso, quando eu me preparava para sair da cidade com os outros para batalhar, e quando, capturado por dois homens a cavalo, eu estava quase sufocado no reatamento, eu sentei-me com tristeza sobre certa rocha, quase sem vida. Quando eu estava cambaleando por medo e aflição, santo André veio a mim com*

---

the Lance of our father, Jesus Christ, which thou shalt give to the Count. For God has granted it to him ever since he was born.'

*um companheiro, e ele proferiu-me ameaças se eu não devolvesse a lança rapidamente a vocês*<sup>26</sup> (KREY, 1921, p. 176).

A referência à lança foi adaptada, pelo próprio cronista, à situação desesperadora do ataque de Kerbogha, cujo contingente maior de guerreiros cercou os cruzados por todos os lados e os impossibilitava de sair do local [como demonstrado na citação]. Eis então mais uma conotação de *autoridade* e poder vinculados ao episódio: o martírio vivido pelo camponês (provençal) era uma espécie de refundação evangélica da cidade, lugar aonde Paulo de Tarso pregou pela primeira vez e os seguidores de Cristo foram denominados *crístãos*. A orientação para tomar decisões (que em latim surgia designado como *magisterio*, reclamado pelos eclesiásticos como razão para instruir os comportamentos de reis e nobres) se manifestava no seio dos provençais. A salvação estava ao lado dos homens que seguiam as palavras de Raimundo. Essa conclusão a que induz D’Aguilers, provavelmente, cumpria uma função: a de contrabalançar a ascensão de Boemundo. No momento em que Raimundo perdia espaço para o normando, os céus aparentemente se encarregaram de demonstrar que os guerreiros não deveriam se guiar por êxitos terrenos e passageiros: mesmo que perdesse poder temporal, Raimundo era o líder do “grupo eleito” dos cruzados. Ele era, aos olhos de seu capelão, uma espécie de “eleito de Deus” e não haveria façanha de Boemundo que pudesse rivalizar com isso.

Em outras palavras, as visões e a relíquia se contrapõem, na narrativa, ao caso do conselho de guerra realizado antes da invasão da cidade e que garantiu a autoridade ao nobre de Taranto. Raimundo de Toulouse, o líder do grupo da Provença, não reconhece a decisão como adequada, mas a acata, porque a ideia da promoção de um líder havia sido primeiramente aventada a ele; e, depois, porque não lhe restara, aparentemente, outro aristocrata para aliar-se. A narrativa sobre a santa lança parece-nos, então, um drástico recurso aplicado para que o nobre mantivesse a autoridade sobre a cidade conquistada. Por isso, o texto recorre a elementos de fortes referências à figura de Cristo: o fato de ser um camponês humilde (desprovido dos pecados cometidos pelos

---

<sup>26</sup> And so, as we said, when our men were in a panic and while they were on the verge of despair, divine mercy was at hand for them; and that mercy which had corrected the children when they were wanton, consoled them when they were very sad, in the following way. Thus, when the city of Antioch had been captured, the Lord, employing His power and kindness, chose a certain poor peasant, Provençal by race, through whom He comforted us; and He sent these words to the Count and Bishop of Puy:

*"Andrew, apostle of God and of our Lord Jesus Christ, has recently admonished me a fourth time and has commanded me to come to you and to give back to you, after the city was captured, the Lance which opened the side of the Saviour. Today, moreover, when I had set out from the city with the rest to battle, and when, caught between two horsemen, I was almost suffocated on the retreat, I sat down sadly upon a certain rock, almost lifeless. When I was reeling like a woebegone from fear and grief, St. Andrew came to me with a companion, and he threatened me much unless I returned the Lance to you quickly".*

líderes cruzados) a quem é revelada a lança; o fato do santo na visão aparecer acompanhado de Cristo e o fazer em três insistentes aparições até convencê-lo a procurar seu líder: precisamente o conde Raimundo de Saint-Gilles.

Pouco tempo depois, no dia 28 de junho de 1098, com as tropas atacantes sob a liderança de Boemundo, os cruzados venceram os mulçumanos e forçaram Kerbogha a uma fuga ignominiosa, deixando o acampamento inteiro para trás (inclusive prisioneiros e despojos). Consta, então, mais uma rivalidade: no caso da versão provençal, afirma-se que o próprio santo André se envolveu nos assuntos da guerra, indicando a melhor tática a ser utilizada para derrotar os inimigos:

Vocês todos ofenderam profundamente, e todos tem sido profundamente humilhados; e todos tem clamado o Senhor, e o Senhor tem os ouvido. E agora deixe cada um se entregue ao Senhor por causa de seus pecados, e faça 5 doações, porque 5 foram suas feridas. Se você não pode fazer isso, faça 5 Pai Nosso (*Paternoster*). Quando isto estiver sido feito comece a batalha em nome do senhor, pela manha ou pela noite, como o discernimento dos príncipes julga ser o melhor, porque a mão de Deus estará com vocês. Se alguém duvida da vitória, que os portões sejam abertos para ele e deixe que vá aos turcos e veja como Deus o salvará. Além disso, Se alguém recusar a lutar, que este seja classificado como Judas, o traidor do Senhor, que desertou dos apóstolos e vendeu o Senhor aos judeus. Deixe que eles lutem na fé de são Pedro, lembremos que Deus prometeu que depois de três dias Ele iria ressuscitar e apareceu a ele, e por esta razão e também porque esta terra é de Pedro, não dos pagãos. E deixe que o grito de guerra seja 'Deus nos ajude', e certamente Deus nos ajudará. Todos seus irmãos que morreram desde o começo da expedição estão presentes convosco nesta luta; vocês só tem um décimo dos inimigos, porque eles irão atacar nove partes com a força e o comando de Deus. E não negligenciem esta batalha, porque (se o fizeram), o Senhor irá colocar tantos inimigos do outro lado quanto os tem deste lado, Ele irá continuar atirando-os aqui até devorarem uns aos outros. Mas, sabendo que certamente aqueles dias estavam em mãos, que Deus prometeu a virgem Maria e aos apóstolos, dizendo que ele irá retornar ao reino dos cristãos depois que o reino dos pagãos tiver sido abatido e enterrado no pó. Mas não virem-se para a tenda deles a procura de ouro ou prata<sup>27</sup> (KREY, 1921, pgs. 185/186).

---

<sup>27</sup> You have all offended deeply, and you have been deeply humbled; and you have cried out to the Lord, and the Lord has heard you. And now let each one turn himself to the Lord because of his sins, and let him give five alms because of the five wounds of the Lord. If he cannot do this, let him say the Paternoster five times. When this has been done, begin battle in the name of the Lord by day or by night, as the judgment of the princes deems best, because the hand of God will be with you. If anyone has doubt of victory, let the gates be opened for him, and let him go forth to the Turks, and he will see how their God will save him. Moreover if anyone shall refuse to fight, let him be classed with Jude the betrayer of the Lord, who deserted the apostles and sold his Lord to the Jews. Let them fight in the faith of St. Peter, holding in mind that God promised him that after the third day He would arise and appear to him, and for this reason, also, because this land is justly St. Peter's, and not the pagans'. And let your battle-cry be 'God help us!' and verily God will help you. All your brothers who died since the beginning of the expedition are present with you in this fight; you have only to storm the tenth part of the enemy, because they will



O dia 28 de junho de 1098 também marca a cidade de Antióquia como parte do senhorio de um aristocrata ocidental. Depois do ataque, os redutos da cidade que ainda resistiam aos ocidentais se renderam e os líderes disputaram quem governaria. Mesmo com a adversidade sofrida pelo conde de Toulouse, o nobre de Taranto logo consolidou sua posição política devido ao tratado estabelecido entre os líderes cruzados antes da tomada da cidade, cujo teor garantia a Boemundo o direito de governar. Tal posição permitia-lhe exercer seu novo poder para isolar o conde de Toulouse. Durante a disputa, em 1º de agosto de 1098, Adhemar morreu e foi enterrado na igreja de São Pedro da Antióquia (a mesma igreja do episódio da lança). A morte do legado papal parece ter fragilizado ainda mais a posição de Raimundo. A rivalidade com Adhemar empurrou o clero grego para o apoio a Boemundo, deslocando ainda mais a influência do conde toulousano.

## **2.7. Conclusão: A disputa ainda não terminada!**

Tempos depois da conquista da Antióquia e do firmamento da posição de Boemundo, os cruzados decidiram provar se a conquista fora feita através das estratégias militares desse aristocrata ou do fator divino, indicado pela revelação da santa lança, a Raimundo. Temos então a evidência para provar como as aparições de santo André e a santa lança são fatores construídos no discurso para sustentar uma posição aristocrática que o conde de Toulouse trazia de sua posição original e que se desgastava no curso da cruzada. O caso ocorrido, o de uma averiguação da santidade dos casos, é o contrário da aparição: na narrativa de Raimundo d’Aguilers, o assunto não é abordado; já Foucher de Chartres no seu discurso lacônico resume tudo em uma única página.

Dessa vez, os personagens principais dos eventos são bem caracterizados em Foucher de Chartres. O bispo de Puy, líder espiritual da cruzada, surge como um cético que “considerou toda a história uma falsidade”. Já o conde Raimundo, pelo contrário, como um devoto exemplar, “acreditava na sua veracidade”. Além disso, o próprio conde

---

assail nine parts in the might and command of God. And do not put off the battle, because (if you do), the Lord will lead as many enemies from the other sides as you have on this side, and He will keep you shut up here until you devour one another. But know certainly that those days are at hand which the Lord promised to the Blessed Mary and to His apostles, saying that He would raise up the kingdom of the Christians, after the kingdom of the pagans had been cast down and ground into dust. But do not turn to their tents in search of gold and silver.

parece encarregar-se de guardar a lança e distribuir as oferendas feitas pela adoração do povo a ela (CHARTRES, 2003, p.47).

Foi o bispo de Bari que começou a desconfiar da lança e conseguiu convencer outros bispos de sua versão. Foi instaurada uma assembleia (oito meses depois da tomada da Antióquia) nas muralhas do castelo de Archal, para ver se Pedro Bartolomeu havia mesmo encontrado a santa lança. Na ocasião, Pedro Bartolomeu havia recebido mais uma visita do santo, agora para tratarem sobre a conquista de Archal. Indignados com tais recursos, os líderes pediram que o provençal fosse submetido a ordália do fogo carregando a lança. Quando o fez, “rápida e resolutamente”, havia queimaduras em seu corpo e ele morreu doze dias depois por causa delas. Tão logo sua morte foi decretada, termina o episódio da santa lança. Na narrativa do cronista Chartres, a descrença dos próprios cruzados – dos homens que teriam empenhado suas vidas por uma “guerra santa” – os levaria a abandonar a causa (CHARTRES, 2003, p.47). Raimundo permaneceu com a lança, mas foi Boemundo quem ficou com a cidade de Antióquia e a converteu em principado.

A disputa pela *auctorias*, entretanto, não terminou aí. Do resultado da santa lança, o cronista D’Aguilers reitera que o resultado foi positivo, pois o portador da lança conseguira sair das chamas; contudo, o assédio da população, em querer alguma parte de sua roupa como relíquia, o fez retroceder e ele se queimou, morrendo em seguida. Doravante a isso, continua a narrativa, o conde foi pessoalmente conversar com Pedro em seu leito de morte e lhe perguntou se ele acreditava na lança; e aquele que anunciava as visões assegurou ao nobre que tinha certeza de suas visões e da sagrada questão em jogo. Com a morte, em abril de 1099, o conde é narrado em choque e carregando a lança (FLORI, 2006, pg. 605-615). Assim, o cronista fez da aproximação com a manifestação sagrada um dos atributos que deveriam distinguir o conde de Toulouse, cujo exercício do poder, praticado tal como herdado da realidade provençal, esbarra em obstáculos. O discurso sagrado evidencia os limites do poder senhorial no interior da cruzada.

Mesmo não conseguindo controlar Antióquia, o conde de Toulouse ainda cavalaria aquelas terras em busca de um novo território, mas dessa vez os líderes já não creditavam mais seus status. Ele utilizaria outros modos, inclusive com outra relíquia encontrada da mesma maneira: os ossos de São Geraldo, ou o pagamento para ter a liderança. Cabe frisar, neste momento, o caráter político debatido durante este capítulo: nota-se, com os episódios da discussão com o imperador e da conquista da Antióquia, que as implicações de poderes senhoriais, a luta pela manutenção das

posições de poder feudais herdadas como prerrogativas locais e domésticas perpassam toda a história da primeira cruzada.

Para Raimundo, a tentativa de manter e conquistar o poder e a autoridade foi um grande pêndulo político, oscilando entre pressões e circunstâncias de ordens diversas. Porém, sob o prisma da crônica provençal, ele se converte em uma clara junção entre as obrigações de um líder aristocrata e um devoto defensor das coisas santas. Quando a adversidade cruzou o caminho de seu status, ele recorreu aos espelhos do poder dos nobres na Gália: construir sua imagem através da afirmação de sua autonomia, inclusive com o sagrado, tentando alcançar os dois polos.

Capítulo 3:  
AS CRUZADAS PARA EXPANSÃO DE  
SENHORIOS.



## Capítulo 3: AS CRUZADAS PARA A EXPANSÃO DE SENHORIOS

### 3.1 Definições de *Auctoritas* e a guerra entre os cruzados.

O cerco a Antióquia, além de marcado pelo episódio central da santa lança, contou também com elementos políticos esclarecedores sobre o relacionamento entre os líderes cruzados. Na segunda parte dessa batalha, quando os cruzados já estavam dentro da cidade, mas ameaçados por Kerbogha, as tensões e as transformações de alianças se revelaram mais evidentes, uma vez que, ameaçados, eles não conseguiam se organizar para se defender. Jean Flori entende que, nesse momento, os cruzados passavam por três dificuldades maiores.

A primeira era a representada pela cidadela que se encontrava junto à cidade. Ela não havia sido conquistada e, concomitantemente, ainda abrigava os refugiados da invasão que levou os cruzados para o interior de Antióquia. A cidadela era controlada, naquele momento, por Shams-ad-Dawla, aliado de Kerbogha, para quem pretendia entregar seu território. Aquele lugar foi utilizado pelos turcos para atacar os cruzados desguarnecidos em 10 e 11 de junho de 1098. Depois da investida contra os guerreiros ocidentais, Boemundo, em uma tentativa de dirimir o problema, tentou queimar a muralha de proteção da cidadela e construir um muro que protegesse a saída da guarnição, mas o vento fez com que as chamas se arrastassem para a cidade e quase queimasse Antióquia inteira. Na mesma noite, em uma segunda tentativa, Boemundo conseguiu atizar novo fogo e queimou o local de entrada e saída, fazendo com que Kerbogha não obtivesse qualquer brecha por aquela passagem, cessando o ataque. Assim, a cidadela só serviria como meio de pressão e vigilância para o movimento das tropas cristãs. (FLORI, 2006, p.541). Como vimos no capítulo anterior, Boemundo é

narrado como um personagem que recorre com grande frequência ao emprego da violência, aproximando-se das descrições oferecidas por autores como Thomas Bisson. Todavia, os episódios em que ele aparece demonstram certa lógica por trás da violência, não simples arbitrariedade desenfreada – como sugerem muitos *mutacionistas*. O emprego da força era sinal do comando realizado por Boemundo, enquanto Raimundo, com sua posição enfraquecida, aparecia recorrendo ao sagrado.

A segunda ameaça era a fome. Cercados por todos os lados, no interior de uma cidade já sem abastecimento, os cruzados sofriam de inanição e se desesperavam com a procura de suprimentos. Cavalos morreram por falta de forragem e, então, teriam sido devorados por cavaleiros famintos (CHARTRES, 2003, p.43). A solução veio de São Simão: suprimentos chegaram pelas embarcações genovesas, e o cronista provençal descreve os cruzados tomados por euforia ao saberem da notícia, lançando-se em festas e esbanjando comida (KREY, 1921, p.128). Na narrativa de D’Aguillers, a figura do conde de Toulouse surge novamente como defensora de um regramento característico de muitos olhares eclesiásticos: reúne assembleia, faz doação, propõe irmandade e auxílio aos mais necessitados (KREY, 1921, p.140).

É intrigante como a crônica parece distanciar o nobre de uma conduta típica de aristocrata – para aproximá-lo de uma postura que chega a lembrar um reformador condenando os excessos do corpo e do comportamento coletivo. Essa caracterização, no nosso modo de ver, era uma medida discursiva que visava inverter a caracterização da posição senhorial: enfraquecido como figura de comando, de poder (*potestas*), o conde aparece como detentor de uma autoridade (*autorictas*) reconhecida por muitas lideranças eclesiásticas dos séculos XI e XII: ainda que não detivesse da confiança de seus guerreiros, havia nele a sagacidade e sua honra como cavaleiro para utilizar as proezas bélicas no esforço de vencer seu inimigo (BARTHÉLEMY, 2006, pg.18-19). Na resolução da questão da fome, Raimundo propõe, em 04 de março de 1098, que construam uma torre perto do porto de São Simão por onde os turcos saem. A primeira tentativa é mal sucedida e acaba gerando guerra com os turcos. A segunda tentativa é de construir um castelo perto do Portão Principal (com ajuda dos cruzados) e guarnecê-lo (sozinho) para assegurar o local para os cruzados (HILL e HILL, 1964, p.74).

A terceira ameaça foi o numeroso exército estacionado por Kerbogha nas portas da muralha. No primeiro ataque turco, realizado no dia 10 de junho, os cruzados precisaram assegurar a defesa em duas frentes (como já demonstrando) e o problema maior não era exterior ao grupo, mas, sim, interior a ele. A desorganização do exército

quase terminou com a expedição; o motivo ressaltado por muitas narrativas era o **desentendimento de Raimundo e Boemundo**, que chegaram a lançar seus homens uns contra os outros. Estas tensões demonstram, em nosso entendimento, um conflito entre duas trajetórias senhoriais, entre dois modos de exercer o poder: com as ações do líder normando, muitas vezes, respondendo com mais eficácia que as iniciativas do conde de Toulouse. Os cruzados, afirma Flori, estavam todos desalinhados enquanto seguiram trancafiados dentro da fortaleza de Antióquia diante de um chefe turco preparado para exterminá-los (FLORI, 2006, p.542). Em nossa opinião, o desentendimento não era só um evento pontual, mas o efeito do prevaletimento de uma posição senhorial sobre a outra.

Nessa situação, na tomada de Antióquia por Boemundo, descrita pelas fontes – muitas narrativas documentais descrevem os fatos, mas as importantes para este trabalho são a *Gesta*<sup>28</sup> (KREY, 1921, pg.152-153); a crônica de Raimundo D’Aguilers (KREY, 1921, p.154) e o cronista de Balduíno, Foucher (CHARTRES, 2003, p.45) –, encontramos uma referência propícia para desenvolver a discussão aqui proposta. A disputa por *auctoritas*, delineada pela hierarquia e formação aristocrata nos domínios situados na Europa (como vimos no capítulo 1), acontece de forma muito semelhante nos territórios desbravados pela cruzada – porém, com tensões e embates entre diferentes modos de exercê-la. A começar, na primeira parte do cerco a Antióquia, tomando formas mais evidentes. A vitória sobre Kerbogha, além do episódio da santa lança, também foi caracterizada como resultado das habilidades militares de Boemundo, que aparece como o líder que conseguiu organizar e disciplinar a tropa; enquanto Raimundo IV, doente, teve de ficar na retaguarda (TYERMAN, 2010, p.180). O normando encarna a função da violência como força de ordenamento, enquanto os cronistas projetavam sobre o conde comportamentos – como no episódio analisado da santa lança – que buscavam reparar o enfraquecimento de sua posição senhorial.

Essa liderança e encargos de comando exercidos através da violência, típicos de certos círculos aristocráticos, faziam com que Boemundo tomasse a iniciativa de ampliar seus domínios pela influência entre outros aristocratas – sendo reconhecido por eles. Afinal, ele conseguiria, assim, constituir e expandir os laços pessoais de poder – fundamento do poder senhorial, como analisamos no capítulo 1 – entre seus

---

<sup>28</sup> *Gesta* é uma fonte escrita por um escritor anônimo que, segundo August Krey, as únicas referências ao autor são inferências retiradas de seu trabalho. Ele se debruçou nas façanhas de Boemundo durante os sítios de Amalfi e Antióquia. Depois, seguiu para Jerusalém com o bando de Raimundo (ou com Tancredo ou Roberto da Normandia); o certo é que sua obra é anterior a 1101 (KREY, 1921, p.7).



semelhantes e atribuir encargos a vassallos; conforme o próprio Boemundo contou ao papa em uma carta escrita e assinada por ele, mas remetida em nome de todos os líderes cruzados. Postura que denota a posição de suas ações pessoais como comportamentos plenos de poder senhorial (CHARTRES, 2003, p.59).

Por sua vez, durante o tempo em que ficaram presos em Antióquia e no mesmo instante em que encontraram a santa lança, os dois líderes se envolveram em rivalidade enorme, que colocou o próprio sagrado na encruzilhada dos interesses de comando: de um lado, os normandos acusavam a lança como um objeto falso, suspeitando da insistência do líder provençal em afirmar a sacralidade da mesma e, com isso, serem vistos em uma posição de quem receberia ajuda divina. Como vimos, o recurso ao sagrado não era somente um traço de uma “mentalidade medieval”, implicando em uma suposta crença automática e generalizada a respeito de episódios extraordinários: ele era uma prática vinculada a cenários de poder que, inclusive, poderiam despertar a suspeita e a rejeição (BASCHET, 2006, p.179). Segundo Flori, essa rejeição era reflexo de inveja dos normandos, já que eles estiveram em evidência desde que os cruzados romperam o cerco e adentraram Jerusalém. Raimundo, por seu lado, é visto como acusando Boemundo de ter usurpado a liderança, colocando em discussão a posição de líder da cruzada (FLORI, 2006, p.554). Em nossa perspectiva, o episódio demonstra o enfraquecimento do poder provençal, empurrando os cronistas para a postura de acionar estratégias narrativas que, no Ocidente, funcionavam como reparação da condição senhorial. Não se trata de uma disputa pessoal ou uma rixa particular. É preciso lembrar de dois fatores debatidos: o primeiro é a estrutura senhorial da aristocracia, composta pela malha de suas relações – estrutura esta que o normando parecia não apenas manter, como ampliar, em contraste com a atuação provençal; a segunda era a importância legitimadora da capacidade de conduzir a guerra denunciada pelo discurso papal, que fazia das cruzadas uma guerra santa, isto é, uma violência funcional.

Analisando a forma com a qual os cruzados estavam lidando com a situação diante de Kerbogha, a cruzada parecia mais empenhada em estabelecer um território de domínio, disputado entre os normandos e os provençais, do que outras possibilidades ressaltadas com a imagem que muitas vezes reduz a guerra a uma “peregrinação” (BARTHÉLEMY, 2010, p.333). A cruzada em si era perpassada por estratégias de expansão dos domínios senhoriais (BARTHÉLEMY, 2010, p.325). A disputa entre autoridades estava incluída na disputa por territórios e pelo poder sobre homens e terras. Mas, isso não nega que fosse uma disputa. E, vivenciando a situação que se seguia, os

líderes acabavam por reconhecer os dois fatores, nas glórias da expedição e também no fracasso (HILL e HILL, 1962, p.76).

Na conquista definitiva da cidade de Antióquia, o que estava salvaguardado ao nobre de Taranto foi reconhecido por outros líderes e selado com a vitória sobre Kerbogha. Entretanto, o cronista do líder provençal acaba por especificar a rivalidade de Boemundo com Raimundo de Toulouse já momentos antes, quando escreve sobre a utilização de estratégia retórica (insinuar que vai se retirar para sua casa para que os outros líderes possam reconhecê-lo como importante) nas palavras do normando (KREY, 1921, p.139). Realizada a conquista, o discurso continua asseverando a constatação do jogo político<sup>29</sup> (KREY, 1921, p.197):

Depois que esta vitória aconteceu que nossos príncipes, Boemundo, o conde [Raimundo], o duque [Godofredo], e [Roberto] o conde de Flandres, receberam a fortaleza na cidade; mas Boemundo tomou a mais alta torre, já naquele tempo planejando as artimanhas pelas quais ele cometeria uma injustiça.

E, com isso, Boemundo já havia se tornado líder do exército na reunião dos cruzados antes do ataque, mas ainda fazia seu jogo político, constituindo aliados para tentar o comando (HILL e HILL, 1962, p.97). A todo o momento, o nobre de Taranto demonstra grande capacidade em adaptar e estender as maneiras senhoriais de exercer o poder nos cenários orientais. O que contrasta com a figura de Raimundo de Toulouse, o único nobre que não o reconheceu como líder e lhe lembrou que ambos haviam estabelecido vínculo com o imperador (KREY, 1921, p.208). Esse apelo da lembrança ao pacto realizado com o imperador é uma medida da deterioração da posição de Raimundo – já que o nobre é narrado como tentando se amparar em um laço pessoal perante o qual chegou a demonstrar insatisfação e rejeição. Essa atitude lhe trará certo desgaste diante dos líderes mais tarde, demonstrando os limites de sua capacidade de comando. De modo semelhante, a convicção demonstrada a respeito da lança sagrada, mesmo após a morte de Pedro Bartolomeu, já não era mais relatada como algo profícuo para a posição do conde (FLORI, 2006, p. 541). Sem os fundamentos do poder senhorial, até mesmo o sagrado acarretava impactos limitados.

---

<sup>29</sup> After This victory it happened that our princes, Bohemund, the Count, the Duke, and the Count of Flanders, received the fortress of the city; but Bohemund took the highest towers, already at that time plotting the wiles by which he caused an injustice.

Contudo, visualiza-se aqui como era tensa a afirmação social da questão da liderança: Boemundo não detinha os domínios da região de onde partiu, também não era ele que detinha a lealdade da maior patente de hierarquia aristocrática nativa (já era parte de uma rede de subordinação ao exército do tio – Roberto Guiscardo). Então, a conclusão a que chegamos é que Boemundo se tornou príncipe de Antióquia exatamente pelos princípios normandos de conquista medieval, isto é, acionando as relações que havia levado sua linhagem à posição senhorial no sul da península italiana: emprego da força, intensificação dos vínculos pessoais, conquista da terra como meio para uma terra habitada, porque, com isso, a:

a noção de propriedade de Cristo aplicada a Jerusalém e a Terra Santa adotava, na mentalidade dos cavaleiros, um sentido muito concreto que implicava num dever preciso: o de **reestabelecer ao Senhor em suas terras, de acordo com o direito feudal** [grifo nosso] (FLORI, 2006, p.320).

Diante desses fins aristocráticos, Boemundo, como príncipe, não permitiria a Raimundo permanecer em suas terras, pois a presença de ambos instaurava um cenário de rivalidade pelo exercício do poder senhorial, tal como trazido dos solos ocidentais. Tornando-se agora patenteado o novo domínio, seu respeito e autoridade se elevaram a outro patamar – a autoridade como desfecho da consolidação de uma posição de poder, não como ponto de parte. Isto é: a autoridade como resultado da disputa senhorial pelo poder. Assim, temos que entre os líderes cruzados, afora o desrespeito lançado contra o imperador grego, havia uma ação para o estabelecimento de uma hierarquia muito bem definida e respeitada internamente – definida segundo as tradições carregadas desde o Ocidente e sua realidade chamada “feudal”. A comprovação dessa argumentação com a figura de Boemundo fica clara quando sua trajetória é investigada não como cruzado, mas sim como aristocrata ocidental. Essa é a parte da cruzada dos senhores de domínio, parte que aciona e se agrega mais aos valores cavaleirescos de cada cruzado do que às outras causas levantadas nos discursos registrados. Nela, também havia a possibilidade de se ingressar nos domínios do sagrado, como tentou Raimundo de Toulouse; contudo, é preciso notar que tal ingresso ocorria em meio a um cenário político condicionado por pressões, sobretudo o conselho dos líderes cruzados e suas convicções senhoriais, que, em muitas passagens, mostraram-se mais fortes e decisivos para o rumo da cruzada.

Desse modo, a cristandade ocidental levada para dentro do Oriente não demorou a se expandir. E, de fato, Boemundo não viveria isolado dentro do território conquistado

em meio a uma atmosfera hostil. Segundo Tyerman: “foi dessas conquistas materiais e consequentes rivalidades políticas que emergiu a crise que precipitou o ataque a Jerusalém” (TYERMAN, 2010, p.183). Entendidas nas entrelinhas, essas conquistas materiais podem ser lidas como se os mesmos interesses que afloraram em Boemundo também houvessem cativado os demais líderes. A lógica senhorial unia os combatentes.

Nesse caso, temos de nos voltar novamente para Raimundo. Depois de ser expulso de Antióquia (de forma violenta), ele parte para o Sul, juntamente com Tancredo e Roberto de Flandres, para lutarem por Ma’arrat-an-Nu’mân, em dezembro de 1098. A essa altura, as relações já não eram mais as mesmas. Raimundo não parecia mais levar em consideração seu tratado com o imperador. Pois, ainda que não tenha jurado fidelidade, ele estava obrigado a um pacto de amizade que lhe exigia não “macular a vida ou a honra de Aleixo” – afirmação que se aplicava ao controle de terras outrora pertencentes ao Império bizantino. Mesmo na crônica que narra o toulousano como protagonista, *Historia Francorum qui ceperint Jerusalem*, registra-se a desarmonia que leva à separação do grupo<sup>30</sup> (KREY, 1921, p.198):

Discórdia naquele tempo não só perturbava nossos príncipes, mas também destruía harmonia entre as pessoas que sentiam que lá pouco não brigavam com seus companheiros ou servos sobre roubo ou saque.

Essa atmosfera de rivalidade parecia levar o conde a outros lugares. Ainda que o fosse permitido atuar como comandante naquelas terras, Raimundo IV passa a demonstrar seu interesse em conquistas de expansão, divergindo, inclusive, do objetivo de alcançar a cidade de Jerusalém (HILL e HILL, 1962, p.103). Evidente que também entram nessa lista de conquistadores Balduíno, que abandonou o grupo das cruzadas para conquistar Edessa; e, posteriormente, na batalha de Jerusalém, teremos ainda a figura de Tancredo, que se impõe em Belém, fazendo-a seu domínio. O triunfo de Boemundo parece ter atuado como um episódio de legitimação da implantação oriental do poder senhorial de moldes ocidentais.

O elemento de disputa e guerra entre as cortes que tomavam forma no Oriente, o qual se tornaria cada vez mais forte, começava a permutar entre os líderes, até mesmo nas disputas pelos territórios. Entretanto, a cruzada mostrava várias faces, múltiplas

---

<sup>30</sup> Discord at this time not only disturbed our princes, but, it also so destroyed harmony among the people that there were few who did not destroyed quarrel with their companions or servants about matters of theft or plunder.

dimensões que precisam ser entendidas no seu âmbito próprio e no conjunto histórico representado pelo movimento. Essas disputas por domínios parecem ser aquelas que justamente haviam sido alvo dos discursos papais quando foi pregada a “guerra santa” aos grupos de senhores ocidentais. E, mesmo em outra paisagem, com outros objetivos, os cruzados continuavam a exercer os fundamentos de sua condição social, dando mostras da autonomia de suas práticas no interior da cruzada: aristocratas cavaleiros, hierarquizados em grupos que tinham no recurso à violência uma estratégia decisiva de afirmação social, fixando o controle sobre territórios classificados como inimigos. Mas, se as cruzadas não podem ser reduzidas a um “empreendimento da Igreja” – sendo antes senhorial –, seu desenrolar demonstra a presença do sagrado, ainda que muitas vezes sob riscos e rejeições. Destarte, “a Igreja propõe, ao mesmo tempo, um grande ideal moral às elites, e aceita, na prática, muitas distorções desse ideal” (BARTHÉLEMY, 2010, p.95).

A atuação política do conde de Toulouse também contava com “distorções” na cooperação com o espiritual. Apesar de figurar, por exemplo, como porta voz de uma autoridade de feições religiosas, o aristocrata tentou assumir a liderança dos cruzados através do pagamento (o que lembraria, de modo longínquo, a conduta de simonia. Ver RUST, 2011, p. 22-111) a outros líderes, mas só Roberto da Normandia e Tancredo aceitaram. Começava a cruzada pessoal do conde de Toulouse, já que o sagrado não era suficiente para restabelecer sua condição de comando e domínio.

O pequeno fragmento militar sob seu comando avançou até Kafartāb. Roberto da Normandia juntou-se ao exército no dia 16 de Janeiro de 1099 (RUNCIMAN, 2002, p.241). As tropas, então, ainda atacariam Masyaf; e, depois, no mesmo fôlego, passariam por Rafaniya (cidade abandonada com todos os seus bens), e dali para Buqaia, planície que era lugar da maior fortaleza: Hosn al-Akrad, onde chegaram em 28 de Janeiro. Deste ponto, rumaram direto para os castelos dos Curdos, para se reabastecer e tomar o lugar. Em uma manobra defensiva, o senhor do lugar soltou seu rebanho para além das muralhas, esperando que os cruzados fossem embora. Contudo, o grupo de Raimundo se dividiu e lutou nos dois lados, ao redor da fortaleza. O líder dos provençais foi lutar no castelo e, no enfrentamento, os cruzados preferiram recuar e ele acabou abandonado pela guarda pessoal e feito como refém. Enquanto Boemundo acumulava êxitos no manejo da violência e ascendência pessoal, Raimundo fracassava. No dia seguinte, os cruzados decidiram por um ataque mais coordenado, no entanto, encontraram a cidade vazia. O exército permaneceu ali por três semanas para se

recuperar (*Historia francorum qui ceperint Jerusalem* apud: RUNCIMAN, 2002, p.242). Raimundo demonstrava claramente seu interesse por terras. Exercia cada vez mais uma política parecida com a de Balduíno (em Edessa) e Boemundo (em Antióquia), do que aquela até então conduzida nos moldes provençais. Nem seu próprio cronista preferiu registrar esses acontecimentos; as questões foram registradas pela crônica anônima da *Gesta* (KREY, 1921, p. 215).

Ainda durante as três semanas, o emissário de Hama veio com promessa de paz e boa vontade perante os cruzados, inclusive com direito a presentes e tranquilidades. Em seguida, chegou um mensageiro do emir de Trípoli: Jalal al-Mulk Abu'l Hasan, da dinastia Banū'ammār, que tentava lançar os ocidentais contra os recentes governantes egípcios. Raimundo foi convidado a enviar representantes à Trípoli para discutir as disposições para a passagem da cruzada e até conseguiria que sua bandeira (com as cores de Toulouse) fosse brandida sobre o local. Pela narrativa de Foucher de Chartres, quando o rei de Trípoli quis dividir riquezas entre os cruzados, Raimundo se opôs a isso, ficando com o prêmio somente para si (CHARTRES, 2003, p.63). Os comportamentos sacralizados e moderadores do conde vão ficando cada vez mais distantes no horizonte documental.

Quando os embaixadores voltaram, eles instruíram Raimundo que subjugasse o emir atacando uma de suas fortalezas e exigindo pagamento em dinheiro pela imunidade das outras. Dessa forma, Raimundo atacou Arqa, distante 25 quilômetros de Trípoli, em 14 de Fevereiro, demorando três meses ali. Durante todo esse tempo, o conde de Toulouse iniciava o cerco à cidade, mas, como seu contingente era pequeno, não conseguiu ocupar todo o espaço necessário para o êxito. Havia também um rumor que dizia sobre um exército sendo formado para libertar Arqa, e este estaria sob o comando do califa de Bagdá. Isso fez com que Raimundo pedisse ajuda a Godofredo e Roberto de Flandres, que se encontravam em Jabala.

A chegada dos dois trouxe um paradoxo: apesar de terem salvado os cruzados sob Raimundo de uma ameaça incerta, eles impuseram outras lideranças ao exército, abrindo novo cenário de competição senhorial. Então, Godofredo tornou-se o líder do grupo, e mesmo Tancredo e Roberto da Normandia, cuja atuação havia sido assegurada mediante pagamentos, preferiram obedecer ao loveno. Raimundo protestou ao ponto de provocar ressentimento e começar contendas. As tropas já não conseguiam mais se unir, e Raimundo não conseguia exercer a liderança (passagem retirada e referenciada da *Historia francorum qui ceperint Jerusalem* apud: RUNCIMAN, 2002, p.244). Apesar

dos esforços empreendidos, o conde de Toulouse falhara na constituição de um domínio próprio. No interior de uma expedição em que o poder era reconhecido e medido através dos parâmetros conhecidos desde as terras ocidentais, sua trajetória fracassava. Temos um cenário intrigante: talvez o conde de Toulouse tenha sido o líder cuja figura surge mais empenhada em episódios sagrados e miraculosos, que corresponderiam ao ideal de uma “guerra santa”; todavia, sua trajetória é de um progressivo enfraquecimento no bojo da cruzada.

Nota-se mais uma vez como o desenvolvimento da cruzada havia alcançado o quarto ponto das diretivas conceituais apresentados por Georges Duby e descritas no primeiro capítulo: “aqueles que eles [os líderes] pretendiam sujeitar, eram parte dos que escapavam deste mesmo controle”. Na lista de Raimundo, a rejeição ao reconhecimento como conde já continha duas constatações: a primeira com a afirmação da santa lança, tentando um reconhecimento forçado dos líderes para conseguir um cargo de poder naquilo que se transformou no principado de Boemundo; e a segunda pelos meios financeiros, manobra que só conseguiu a adesão de dois nobres cruzados e não pareceu cumprir o escopo que o conde procurava, depois de ter passado por tanto território.

O fato de Raimundo se utilizar de suas riquezas materiais para tentar conseguir a liderança nos revela aspectos específicos de sua posição de poder: um ditame próprio de conduta, que não pode ser reduzido a uma “mentalidade de guerra santa”. Quando lhe pareceu conveniente assumir uma postura voltada para as discussões de *potestas*, não teve receio em se apresentar como o mais apropriado aos olhos do espiritual, inclusive como o único que acreditava na veracidade da santa lança. Já quando lhe pareceu que outras formas de conduta, como o emprego de dinheiro ou a retenção do saque, eram as melhores formas de conquista da *auctoritas*, agiu assim. A flexibilidade, todavia, revela os altos e baixos da posição de poder senhorial ocupada pelo toulousano no curso da cruzada. Raimundo de Toulouse, como objeto desta pesquisa, apresenta uma trajetória singular, que exige uma re colocação das discussões sobre a cruzada, muitas vezes tratada como matéria exclusivamente religiosa. Suas políticas se caracterizaram com ambivalência: em uma fonte, ele é aparentado de um jeito, em outra, é delineado de outro. As variações – que não surgem com a mesma intensidade sobre Boemundo, por exemplo – dizem muito sobre as relações de poder tecidas a partir dele.

É importante seguir em nossa reflexão e dissertar sobre como os ocidentais adentram aquelas regiões e conquistam novos domínios. A cruzada, na sua ânsia pelo objetivo último, que era salvar a Cidade Santa, acaba por permitir um reposicionamento

de uma variada aristocracia ocidental – cujo exercício do poder permanecia senhorial nos moldes ocidentais – em um universo distinto, que recobre a relação da cristandade com a guerra contra fatímidas e seljúcidas, cenário de grande complexidade. Já estamos lidando com laços de aristocratas que vêm de diferentes culturas. E, se os relatos da pequena excursão do toulousano não são suficientes para já afirmar isso, lembremos que, no final de fevereiro, Boemundo, Roberto de Flandres e Godofredo de Bouillon estavam em Latáquia para discutir os acontecimentos ao Sul e a possível viagem para concretizar o objetivo principal. Depois, sem relutância, Boemundo preferiu voltar para Antióquia, enquanto os outros dois partiram em uma expedição para a conquista de Jubail, entre 2 e 11 de março (RUNCIMAN, 2002, p.244).

Ainda dentro do sítio de Arqa, os líderes debateram sobre a melhor estratégia e decidiram partir para Jerusalém. Desprovido de aliados, Raimundo prefere ficar e, novamente, a narração de seu cronista: *Historia francorum qui ceperint Jerusalem* apresentou como uma figura capital no recurso ao sagrado: o testemunho vivo do recado dado a Pedro Bartholomeu, pelo próprio Cristo, são Pedro, santo André e outro apóstolo. Mesmo para este trabalho que considera as atuações espirituais como discurso retórico da fonte, a conversa entre ambos não deixa de ser bastante suspeita. Ao longo de admoestações das mais variadas, Cristo aparece odiando o povo que estava em Archas e relatando que o bispo Adhemar de Puy jazia no inferno por desconfiar da lança; além de garantir a cidade aos cruzados, se acreditassem na lança (KREY, 1921, pgs. 225-230). O que nos é certo foi que a ordália aconteceu.

Tendo endossado o discurso provençal de Pedro Bartholomeu e os relatos de mais uma visão de são Pedro e santo André, o conde enfrentará novas ondas de desconfianças, tão grandes quanto aquelas relatadas no capítulo 2. A desconfiança e a divisão entre os cruzados foram reparadas até pelo rei de Trípoli (KREY, 1921, p.233). Ocorrem, então, as provas de ordália, para tentar dissipar a desconfiança. Mas, Pedro morre, deixando o conde de Toulouse em difícil situação quanto à legitimidade de suas decisões e ações. A estratégia para recompor sua autoridade, realizada ou atribuída a Raimundo, esmorecia, deixando-o agora sem exército. O conde teve de se contentar em seguir viagem depois de dois meses de cerco, sem ver Arqa sob seu domínio (RUNCIMAN, 2002, 246).

Apesar dos fracassos de Raimundo, a conquista de território aumentava entre os cruzados. Até ali, quando se reuniram para partir rumo a Jerusalém (16 de março de 1099), a cristandade oriental já continha paragens como Tarso, Edessa, Antióquia,



Ma'arrat-an-Nu'mân, Hons al-Akrad e Jubail; além de alianças com Shaizar e Trípoli. Se necessitamos de um ponto de argumentação, além das mudanças de comportamento político já reconhecidas na trajetória toulousana, chegamos, aqui, a um fator que nos permite afirmar que **a Primeira Cruzada foi a continuação das guerras de domínio de tipo senhorial**; o que ultrapassa as habituais caracterizações da cruzada como uma guerra santa controlada ideologicamente pelo papa (BARTHÉLEMY, 2010, p.82; FLORI, 2006, p.138; RUNCIMAN, 2002, p.84; TYERMAN, 2010, p.55). Todas essas conquistas se assemelham muito com a expansão do território do conde de Toulouse na Provença e da guerra dos normandos para se tornarem os senhores de Hauteville. Além disso, a experiência em combates contra os turcos se tornava maior e parecia se adaptar à ambientação local, fazendo daquela parte uma extensão ocidental em terras orientais sem grandes problemas. Logo, na marcha para Jerusalém, observamos uma total diferença entre o início da cruzada, quando de sua convocação no discurso de Urbano II, e agora, com as estratégias e modos de conduta aplicados para a realização dos objetivos.

Temos mais claramente delineados os nobres, nos seus valores e preceitos, suas conquistas e bens, suas formas de atuação, disputando a autoridade e tentando ampliar seu poder. A cruzada, em diferentes momentos, mergulhou em disputas senhoriais. Todavia, Jerusalém não foi esquecida, e era chegada a hora de conquistá-la. Quando voltaram para a longa caminhada (já em maio de 1099), os cruzados chegaram até as montanhas do Líbano, onde mais de 60.000 cristãos viviam. Segundo Raimundo d'Aguilers, aqueles eram os cristãos que viviam na cidade de Tiro, agora chamada de Sur, e, por isso, eram conhecidos como *surians*. Porém, naquelas montanhas, eles viviam 400 anos ou mais sob a opressão dos turcos. Quando perguntados, os *surians* apontaram a estrada por Damasco, pois era cheia de víveres, mas nela não havia segurança de contar com água por dois dias ou mais. Indicaram também como prosseguir através das montanhas do Líbano, mais seguro e melhor provido de água, mas cuja estrada era difícil de percorrer, principalmente para os animais. Ainda havia uma rota marítima, mas era controlada por barcos sarracenos. Os *surians* falaram que, segundo a bíblia, os cruzados tomariam o caminho pelo mar. Nesse tempo, o cronista relata que todos eram contra o conde de Toulouse (KREY, 1921, pgs. 243/244) e preferiram ir pelo caminho de Damasco, enquanto o conde, em um dos piores momentos na condição de comando, surge novamente como um cristão exemplar: ele

teria optado por seguir as profecias e tomar o caminho bíblico. O conde ainda buscava travar a batalha pelo poder senhorial nos campos espirituais.

### **3.2 - Jerusalém e a “batalha sagrada!”**

A marcha dos arredores de Trípoli até Jerusalém durou 23 dias; e não foi uma jornada difícil. Muitas cidades já estavam evacuadas (inclusive, o porto de Jafa) porque não conseguiram se proteger adequadamente para enfrentar os cruzados. Em 6 de junho de 1099, a comitiva subiu as colinas da Judeia, em direção a Jerusalém. Dali, Tancredo desertou para ocupar Belém, onde foi bem recebido. Os outros partiram em direção ao grande objetivo, chegando no dia posterior (RUNCIMAN, 2002, p.250).

Jerusalém era uma grande fortaleza famosa por sua inexpugnabilidade. A defesa da cidade encontrava-se nas mãos do fatímida Iftikhar ad-Dawla. Ele contava, em seu exército, com o reforço de árabes e sudaneses. Antes da chegada dos cristãos, o fatímida tomou providências: envenenou os poços exteriores à cidade, conduziu os rebanhos para os pastos vizinhos, retirou qualquer cristão (ortodoxo ou não) de suas muralhas, ainda que tenha permitido aos judeus permanecerem ali dentro (RUNCIMAN, 2002, p.251). Essas separações não eram tão comuns assim, pois, por onde passavam os cruzados, não havia diferenciação entre as pessoas por suas categorias religiosas, uma vez que, como líderes, os turcos e mulçumanos toleravam essas diferenças (FLORI, 2006, p.141). Já os grupos do outro lado dos paredões da Cidade Santa mal conseguiam se entender como um grupo.

Os cruzados não tinham um contingente inteiro para sitiá-la; então, cada um seguiu para a região conforme conseguiu. Roberto da Normandia se instalou na frente dos portões das flores (Portão de Herodes) e Roberto de Flandres postou-se à direita, na porta da coluna (Porta de Santo Estevão ou de Damasco); Godofredo foi para noroeste, alcançando a Porta de Jafa, e Tancredo se juntou a ele, trazendo o rebanho que havia sido removido de Jerusalém; Raimundo rumou para o Sul e parou no Monte Sion (RUNCIMAN, 2002, p.251). Em 07 de junho de 1099 (mesmo dia em que chegaram), os cruzados iniciaram o cerco de reconquista da cidade para a Cristandade Ocidental. Poderíamos até dizer: a sorte estava lançada.

Para resolver o problema do envenenamento dos poços, a mesma estratégia de uma parte dos cruzados consistiu em partir em busca de suprimentos em outras regiões. Com o emir dentro da cidadela, limitando-se a reforçar as muralhas duplas, fossos e contornos naturais, a ameaça de ataque não parecia iminente. Fato é que o fatímida resistia porque esperava por um exército grande vindo do Egito, que poderia destruir os sitiados. Como era munido de muitos víveres e continha uma guarnição forte, investiu nessa estratégia. Já os ocidentais avançaram em investidas contra as muralhas, dia após dia, sem grande sucesso. Mais uma vez mais, o grupo vivia um martírio, principalmente pela falta de água.

Desse ponto, temos duas versões acerca da realização da cruzada, como no caso de Antióquia. Na versão em que prioriza as batalhas, como descreve Foucher de Chartres, o sagrado surge em momentos específicos; como na tomada do templo de Salomão, quando Balduino é narrado como retirando dali o chumbo dos telhados para que os cruzados conseguissem armamento para a conquista da cidade santa. Novamente reunidos em conselho, os líderes já não passavam mais necessidades, nem se sentiam constrangidos por terem de ir procurar água tão longe do acampamento. As máquinas de cerco ficaram prontas e, durante a noite anterior, foram empunhadas na investida aos muros, com as construções bélicas voltadas para o lado mais fraco das muralhas; o que, por sua vez, surpreendeu os turcos e mulçumanos aquartelados dentro da cidade (CHARTRES, 2003, pgs. 69-70).

Muito diferente dessa ênfase, encontra-se o trabalho de Raimundo d'Aguilers. Na sua versão, a conquista de Jerusalém começa no término da batalha de Antióquia. Nas exatas palavras de D'Aguilers (KREY, 1921, pgs. 245-24)<sup>31</sup> são:

---

<sup>31</sup> For once, when we wanted to set out from Antioch, that priest came to me, Raymond, and said to me that a certain person appeared to him in a vision who said to him, "Go into the church of St. Leontius, and thou wilt find there the relics of four saints; take them with thee and carry them to Jerusalem." And he showed him in that vision the relics and locations of the relics, and he taught him the names of the saints. When that priest had awakened, not fully believing in his vision, he began to urge God with prayers and entreaties to make known to him a second time if this vision was from Him. Several days later the same saint stood before him in a vision and threatened him much because he had neglected the command of God, and (said that) unless he had taken those relics away by the fifth day of the week, it would be a great hurt to him and his lord, Count Ysoard. Ysoard, Count of Die, was a man loyal to God as far as he knew, and helpful to all of us for his wisdom and uprightness. When the priest had narrated this to me, Raymond, I told it to the Bishop of Orange and to the Count of St. Gilles and to some others. We took candles and went to the church of St. Leontius. We offered the candles and vows to God and to the saints of the same church, (praying) that Almighty God, who had sanctified them, might give them to us as companions and helpers; and that those saints might not spurn the company of pilgrims and exiles for God, but, rather, out of charity might join us and link us with God. When it became morning, we went with the priest to the places where the relics were kept, and we found everything just as it had been foretold. Moreover, these are the names of saints: Cyprian, Omechios, Leontius, John Chrysostom. And, furthermore, at the place where the relics were kept we found a little chest filled with relics. When he

Então, quando eles quiseram partir de Antióquia, o padre chegou até mim, Raymond, e me disse que certa pessoa apareceu para ele em uma visão lhe disse: “vá até a igreja de são *Leontius*, e então vós acharas lá as relíquias de quatro santos; pegue-as e leve-as convosco até Jerusalém”. E mostrando-lhe onde estavam as relíquias, ensinou-o o nome dos santos. Então o padre acordou, desconfiado das visões que teve, ele começou a pedir a Deus então, por preces e súplicas que, se fosse a visão de Deus, que lhe mostrasse outra vez. Muitos dias depois teve uma visão com o mesmo santo, ameaçando-o dizendo que se ele negligenciasse os comandos de Deus e não recolhesse as relíquias no próximo quinto dia da semana, ele faria mal a si mesmo e ao conde do qual ele serviria, o conde Ysoard. Ysoard, conde de Die um homem leal a Deus, tanto quanto ele sabia, e ajudaria a todos nós por sua sabedoria e retidão.

Quando o padre havia narrado isto a mim, Raimundo, eu contei ao bispo de Orange, e depois ao conde de Saint-Gilles, e depois a muitos outros. Nós carregamos velas e fomos orar no templo do são *Leontius*. Nós oferecemos as velas e os votos a Deus e aos santos da mesma igreja, (rezando) que Deus todo poderoso que havia santificando-os [aquelas relíquias], poderia dar-lhes a nós como companheiros e ajudantes, e que aqueles santos não desprezassem a companhia dos peregrinos e exilados por Deus, mas, ao invés disso, por caridade, se juntassem ao grupo e os unisse a Deus. Pela manhã nós fomos, com o padre, no lugar no qual as relíquias estavam guardadas e nós encontramos tudo como foi predito. Além disso, os nomes dos santos eram *Cyprian*, *Omechios*, *Leontius*, *John Chrysostom*. E, ademais, no local onde as relíquias estavam guardadas nós encontramos um pequeno cesto cheio com relíquias. Quando ele [conde] pergunta ao padre sobre isso, de quais santos eram aquelas relíquias, ele disse que não sabia. Mas quando nós inquirimos aos habitantes se eles sabiam de quais santos eram aquelas relíquias, alguns responderam de são *Mercurius*, outros, contudo, de outros santos. Mas o padre desejou leva-las e coloca-las junto com a coleção de outras relíquias. Para ele, eu, Raymond, disse colericamente na presença de todos o que lá estavam, “Se aqueles santos desejavam vir conosco para Jerusalém, deixe-os conhecer seu nome e desejo; caso contrário, deixe-os

---

asked a priest about these, of which saint they were the relics, he replied that he did not know. But when we inquired of the inhabitants if they knew of which saint these were the relics, some said of St. Mercurius, others, however, of other saints. But the priest wished to take them up and put them with the collection of other relics. To him, I, Raymond, said angrily in the presence of all who were there, "If this saint wishes to come with us to Jerusalem, let him make known his name and wish; otherwise let him remain here. Why should we weight ourselves with unknown bones and carry them along?" Therefore on that day those relics were left behind. But when the priest had collected the other relics and had rolled them up in cloths and a covering, on the night which followed, as he lay awake, there appeared to him a youth of about fifteen years, exceedingly beautiful, who said to him, "Why didst thou this day not take any relics with the rest?". The priest replied to this "Who art thou?" "Dost thou not know who is the standard bearer of this army?" he replied. The priest answered, "I do not, Sire." When the priest had made the same reply to the same question a second time, the youth threatened the priest terribly, saying, "Tell me the truth." And then the priest said, "Sire, it is said of St. George that is the standard bearer of this army." He replied, "Thou hast said well. I am he. Take therefore, relics and put them with the others."

When, however, the priest had deferred doing this for several days, the same George came to him and commanded the priest sternly, saying, "Do not delay longer than the morning to take up my relics; and near by in a little ampule thou wilt find some of the blood of the virgin and martyr St. Tecla, which likewise take; and after this chant mass." And the priest found all this, and did it.

permanecer aqui. Porque deveríamos aumentar o peso com ossos desconhecidos e carrega-los na viagem?” Assim, um dia desses, essas relíquias foram largadas. Mas, quando o padre quis coletar as outras relíquias e quis enrolá-las num pano e cobri-las na noite seguinte a levou, ele permaneceu acordado e apareceu para ele ali um jovem com aparência de 15 anos, extremamente belo apareceu, lhe dizendo: “porque neste dia não tomaste quaisquer relíquia junto com o resto?” E o padre respondeu: “Quem eres tu?”; “Não sabes de quem é o estandarte do qual sustenta esse exército?” ele respondeu; E o padre respondeu: “eu não sei, senhor”; Quando o padre respondeu pela segunda vez a mesma questão, o jovem o ameaçou terrivelmente, dizendo, “diga-me a verdade”; E então o padre respondeu, “senhor, é dito que são George é o portador daquele estandarte deste exército” Ele respondeu: “disseste bem. Eu sou ele. Portanto, pegue então minhas relíquias e coloque-as com as outras”. Quando o padre realizou este feito, por muitos dias, o próprio George veio até ele e ordenou severamente o padre dizendo: “não demores além da próxima manhã para tomar minhas relíquias; e por perto, em uma pequena ampulheta, tu irás encontrar um pouco do sangue da virgem e mártir santa Técla, os pegue também, e depois disso entoe este cântico.”, e o padre encontrou todas essas e assim o fez.

Essa conversa, apesar de longa, é importante. Dessa vez, os elementos envolvidos são mais representativos e, concomitantemente, menos contestadores. Dessa vez, trata-se de relíquias de São Geraldo. Porém, a questão da *auctoritas* aqui é muito semelhante ao que aconteceu na aparição de Santo André. As características parecem ser as mesmas: a admoestação do santo em uma aparição em sonho e a veiculação da mensagem a partir de alguém humilde para alcançar os ouvidos do conde de Toulouse. O relato consiste em nova tentativa de restabelecer em Raimundo um papel protagonista que não fora alcançado através da atuação propriamente senhorial frente aos líderes da cruzada. Nesse caso, o conde de Toulouse, mesmo abandonado por suas tropas, continua a ser narrado como o “privilegiado por Deus” nas revelações. Ele ainda era o conde que estava mais próximo ao sagrado, tendo um vínculo que não só provinha dos santos para ele, como dele para os santos: imagem que, acreditamos, constituía uma inversão do fato de que ele era o aristocrata mais distante do comando dos homens.

Dessa vez, a passagem é sucinta e o sagrado agiria silenciosamente, porque São Geraldo não aparecerá mais de uma vez. Entretanto, o grupo que romperá a barreira dos inimigos e abrirá caminho aos cristãos seria o dos provençais. Na crônica de D’Aguilers, essa manifestação do sagrado reafirma não somente uma “mentalidade de cruzada”, mas servia à reafirmação de uma posição de poder provençal, enfraquecida ao longo de toda a jornada; já que foi o conde Raimundo quem fez a ponte para os

cruzados adentrarem Jerusalém (KREY, 1921, p.70). E mesmo Foucher de Chartres ainda coloca em sua narração gritos como “Deus, ajuda”, e se faz lembrar de Carlos Magno como ponto de referência (lembra-se o cronista que a morte de Carlos Magno aconteceu 85 anos antes da tomada de Jerusalém). Para ele, duque Godofredo, o primeiro que entra na cidade depois de feita a ponte, demonstrava excelência de sua nobreza, valor como cavaleiro, brandura, paciência modesta (CHARTRES, 1921, pgs.71-72).

Verificamos isso quando, na narrativa do episódio de uma subida no monte Sião, o conde surge se deparando com uma igreja que o inspira a ditar um discurso aos outros líderes, relembrando seus vínculos com as forças espirituais e, segundo o próprio conde, nas palavras de D’Aguilers: “ao menos que nós sejamos cuidadosos em proteger este sagrado lugar, o Senhor não irá nos conceder outros dentro da cidade<sup>32</sup>” (KREY, 1921, p.250). Os sacerdotes lhes pedem para que não negligenciem as oferendas divinas. Mesmo para os combatentes provençais, esta seria mais uma história um tanto quanto excessiva, composta em demasiado devaneio. As consequências dela teriam sido diretas: Raimundo é novamente repudiado pelos seus, ao ponto de chegar a acampar sozinho, afastado de todos (KREY, 1921, pgs. 250-251). No bojo da “guerra santa”, o sagrado não era um aliado suficiente para assegurar comando e autoridade.

Ainda que bem estruturada e bem explicada nas crônicas, a versão da conquista através da vinculação com o sagrado não conseguiu progredir e ganhar espaço noutras fontes. Os únicos aspectos espirituais incluídos foram: o peregrino no monte Sião que profere um sermão motivador para os cruzados se unirem (parte relatada logo acima); e a expurgação dos pecados, através de uma caminhada descalça e conjunta pelas muralhas na manhã do dia 13 de julho de 1099, sendo que o ataque começaria na madrugada do dia 14 de julho (RUNCIMAN, 2002, p.255). Vemos grandes semelhanças com o cerco de Antióquia, incluindo o martírio e a expurgação dos pecados. Dessa vez, a narrativa da conquista é semelhante na maioria das fontes. Foi um provençal anônimo que conseguiu romper a barreira das muralhas, fazendo com que os cruzados entrassem em Jerusalém.

---

<sup>32</sup> “Unless we carefully protect this sacred spot, the Lord will not give us the other within the city”

No entanto, nas exatas palavras de Raimundo d'Aguilers, os cruzados parecem mais uma vez submetidos ao martírio: um dia longo de batalhas e sem esperanças de romper o cerco (KREY, 1921, p.260)<sup>33</sup>:

Enquanto um concílio havia sido feito para decidir se eles iriam ou não retirar suas máquinas, das quais muitas foram queimadas e outras despedaçadas; um cavaleiro começou no monte Oliveiras a assinalar com seu escudo para o aqueles que estavam junto do conde e os outros, acenando para que eles avançassem. Quem era o cavaleiro nós nunca descobrimos. Com este sinal nossos homens [provençais] começaram a se emocionar, enquanto outros começaram a demolir o muro e outros a ascender por meio de escadas e cordas. Nossos Arqueiros atiravam flechas flamejantes e desta forma cobriram os ataques que os sarracenos faziam sobre a torre de madeira do Duque e dos dois condes. Essas flechas flamejantes, além disso, eram presas em algodão. Esta chuva de fogo recai sobre os defensores, vinda da muralha. Então, rapidamente o conde liberou a ponte levadiça, que protegia o lado da torre de madeira próxima à muralha, então ela caiu, sendo fixado para o meio da torre, fazendo uma ponte sobre a qual os homens começaram a entrar em Jerusalém corajosamente e sem medo. O primeiro a entrar foi Tancredo, e depois o duque da Lorena; e a quantidade de sangue que eles verteram em um dia foi incrível. Tudo se ascendeu a eles, e os sarracenos começaram agora a sofrer.

A estratégia teria funcionado – ao menos era nisso que o cronista desejava que se acreditasse. Raimundo de Toulouse consegue, em 14 de julho de 1099, romper o fosso do lugar de onde atacava. Sem reação contra tal investida, o emir de Jerusalém não conseguiu deter a invasão, que acabou por se alastrar, com os outros líderes pulando o muro. Jerusalém estava conquistada, pois os turcos e mulçumanos investiram todo o recurso para deixarem os cruzados para fora dos portões. A já bem conhecida chacina que ocorreria com a conquista da Cidade Santa, cobrindo de sangue até os tornozelos dos invasores, foi o resultado da invasão. As atrocidades não pararam por aí: além disso, os cruzados queimaram a população que se escondeu nas mesquitas; prendeu as pessoas

---

<sup>33</sup> while we hesitated, irresolute, and the enemy exulted in our discomfiture, the healing mercy of God inspired us and turned our sorrow into joy, for the Lord did not forsake us. While a council was being held to decide whether or not our machines should be withdrawn, for some were burned and the rest badly shaken to pieces, a knight on the Mount of Olives began to wave his shield to those who were with the Count and others, signalling them to advance. Who this knight was we have been unable to find out. At this signal our men began to take heart, and some began to batter down the wall, while others began to ascend by means of scaling ladders and ropes. Our archers shot burning firebrands, and in this way checked the attack that the Saracens were making upon the wooden towers of the Duke and the two Counts. These firebrands, moreover, were wrapped in cotton. This shower of fire drove the defenders from the walls. Then the Count quickly released the long drawbridge which had protected the side of the wooden tower next to the wall, and it swung down from the top, being fastened to the middle of the tower, making a bridge over which the men began to enter Jerusalem bravely and fearlessly. Among those who entered first were Tancred and the Duke of Lorraine, and the amount of blood that they shed on that day is incredible. All ascended after them, and the Saracens now began to suffer.

que tentavam se esconder e incendiou o lugar em que elas se encontravam. Impiedosos e saqueadores (ao ponto de alguns revistarem mortos para ver se escondiam dinheiro), os invasores acabam por transformar Jerusalém em um reino conquistado em sangue e terror. Além de toda essa passagem, Fulquer de Chartres ainda relata bem a diferença entre o início e o fim da batalha. Em suas próprias palavras, a atitude de tomar butim, ainda que isso recorra ao assassinato das pessoas de Jerusalém, se deu como “uma lei que deveria ser observada rigorosamente, e é assim que se explica como muitas pessoas na miséria mergulharam de repente na opulência” (CHARTRES, 2003, p.71).

Com a vitória, é celebrada uma procissão religiosa, com o intuito de restaurar a fé (Hill e Hill, 1962, p.132). Mas, o que aparentemente é o fim da primeira expedição, é somente o começo de muitas disputas aristocratas e divergência política nas terras mais distantes da Cristandade.

Jerusalém estava tomada. Começava-se o reino da cristandade ocidental, e cabia aos líderes escolherem quem, dali para frente, governaria. Um reino oriental resultado de competições e rivalidades para a expansão dos fundamentos senhoriais do domínio aristocrático exercido no Ocidente.

### **3.3 - O Pós-cruzada: repercussões.**

Uma vez removidos os turcos/mulçumanos do território, era hora de constituir a aristocracia. Como decidido no final do cerco de Antióquia, o rompimento com o imperador já era tratado com “naturalidade”, inclusive por ele não ter vindo em socorro durante o ataque do Kerbogha ou para acompanhá-los até a Cidade Santa. Os líderes se reuniram e tentaram escolher um, dentre eles, para que se tornasse o rei de Jerusalém. Mas, os membros eclesiásticos da comitiva insistiram que primeiro deveriam eleger o representante eclesiástico.

Essa parece não ter sido uma decisão tão difícil, porém, vale uma menção. Em 22 de julho, Simão II, o patriarca da cidade, morreu em Chipre; e a oportunidade de eleger um bispo da Igreja de Roma para o cargo não foi tergiversada. A decisão ficaria para o mesmo conselho que escolheria o rei de Jerusalém; e esses líderes preferiram então deixar a escolha posterior a do aristocrata (RUNCIMAN, 2002, p.258).

Ao que tudo indica, era o início de uma aristocracia bem organizada: o fato de Dagoberto de Pisa não estar inclinado às políticas cruzadas não parece surpreender em



nenhuma fonte documental ou historiográfica. Os cruzados sabiam lidar com esses tipos eclesiásticos. Depois da eleição do rei de Jerusalém, o poder esteve concentrado nas mãos dos cruzados que estiveram diretamente implicados na constituição do reino de Jerusalém – nascia o poderoso baronato oriental, que atuaria decisivamente no século XII, até o momento em que Saladino reconquistasse a cidade para os muçulmanos. Nem o papa, com suas influências preliminares sobre a expedição, conseguia exercer alguma interferência nas decisões da alta cúpula aristocrática do reino. Cabe aqui lembrar o distanciamento dessa realidade com, por exemplo, a trajetória senhorial de Raimundo: em suas alianças políticas, ele preferiu deixar que o mosteiro de Cluny dirigisse suas terras em Saint-Gilles, e, com isso, os monges o reconheceram como senhor das terras de Rouergue e Narbonne. Tal exemplo ajuda a elucidar não apenas porque os cronistas apresentavam o conde como “privilegiado por Deus”, mas também o ponto de enfraquecimento atingido pela posição de poder provençal no curso da cruzada.

Sem necessidade de uma autoridade maior que os reconhecesse, os cruzados, com sua experiência em batalhas e configuração do poder no Além-Mar, se reuniram em conselho e, por votação, decidiram quem seria o rei, de forma bem simples. Assim, a própria eleição régia consistia em um procedimento que legitimava a autonomia e a prerrogativa de comando – ambos fundamentos ocidentais da condição senhorial –, constituídas e afirmadas ao longo da cruzada. Todos os líderes que comandavam algum exército pareciam ter capacidade não só de escolher, mas de ascender à condição de monarca. Entretanto, os nomes mais indicados seriam Roberto da Normandia, Roberto de Flandres, Godofredo da Lorena e Raimundo de Toulouse, este último em situação mais delicada, como vimos (RUNCIMAN, 2002, p. 259).

Desse modo, independente de quem fosse escolhido, o fato de terem um conselho para escolher um rei em terras Orientais era algo intrigante. No primeiro capítulo, falando sobre as hierarquias entre nobres medievais, um dos tópicos destacados foi exatamente: *nenhum nobre é julgado por outro nobre de categoria mais baixa do que a dele, muitas vezes é preciso de um nobre de patente mais alta*. Nesse caso, o rei de Jerusalém seria a constatação mais óbvia de que as cruzadas serviram a objetivos da aristocracia ocidental em estabelecer um domínio naquelas terras distantes. Isso porque, uma vez alcançados esses objetivos, os aristocratas estavam, concomitantemente, construindo um reino com lógicas hierárquicas que vinculavam o rei de Jerusalém a uma série de redes de laços pessoais e domésticos entre os mais destacados por sua atuação na guerra e na formação de domínios. E, juntamente a isso, a

eleição consagrava a posição daqueles senhores, contemplando um deles com a coroação do novo reino, estreitando os laços com uma realidade política ocidental, ainda que situados no Oriente. Podemos afirmar que o resultado da cruzada até o conselho era de saldo positivo para aqueles nobres que partiram em guerra. Para alguns, começavam uma vida em um novo reino; para outros, o voto estava sendo cumprido, inclusive com a peregrinação.

Já no conselho, o primeiro nome a ser colocado em pauta foi o do velho conde Raimundo de Toulouse. Visto simplesmente como as cruzadas foram equiparadas em suas crônicas, o nome de Raimundo chega a ser perturbador para um leitor que seguisse a obra de um Steven Runciman, ou Christopher Tyerman; ou mesmo de Jean Flori, ou em leituras de fontes documentais, como aquelas reunidas e editadas por August Krey. A argumentação que aqui assumimos abre a possibilidade de uma postura diferenciada. Essa nomeação pode ser explicada conforme entendemos as diferentes e as múltiplas razões envolvidas nas políticas dos cruzados. Lembramos também que a relação entre aristocracia temporal e espiritual estava abalada por intrigas políticas.

A nomeação de Raimundo, segundo o que aqui constatamos, pode ter a seguinte razão: uma grande parcela histórica de sua afirmação deve ser lida como estratégias discursivas, criadas por cronistas ligados aos poderes provençais, para reparar a erosão da condição senhorial do conde de Toulouse ao longo da cruzada. Esta reparação, que tomou forma no desfecho do pacto de amizade com o imperador e avançou através dos relatos que o apresentaram como aquele que mais se destacou nas questões espirituais, culminou em destacá-lo como um homem apto à realeza, o que repercutia certo modelo de ordenamento do espiritual dentro do temporal (assim como temos demonstrado neste trabalho). Todavia, as chances reais da elevação do conde parecem ter sido muito modestas: durante todo o trajeto, ele se engajou na batalha pela liderança dos cruzados e, embora surja como agente privilegiado dos elementos espirituais em plena “guerra santa”, Raimundo de Toulouse terminou sobrepujado várias vezes, na maioria delas por Boemundo de Taranto. O conde, aparentemente, não escondia seu desejo pela expansão do domínio (como aconteceu depois do cerco de Antióquia) ou mesmo a desavença que seus pontos de vista causavam em outros líderes (quando defendeu a santa lança ou insistiu no caráter sagrado no discurso no monte Oliveira).

A jornada até Jerusalém colocara junto aqueles que eram testemunhas de modos diferentes de exercer o poder: justamente para escolher um líder para uma Cidade Santa. Raimundo IV já não contava com o apoio de nenhum deles, e mesmo assim seu nome

estava lá – muito disso nos parece ser devido ao perfil das fontes documentais e ao fato dos provençais ocuparem um papel privilegiado entre aqueles que escreveram como a cruzada deveria ser lembrada. A associação da santidade da cidade e um pronunciado significado maior para a cristandade (no discurso papal) possivelmente convergiram para conferir maior peso e influência às narrativas que insistiam em destacar os nobres a partir dos desígnios e das manifestações atribuídas ao mundo espiritual. Ora, à luz das aparições e das visões vinculadas a essa cruzada, os provençais figuram como aqueles que mais participaram; e Raimundo de Toulouse como o maior defensor de todas elas. O efeito lógico dessa imagem decorre, fundamentalmente, da escrita de alguns cronistas como D’Aguilers. Por isso, o próprio Raimundo d’Aguilers assume, em sua crônica, que o conde conhecia o escárnio daquela indicação (KREY, 1921, p.263).

Neste trabalho, lidamos com as questões de política aristocrática de senhorio e conseguimos ver que essa sugestão estava longe de ser secundária nos rumos da cruzada. Esses senhores de domínios ocidentais haviam estabelecido toda uma malha de poderio que agora se concretizava. Eles sabiam lidar com os eclesiásticos, inclusive na eleição do novo patriarca de Jerusalém. A política de um senhorio era capaz de converter os elementos sagrados em causas de sua fundamentação. O conselho para a escolha do rei de Jerusalém era uma prova de que a cruzada estava sob o comando e o controle dos líderes aristocráticos. O escárnio e a ironia atribuídos à indicação do conde parecem demonstrar o quanto os valores vinculados pelos olhos eclesiásticos chocavam-se com a autonomia com que os líderes cruzados conduziam suas políticas nas terras distantes do Oriente. Por sinal, dois outros fatores demonstram o quanto os cruzados realizavam em suas cruzadas a exposição de seus valores como aristocratas.

Logo depois da instalação do conselho, houve uma feroz disputa entre Roberto da Normandia, Roberto de Flandres e Godofredo da baixa Lorena. O desenrolar interno do processo foi desconhecido, mas a coroa foi concedida ao último, sob a aprovação dos outros dois; em 22 de julho de 1099. Apesar de não ser relato em nenhuma fonte, o primeiro fato que comprova o interesse dos aristocratas na cruzada foi que Godofredo era o único duque em meio aos condes. Como a hierarquia entre a aristocracia ocidental era priorizada e respeitada, o fato do duque da Lorena ser ascendido a rei de Jerusalém demonstra como os cruzados pensavam de forma própria, em sua concepção de senhores de domínios ocidentais. O estabelecimento desta hierarquia pode ter começado quando o líder com maior cargo foi coroado como rei. Algo como a premiação dada às guerras de senhorio. Se, no início, dizemos que o processo aparentava uma promoção

igual a qualquer um dos líderes (e até teve apontamento deles), no fim prevaleceu o poderio ocidental para se eleger o rei.

No fim, a cruzada consagrou a conquista de um reino, abatendo um inimigo, devastando um pedaço de terra. Rebatendo pessoas que nem sequer armas tiveram, tudo para levantar uma coroa e constituir um reino; se os cruzados sabiam disso quando saíram de seus domínios, é difícil dizer, mas que fizeram isso quando chegaram no novo domínio é evidente. E, neste caso, nem mesmo o novo patriarca (romano) de Jerusalém estaria excluído: eleito governante, Godofredo tratou de colocar como patriarca o capelão do nobre da Normandia, Arnulfo Marlecone de Rohes, eleito em 1 de agosto de 1099, exatamente um ano depois da morte de Adhemar de Puy. Inclusive a *Historia francorum qui ceperint Jerusalem* registra composição de canções vulgares a seu respeito (KREY, 1921, p.264). O protesto dos provençais perante essa escolha foi voto vencido (RUNCIMAN, 2002, p.263).

O primeiro ato do novo rei foi adotar a alcunha de *Advocatus Sancti Sepulchri* (“Defensor do Santo Sepulcro”), e reunir os lugares ocupados dos cruzados, que ficaram em seus poderes desde o ataque a Jerusalém. Apesar de ter, supostamente, recusado a coroa, Raimundo se sentiu ludibriado pelo rei; segundo seu cronista, Godofredo, uma vez rei, insistiu em retirar Raimundo da cidade, inclusive preferindo desistir de outros lugares do que da torre de Davi na qual Raimundo já havia dito que ficaria até a páscoa. Para não ser julgado pelo rei, o conde deixou o lugar ao bispo de Albara (KREY, 1921, p.263). Com a retirada de Raimundo de Toulouse, até mesmo os provençais na corte de Jerusalém perdem espaço: eles não tinham mais peso ali (RUNCIMAN, 2002, p.263).

O reino estava formalizado. A cristandade ocidental de Jerusalém agora contava com todo aparato que, em nossa visão, pode ser incluído em uma realidade senhorial ocidental. Tão logo teve início, o reinado também se lançou a guerras: era preciso parar o reforço pelo qual o fatímida al-Dawla outrora tanto esperou. O vizir do Egito, al-Afdal Shāhānshāh, colocara-se em marcha. A batalha contra o vizir aconteceu entre julho e agosto de 1099 e só participaram os líderes dos exércitos de Toulouse e da Normandia, juntamente com o rei de Jerusalém. Os cruzados venceram sem maiores dificuldades.

A guerra já estava ganha e foi mais uma vitória para os cruzados. Para os guerreiros que pretendiam voltar para casa, a missão estava cumprida. Esses eram quase todos; exceto: Tancredo, que permaneceu em Tarso; Balduíno, agora conde de Edessa; Boemundo e seu principado na Antióquia; Godofredo, o rei de Jerusalém. Estes eram os maiores domínios que os cruzados conseguiram formar com a expedição iniciada em

1096. Bem diferente do voto inicial, que pretendia libertar Jerusalém, a criação de novos territórios governados por líderes cruzados acaba por fragmentar a cristandade ocidental em uma ramificação distante; como disse Christopher Tyerman em um título para seus capítulos “*Oriente é Oriente e Oriente é Ocidente*” (TYERMAN, 2010, p.252).

Essa afirmação é tão contundente que, a cruzada iria, mais tarde, instalar-se com ênfase nos objetivos do ramo de cavalaria. E não só a eles, mercadores detinham agora mais uma rota a qual tomar e peregrinos poderiam ir novamente cruzar os mares para chegar até a Cidade Santa (TYERMAN, 2010, p.257). Mas, para além da expansão, havia também a responsabilidade: Jerusalém era um reino que deveria ser cuidado, sua corte deveria ser sustentada, seus nobres deveriam estar em prontidão quanto à guerra e suas outras obrigações. E essas obrigações pareciam entrelaçar cortes e aproximar nobres, pois, pelas ameaças de perderem o reino, a História registrou um rol de cruzadas (em números ordinais chegou até o nono), que servia para garantir o reino Ocidental política e militarmente aos reis Ocidentais (TYERMAN, 2010, p. 262). A cavalaria se serviria por muito tempo do ideal de Guerra Santa e Guerra Justa em suas batalhas. Entretanto, o novo reino também continha a forma de política senhorial proliferada até aquelas terras distantes do centro de propagação dos senhores. Sabendo das malhas sociais tecidas a laços pelos aristocratas, no Ocidente, essas malhas incluíam os turcos e outros povos que ali já estavam antes da tomada do reino. Para estabelecer redes comerciais e de domínio, os líderes (reis e príncipes) ocidentais que ali ficariam não seriam avessos a se relacionarem com ninguém (RUNCIMAN, 2003, p.309). Na composição de senhorios, obter Jerusalém também foi um objetivo cumprido pelas cortes da Europa Medieval na Primeira Cruzada. Podemos dizer então que o objetivo de expansão do poderio senhorial foi plenamente concluído.

O que importa aqui é instar que, no primeiro contingente, muitos acreditavam na caminhada até Jerusalém. Nas palavras profetizadas do Apocalipse, eles esperavam que Cristo retornasse quando Jerusalém fosse retomada, mas Cristo não desceu das nuvens, só os egípcios chegaram e foram expulsos pelas forças dos cruzados. A explicação eclesiástica em não ver acontecer aquilo que esperavam veio de Roberto, com alcunha de o monge. Segundo ele, com a conquista de Jerusalém, Deus havia preparado o terreno de Jerusalém terrestre e semeado os frutos que lutariam contra o anticristo (FLORI, 2006, pgs. 282 à 284). Seja como for, pelo Apocalipse, temos a revelação de que o caráter sagrado detinha sim de espaço entre os cruzados.

Apesar de não ter um domínio próprio, Raimundo de Toulouse não desistiu de tal façanha e decidiu não retornar. Essa é uma questão duvidosa, porque não se sabe ao certo quando Raimundo decidiu que ficaria na região. É sabido que ele poderia voltar a Occitania, uma vez que cumpriu seus votos cruzados; mas também que poderia ficar na região, já que estava autorizado pelo papa a permanecer com as terras as quais conquistassem. De qualquer forma, Raimundo estava livre para lutar por terras (Hill e Hill, 1962, p.162). As expectativas senhoriais eram tão intensas que a guerra parecia não terminar enquanto não houvesse a constituição de um domínio – e não apenas a tomada de Jerusalém junto aos infiéis. Todavia, as políticas vinculadas ao sagrado não apareceriam mais, também não pareceu permanecer em contato com qualquer outro cruzado que chegou a Jerusalém. Seus próximos passos seriam dedicados a conquistar um território para si, retomaria a marcha para Trípoli, provando que Raimundo IV não se esquecia de suas aventuras.

## CONCLUSÃO

Ao final da trajetória de Raimundo IV verificamos que sua política detinha uma lógica política própria, testada no curso da primeira cruzada. Baseados no quadro de referências composto no primeiro capítulo, conseguimos enxergar as referências de poder em jogo durante a cruzada e as variações nas estratégias do poder que aconteciam simultaneamente em contextos díspares e frente a agentes diversos. Como isso, tentamos religar a história senhorial provençal ao momento em que o papa Urbano II chega a Toulouse e a todo o processo que termina com a conquista de Jerusalém. Nele, Raimundo aplica conhecidas estratégias de poder nas cruzadas, chegando até mesmo a almejar a liderança do exército, objetivo o qual ele seria conhecido por perseguir.

Entretanto, o acionamento destes elementos presentes desde sua trajetória como nobre de Saint-Gilles (portanto, antes mesmo de ser conde de Toulouse), levou o nobre provençal a encarar as limitações dos modos de exercer o poder. Desde a Gália, Raimundo IV demonstrava uma destacada atuação junto a mosteiros e uma relação com o papado de Roma bastante conturbada. Já havia sido excomungado duas vezes (uma em 1086 e outra em 1088) dentro de sua luta para conseguir expandir a herança paterna. Entretanto, nota-se como desde suas conquistas nas terras Occitanas que ele detinha de uma proximidade com as relações que vinculavam a condição aristocrata às maneiras de recorrer ao sagrado.

No momento do discurso de Urbano na Gália, ele já havia participado da guerra de reconquista na Espanha, casado com sua prima, fora excomungado pela primeira vez por causa desse casamento, lutado com seu primo pelas terras de Rouergue, perdido a esposa por enfermidade, selado aliança com os Hauteville num segundo casamento; havia sido reconhecido pelo mosteiro de Saint-Gilles como duque de Narbone e, inclusive, lutando a favor deste mosteiro quando eles estavam desfavoráveis com a Sé romana (o que lhe rendeu o reconhecimento como duque), comprou ou ludibriou a própria sobrinha para ser conde de Toulouse e, depois de se expandir tanto, foi (de modo desconhecido) reconhecidamente o marquês da Provença. Chegando então ao que podemos dizer ser o homem mais poderoso da Occitania, o líder de seu exército. E, sobretudo, fez tudo isso sem ter nascido primogênito, nem constituído uma grande malha de dependentes entre seus vassalos (que chegaram a abandoná-lo duas vezes). Raimundo não conquistou a maioria de seus territórios pela prática de guerra e não foi

reconhecido primeiramente pelos outros aristocratas de mesmo patamar (ou, ao menos, não foi algo que tenha sido registrado). As estratégias de poder senhorial, vitoriosas na Provença, encontrariam seus limites no curso da cruzada. Por outro lado, isto quer dizer que o desenrolar e o desfecho da cruzada têm sua compreensão histórica como parte de uma história maior da realidade senhorial, que não começou em 1095 e nem se limitava ao ideal de “guerra santa”.

Raimundo de Toulouse como conde, duque e marquês, pareceu profundamente inserido nas relações sociais de vivência do sagrado. Pois foi a partir delas que o conde de Toulouse ascendeu como aristocrata, apesar da turbulência desta ascensão. Ao ponto estabelecer alianças, fazer política, reconhecer e ser reconhecido como figura de relevo não somente de assuntos considerados laicos; embora tenha sido excomungado (duas vezes!) e não ter mantido boas relações com o papa Gregório VII: conturbações que o elevaram mais do que o rebaixaram. Mas, acima de tudo, ele se tornou conde, e lidou com suas obrigações desta maneira. Raimundo não apareceu montando igrejas, mosteiros ou qualquer associação que o ligava ao grupo eclesial; o único ponto exorbitante foi sua doação exagerada para Cluny quando estava prestes a se tornar conde de Toulouse. Mas isso se tornou político mais do que qualquer sentimento espiritual, pois foi com isso que ele conseguia o apoio daquele grupo. Diferente de qualquer outro líder cruzado que partiu de 1097 de suas terras, Raimundo de Toulouse, por sua idade e experiência, entendia a *ecclesia* como o setor social do qual deveria se apoiar ou lidar.

Como dito neste trabalho, chegou a receber o papa Urbano II, em suas terras, algo não registrado para o caso de Gregório VII: a incumbência de lutar contra hereges, no ano de 1088. Na visita de Urbano à Gália, ele parece ter encontrado um ambiente de relações totalmente diferente das tensões vividas no tempo de Gregório. Raimundo acompanha o pontífice nas andanças, não se opõe aos sermões realizados pelo mesmo e os historiadores ainda cogitam (porque não se sabe o conteúdo da conversa) que falaram juntos sobre a organização das cruzadas. Enfim, aqueles dois senhores pareceram bem mais amistosos do que qualquer outro momento da trajetória do toulousano com a Sé romana. E, em terras ocidentais, Raimundo figurava como o líder potencial da cruzada.

Com esses ares de conservação da amizade e respeito à política papal, Raimundo ingressa nas cruzadas. Já ponderamos aqui as razões e circunstâncias pelas quais ele usufrui o conhecimento de ente político destacado. A começar pelo incidente com o imperador Aleixo Comneno a respeito do laço de fidelidade transformado em pacto de



amizade. À medida que prosseguimos com a análise, percebemos como Raimundo de Toulouse lidava com suas questões de uma forma dinâmica, sem, porém, desvencilhar-se dos sentidos tradicionais de condado carregados desde a Occitania.

Cabe notar como ele perpetrava seus vínculos: se ele não devia fidelidade ao imperador era porque reconhecidamente Raimundo fez-se senhor de si mesmo, e assim, devido a isso, não deveria tomar o monarca de Constantinopla como o guia de suas ações de conquista e comando. O conde deixa claro que só reconheceria um senhor, e seria aquele que o enviou até aqui. Como o rei da França não parece ter uma relação tão próxima, ao ponto de não encontrarmos em terras occitanas durante a atuação de Raimundo IV, concluimos que o conde de Toulouse estava se referindo àquele grupo que lhe reconheceu seus títulos aristocráticos e o convocou até as cruzadas.

Se durante a estadia em Constantinopla o conde indiretamente defendeu seu laço político com os eclesiásticos, na batalha de Antióquia ele definitivamente agiu conforme experimentava a política condal na qual se formou e tornou-se conde. Mesmo no Oriente, Raimundo continuava um senhor ocidental. A começar pela reunião da qual ele propõe a comitiva de amizade, para os líderes ajudarem os mais pobres. Ele conseguia enxergar o problema para além da forma tática, além da expedição de batalha – esta opção pela “postura provençal” e as limitações e os fracassos nos assuntos de batalha selariam o declínio de sua posição de comando e poder perante outro nobre, Boemundo de Taranto, figura que parece encarnar aspectos do feudalismo *mutacionista*. Durante. Com a disputa instaurada, as crônicas, sobretudo a de inclinações provençais, repararam o enfraquecimento do conde projetando ao primeiro plano de outra típica função do poder senhorial no ocidente, o recurso ao sagrado: Raimundo torna-se figura central no episódio de encontro da santa lança, que o faria o mais digno de governar.

O episódio da santa lança constitui um elemento primordial para relação dos poderes de comando no bojo da cruzada: é com ela que revelamos a que ponto social e cultural chegavam as variações do poder no ano de 1098. Com ela que conseguimos encontrar as concessões que a Igreja fazia aos condes, e também a sagacidade dos aristocratas em seu jogo político. Podemos retirar o entendimento de Guerra Santa deste ponto: duas trajetórias distintas como as de Raimundo e Boemundo poderia constituir um mesmo capítulo da história, mas não necessária narrar a forma de exercer o poder. A santa lança era tão sagrada como política, pois, senão fosse política, senão houvesse contando com apoio de algum setor social, provavelmente os discursos provençais não

urecorreriam a ela para projetar a figura do conde de Toulouse como aquele que a brandiu.

E não foi o único exemplo. A relíquia de São George e discurso vinculando o sagrado em cima do monte Oliveiras foram outras tentativas de utilização discursiva dos elementos espiritualizados para compor a política do conde de Toulouse. Raimundo IV se esforçava, segundo a leitura provençal da realidade, em evidenciar o caráter espiritual de seu poder. Seu exemplo é prova de quão dinâmico o nobre medieval poderia ser. E ainda que essas manobras não fossem bem sucedidas naquela ocasião, não é possível que elas fossem totalmente ineficientes, porque na trajetória daquele velho conde já havia provas de alguma margem de sucesso: a recomposição de sua capacidade de ação, que permaneceria até mesmo após a conquista de Jerusalém. O ponto de contraste da dinâmica dos nobres está em incluir Raimundo de Toulouse com os outros cruzados e outras trajetórias senhoriais. Aqui evidenciamos a constatação com a comparação com seu rival Boemundo de Taranto. Mas, para argumentarmos com mais ênfase poderíamos relatar os casos de Robertos (da Normandia e de Flandres).

O primeiro caso seria o que constatamos como as malhas de subordinação: Roberto da Normandia esteve a maior parte do tempo ao lado dos outros normandos (Godofredo de Bouillon, Boemundo e Tancredo), tentando se ingressar nas conquistas realizadas por este grupo e sempre votando a favor das ideias do duque. Já Roberto de Flandres também tem dois temperamentos na cruzada: ele começa como aliado do grupo (sem favorecidos), mas, ao passar do tempo Roberto de Flandres parece um nobre mais independente, sem esses vínculos tão fortes como estabeleceu o outro Roberto. Na batalha contra o emir do Egito (já conquistada Jerusalém), Roberto de Flandres não teve receio em criticar o rei Godofredo por sua atitude hostil contra Raimundo de Toulouse. Esta hostilidade findou a primeira parte da participação do nobre de Toulouse

A partir de então, Raimundo de Toulouse pareceria muito mais voltado à guerra de expansão de domínio, com política de aliança e constituição de terra. Diante desta recomposição, o apelo ao sagrado sofre recuos na própria crônica. Daquele momento em diante ele parece ter utilizado mais do conhecimento sobre as guerras e as formas de governo aprendidas na cruzada. Assim como já argumentaram John e Laurita Hill, os motivos pelos quais Raimundo IV se despoja de seus títulos das terras Occitanas ficou desconhecido, nem mesmo está expressamente dividido quando foi que ele decidiu que Trípoli seria sua nova terra. O que ficou claro foi sua postura mais tática, revelando um conde mais voltado à conquista e não a uma vinculação com o sagrado.

Essa atitude, de verificar as possibilidades para além da guerra, não parece tão diferente do modo de governo de Toulouse. O sentido de liderança na Occitania não era igual ao encontrado na Ile de France ou na Germânia (muito mais semelhantes aos relatados por Thomas Bisson). Então, não poderíamos esperar de Raimundo atitudes semelhantes às daqueles cruzados que estavam envolvidos. Da política dinâmica com o sagrado às atitudes de expansão do conde, podemos dizer que a cruzada não obteve tanto caráter de guerra santa a ponto de sobrepujar o de uma guerra feudal, uma guerra de domínio, pelo poder controlar homens e território. Se o objetivo do papa era Jerusalém, os cruzados não pareciam resumir sua atuação a cumpri-lo. Mesmo Raimundo IV, que detinha um relacionamento próximo ao papa, não parecia só empenhado a reconquistar a Cidade Santa.

Raimundo de Toulouse morreu em 28 de fevereiro de 1105, por queimaduras causadas por um tronco que caiu sobre ele. Mas, sua figura, deixou muitas perguntas. A primeira, e talvez a mais intrigante, é por que o seu cronista o registra como “conde de Toulouse”? E mesmo que a cidade de Toulouse não tenha sido agregada às conquistas nobiliárquicas durante o contexto das cruzadas, o foi pela conquista para sua formação de conde ao ponto de serem seus descendentes os quais governariam o condado. Então porque o nome do condado não foi vinculado ao seu governante que partiu para o Oriente?

Sobre a Cruzada em si, a multiplicidade estonteante de guerreiros e devotos ainda estimula a redação de muitas laudas de trabalho. É impressionante como as palavras de August Krey ainda se fazem certas: a cada geração, desde a conquista de Jerusalém, se faz uma nova leitura deste evento. No caso aqui, buscamos reencontrar a multiplicidade de políticas apresentadas na ocasião através de um trabalho que tomou um conde como fio condutor. As trajetórias que os líderes e demais personagens da cruzada realizaram como aristocratas influenciaram e demonstraram a formação da política ocidental.

## **BIBLIOGRAFIA:**

### *FONTES:*

CHARTRES. Foulques. **1ª Cruzada: um relato de quem esteve lá.** Tradução: Joana Rosa. Portugal: Editorial Inquérito, 2003.

CINCO DISCURSOS DO CONCÍLIO DE CLERMONT. Traduzido e retirado de: <http://www.fordham.edu/halsall/source/urban2-5vers.html>. Acesso em 19/07/2014.

D'AGUILERS. Raymond. *Historia francorum qui ceperint.* Traduzido e retirado: <http://www.fordham.edu/halsall/source/raymond-cde.asp>. Acesso em 23/07/2014.

KREY, August. **The First Crusade:** the accounts of eye-witnesses and participants. England, Oxford University Press, 1921.

FOREVILLE, Raimunda. *Lateranense I, II y III.* Tradutor: Juan Cruz Puente. Vitória (Espanha), Editorial ESET, 1972.

### *REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS:*

BARTHÉLEMY, Dominique. **Caballeros y Milagros:** Violencia y Sacralidad em la Sociedad Feudal. Trad. Fermín Miranda Garcia. Valência: Universitat de València, 2006, pgs. 8-118.

\_\_\_\_\_. **A Cavalaria:** da Antiga Germânia à França do século XII. Tradução Néri de Almeida Barros, Carolina Gual da Silva. Campinas: Editora Unicamp, 2010.

BASCHET, Jérôme. **A civilização Feudal:** do ano mil à colonização da América. São Paulo: Globo, 2006.

BISSON, Thomas. **La crisis del siglo XII**: el poder, la nobleza y los Orígenes de la gobernación europea. Tradução de Tomás Fernández Aún y Beatriz Eguibar. Barcelona, Crítica: 2010.

BLOCH, Marc. **A sociedade feudal**. Lisboa, Edições 70, s/a.

BROOKE, Christopher. **Europa en el centro de la Edad Media**. Madri: Aguilar, 1973.

CARRAZ, Damien. **A Paz de Deus no Midi da França no Século XII**. Tradução de Bruno Tadeu Salles. Uma primeira versão francesa deste artigo foi apresentada 48e Colloque de Fanjeaux: “La Réforme ‘Gregorienne’ dans le Midi” (9 a 12 de julho de 2012).

\_\_\_\_\_. **Precursors and Imitators of the Military Orders**: Religious Societies for Defending the Faith in the Medieval West (11Th-13Th C.). Tradução: Cynthia J. Johnson. Viator 41 No. 2, 2010, pgs. 91–112.

DUBY, Georges. **Guerreiros e Camponeses**: os primórdios do crescimento Europeu séculos VII – XII. Lisboa, Estampa 1978.

\_\_\_\_\_. **A Idade Média na França**: de Hugo Capeto a Joana D’Arc. Trad. Clóvis Marques. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 1992.

\_\_\_\_\_. **As três Ordens ou o imaginário do feudalismo**. Lisboa: Editorial Estampa, 1994.

\_\_\_\_\_. **Senhores e Camponeses**. Trad. Antônio de Pádua. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

DUGGAN, Anne (Org.). **Nobles and Nobility**: concepts, origins, transformations. New York: Boydell Press, 2000.

FERNADES, Fátima R. **Cruzadas na Idade Média**. In: MAGNOLI, Demétrio. **História das Guerras**. 5ed. São Paulo: Editora Contexto, 2013, pgs.99-130.

FLORI, Jean. **Pedro, el Ermitaño y el origen de las cruzadas**. Tradução: Manuel Serrat Crespo. Barcelona: Edhasa, 2006.

FOURQUIN, Guy. **Histórica Economica do Ocidente Medieval**, Lisboa: Edições 70, 1986, pgs. 203-259.

GABRIELLE, Matthew. **The Last Carolingian Exegete: Pope Urban II the Weight of Tradition, and Christian Reconquest**. Church history: Studies in Christianity and Culture, vol.81, December 2014, n.4. pgs. 796-814.

HILL, John; HILL Laurita. **Raymond IV, Count of the Toulouse**. New York, Syracuse University Press, 1962.

MOORE, Robert I. **Family, community and Cult in the eve of Gregorian reform**. Translation of the Royal Historical society s.5, n.30, 1980, p.40-69.

MORÁS, José Antônio. **Os entes sobrenaturais da Idade Média: imaginário, representação e ordenamento social**. São Paulo: Annablume, 2001. Pgs. 9-89.

MORSEL, Joseph. **La aristocracia medieval: el dominio social en Occidente**. Traducción: Fermín Miranda. Universidad de València, 2008.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. Campinas: Pontes, 1999.

RODRÍGUEZ, ALFONSO H. **Auctoritas y potestas en la exégesis bíblica carolíngia**. *Bulletin du centre d'études médiévales d'Auxerre* (BUCEMA), v.7, 2013, pgs. 2-8.

RUNCIMAN, Steven. **História das cruzadas**. Vol. 1: A Primeira Cruzada e a fundação do reino de Jerusalém. Tradução: Cristiane de Assis Serra. Rio de Janeiro, Imago Ed. 2002.

\_\_\_\_\_ 2002b. **História das cruzadas**. Vol. 2: O Reino de Jerusalém e o Oriente Franco, 1100-1187. Tradução: Cristiane de Assis Serra. Rio de Janeiro, Imago Editora.

RUNCIMAN, Steven. **História das cruzadas**. Vol. 3: O Reino de Acre e as últimas Cruzadas. Tradução: Cristiane de Assis Serra. Rio de Janeiro, Imago Ed. 2003.

RUST, Leandro. **Colunas de São Pedro**: A política papal da Idade Média Central. São Paulo: Annablume, 2011.

\_\_\_\_\_. **A Reforma Papal (1050-1150)**: Trajetórias e críticas de uma história. Cuiabá: EdUFMT, 2013, pgs. 57-81.

SALLES, Bruno. **Constituir a amizade, romper os vínculos, estabelecer o compromisso**: a dinâmica dos equilíbrios senhoriais sob a perspectiva das comendadorias templárias de Vaour, Richerenches e Bayle (séculos XII e XIII). Tese de doutorado apresentado na Universidade Federal de Minas Gerais, no programa de Pós-Graduação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2013.

SELLEART, Michel. **A noção de Governo**. IN: **As Artes de governar**: Do regime medieval ao conceito de governo. Tradução: Paulo Neves. São Paulo, Ed. 34, 2006, pgs. 19-42.

SOUZA, José Antônio. **O Reino e o Sacerdócio**: o pensamento político na Alta Idade Média. Porto Alegre: EDIPURCS, 1995, pgs. 15-58/175-215.

TYERMAN, Christopher. **A Guerra de Deus**: uma nova História das Cruzadas – vol. 1. Trad. Alfredo Barcelos Pinheiro. Rio de Janeiro: Imago, 2010.

ZIOLKOWSKI, Jan. **Cultures of Authority in the long twelfth century**. *Journal of English and Germanic Philology*, October © 2009 by the Board of Trustees of the University of Illinois. Pgs. 421-448.

